

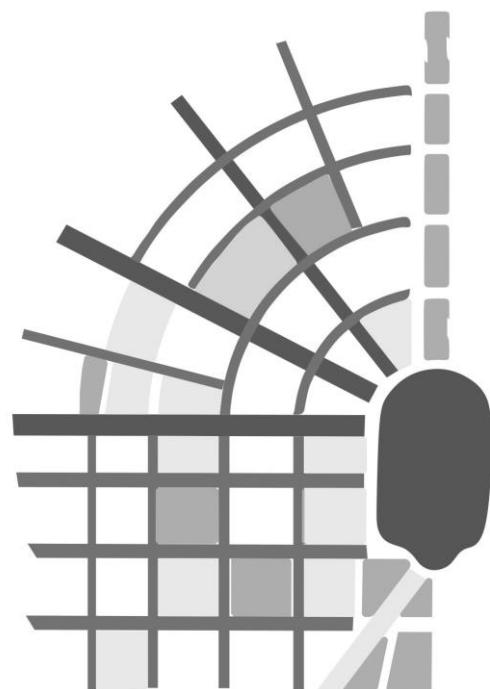


UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA (PPG-GEO)

FELIPE MELO DE SOUZA

**A FORMA URBANA DO CENTRO DE BOA VISTA/RR A PARTIR DAS
INFLUÊNCIAS DO PRIMEIRO PLANO URBANÍSTICO**

Boa Vista/RR
2015



FELIPE MELO DE SOUZA

**A FORMA URBANA DO CENTRO DE BOA VISTA/RR A PARTIR DAS
INFLUÊNCIAS DO PRIMEIRO PLANO URBANÍSTICO**

Dissertação de Mestrado apresentada no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Roraima, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Geografia. Linha de Pesquisa: Produção do Território da Amazônia.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Tolrino de Rezende Veras

Boa Vista/RR
2015

À minha família, em especial meus pais Vande Souza (in memoriam) e Florencinha Melo pela força, dedicação e trabalho que influenciam até hoje minha vida.

AGRADECIMENTOS

A ele, Deus, pela saúde, força e oportunidade de mais essa etapa de qualificação na minha vida;

Agradeço à minha família, em especial minha esposa Flávia e meu filho Bernardo pelo apoio e incentivo durante toda esta jornada;

Ao meu orientador, professor Antônio Tolrino de Resende Veras, pelo apoio, carinho e contribuição no desenvolvimento desta caminhada;

À professora do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFRR, Adriane Augusta Melo Diogo, que me apoiou e contribuiu para o desenvolvimento deste trabalho.

Ao Mayk e ao Silas, do curso de Geografia da UFRR, pelo apoio na produção dos mapas;

Aos amigos do Mestrado em Geografia, pela convivência e principalmente das contribuições ao longo dos debates nas disciplinas;

À Universidade Federal de Roraima, em especial ao Departamento de Arquitetura e Urbanismo que me apoiou e incentivou ao longo deste período;

Aos professores do Mestrado em Geografia pelas indicações de possíveis caminhos para o meu desenvolvimento;

Aos técnicos administrativos do Mestrado em Geografia PPGeo/UFRR pela dedicação e apoio;

Ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGeo) da Universidade Federal de Roraima pela oportunidade de continuação da pesquisa acadêmica;

Agradeço a todas as pessoas e às instituições que contribuíram direta ou indiretamente com este trabalho, a todos o meu muito obrigado!

RESUMO

Este trabalho tem o objetivo de apontar a relação entre a ocupação do território e forma urbana pelo estudo de caso do Plano Urbanístico Darcy Aleixo Derenusson implantado no ano de 1943 na cidade de Boa Vista, capital do estado de Roraima, Brasil. São abordados o processo de implantação do Plano; as origens da forma urbana radioconcêntrica implantada e o contexto das principais referências na história do urbanismo e no período da sua implantação no Brasil; bem como os limites e possibilidades da expansão urbana a partir da relação entre a ocupação do território e a forma urbana. Utiliza-se de uma metodologia pautada em levantamento bibliográfico nas perspectivas da geografia, da arquitetura e do urbanismo; pesquisa documental; estudo de caso analisado a partir de métodos e técnicas referentes à imagem da cidade e ao estudo da morfologia urbana e análise do uso e ocupação do solo. Levanta que na história do urbanismo o Plano Urbanístico Darcy Aleixo Derenusson insere-se em um contexto do urbanismo mundial e brasileiro que se utilizou da forma urbana rádio concêntrica e onde a relação entre intervenção urbana e manifestação de poder se fez presente. A análise da relação entre forma urbana e ocupação do território demonstrou que a natureza do território no qual a forma rádio concêntrica foi implantada comprometeu a expansão urbana da cidade de Boa Vista, gerando problemáticas ambientais e de mobilidade urbana, impondo limites à própria expansão da malha urbana. Indica a necessidade de um planejamento e gestão urbana pautado em instrumentos legais e de sua efetiva aplicabilidade para gerir o território considerando os limites e possibilidades da expansão urbana diante da relação território e forma urbana.

Palavra-chave: Território; Forma urbana; Produção do Espaço Urbano; Planos Urbanísticos.
Plano Urbanístico Darcy Aleixo Derenusson. Boa Vista. Roraima

ABSTRACT

This paper aims to point out the relationship between the occupation of the territory and urban form by the case study of Darcy Aleixo Derenusson Urban Plan deployed in 1943 in the city of Boa Vista, the capital of Roraima, Brazil. They are discussed the process of implementation of the Plan; the origins of the implanted radio concentric urban form and the context of the main references in the urban history and the period of its implementation in Brazil; as well as the limits and possibilities of urban expansion from the relationship between the occupation of the territory and urban form. It is used a methodology guided by literature from the perspectives of geography, architecture and urbanism; information retrieval; case study analyzed from methods and techniques related to the image of the city and the study of urban morphology and analysis of the use and occupation of the soil. Raise that in city planning history Darcy Aleixo Derenusson Urban Plan is inserted in a context of global and Brazilian urbanism that was used radio concentric urban form and where the relationship between urban intervention and expression of power was present. The analysis of the relationship between urban form and occupation of the territory showed that the nature of the territory in which way radio concentric was deployed committed to urban expansion of the city of Boa Vista, generating environmental and urban mobility problems, imposing limits on the expansion of the urban mesh. It indicates the need for urban planning and management guided by legal instruments and their effective applicability to manage the territory considering the limits and possibilities of urban expansion on the relationship territory and urban form.

Keywords: Territory; Urban form; Production of Urban Space; Urban Plans. Darcy Aleixo Derenusson Urban Plan. Boa Vista. Roraima

LISTA DE FIGURA

Figura 1	Composição urbana dos edifícios gregos.....	24
Figura 2	Planta da cidade de Mileto, reconstruída no século V.....	27
Figura 3	Cidade de Tingrad, com traçado quadricular.....	27
Figura 4	A cidade ideal de Vitruvius e de Filarete.....	30
Figura 5	A cidade ideal de função militar, proposta por Cattaneo.....	31
Figura 6	A cidade ideal de Vitruvius.....	32
Figura 7	Novas ruas na cor preta, intervenções de Haussmann.....	35
Figura 9	Diagrama de Howard - distrito e centro e diagrama de constelação de cidades.....	38/39
Figura 10	Plano urbano de Goiânia, desenvolvido por Atílio Correa Lima, 1934 e planta do setor sul também de Goiânia elaborada por Godoy(esquerda) e a maquete do plano urbanístico de Boa Vista/RR de 1944	45
Figura 11	Planta urbana geral de Belo Horizonte, projetado por Aarão Reis.....	48
Figura 12	Concepção urbanística de Brasília.....	50
Figura 13	Mapeamento urbano de Boa Vista/RR em 1900.....	53
Figura 14	Maquete do Plano Urbanístico da cidade de Boa Vista/RR.....	56
Figura 15	Quadras quadradas do traçado retangular localizadas no setor E	64
Figura 16	Proposta de quadra dividida, produzindo um melhor aproveitamento dos lotes	65
Figura 17	Vista da praça do centro cívico, detalhe da proposta inicial, destaque em cinza- escuro do lado esquerdo do trecho alterado e a interrupção de acesso à via	77
Figura 18	Setorização da expansão norte/sul da cidade de Boa Vista/RR	78
Figura 19	Gráfico Uso e Ocupação do solo nas avenidas do Plano Urbanístico de Boa Vista	83
Figura 20	Setorização representando o setor A das áreas militares no Plano urbanístico de Boa Vista/RR	85

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Elementos urbanos de Roma.....	28
Quadro 2	Características da cidade moderna.....	42
Quadro 3	Itens constantes no projeto e na construção do plano urbanístico de Boa Vista/RR	54

LISTA DE SIGLAS

PUBV	Plano urbanístico de Boa Vista
SEPLAN	Secretaria Municipal de Planejamento

LISTA DE MAPAS

Mapa 1	Setorização do plano urbanístico de Boa Vista/RR para análise	62
Mapa 2	Identificação das instituições e espaços públicos na avenida Êne Garcez dos Reis	66
Mapa 3	Identificação das instituições militares no setor A do PUBV	69
Mapa 4	Identificação dos agrupamentos de funções de comércio e serviço do PUBV	72
Mapa 5	Identificação das instituições que compõem a praça cívica do PUBV	75
Mapa 6	Identificação das edificações históricas que compõem o PUBV	77
Mapa 7	Mapa de uso e ocupação do solo urbano do PUBV	83

LISTA DE ANEXOS

ANEXO 1	Pensadores das utopias culturalistas e Progressistas	98/101
ANEXO 2	Planos de cidades com traçado raio-concêntrico	102/105

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

1	CAPÍTULO I: PRODUÇÃO DO ESPAÇO E A DINÂMICA URBANA	17
1.1	FORMA, FUNÇÃO, ESTRUTURA E PROCESSO NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO.....	18
1.2	OS AGENTES DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO.....	20
1.3	URBANISMO, ARQUITETURA E PODER NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO.....	21
2	CAPÍTULO II: A FORMA URBANA DAS CIDADES: TEORIAS E PLANOS	22
2.1	AS CONTRIBUIÇÕES DO URBANISMO DA GRÉCO-ROMANO SEGUNDO MORRIS.....	22
2.2	O URBANISMO RENASCENTISTA E A UTOPIA DA CIDADE.....	29
2.3	AS INTERVENÇÕES URBANÍSTICAS NA EUROPA NO SÉCULO XVII E XVIII.....	33
2.4	AS UTOPIAS URBANÍSTICAS, SEGUNDO FRANÇOISE	36
2.4.1	O urbanismo culturalista.....	36
2.4.2	O urbanismo progressista	40
2.5	PLANOS URBANÍSTICOS EM CIDADES BRASILEIRAS: O CASO DE GOIÂNIA, BELO HORIZONTE E BRASÍLIA.....	44
2.5.1	Goiânia e o plano urbanístico de Atílio Correa Lima.....	44
2.5.2	Plano urbanístico de Belo Horizonte: a cidade com Aarão Reis e Armando Godói.....	47
2.5.3	Brasília, da utopia à realidade moderna.....	49
3.	CAPÍTULO III: O PLANO URBANÍSTICO DE BOA VISTA/RR.....	52
3.1	A IMPLANTAÇÃO DA FORMA RÁDIO-CONCÊNTRICA E A RELAÇÃO COM O NÚCLEO URBANO EXISTENTE.....	52
3.2	OS CAMINHOS DO PLANO URBANÍSTICO DE BOA VISTA: FORMA URBANA E O PLANO.....	55
3.3	DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO DE 1973 ÀS ATUAIS	59
3.4	ANÁLISE DO PLANO URBANÍSTICO DE BOA VISTA/RR	61
3.5	ESTRUTURA VIÁRIA E FORMA URBANA.....	63
3.5.1	Avenida Capitão Êne Garcez dos Reis: eixo de ligação entre Aeroporto e Centro Cívico.....	65

3.6	LEITURA DO PLANO URBANÍSTICO COM BASE EM KEVIN LYNCH.....	67
3.7	O CENTRO DO PLANO E O PLANO DO CENTRO	73
3.8	A INSERÇÃO DO NOVO TRAÇADO NA CIDADE.....	75
3.9	O PLANO URBANÍSTICO DE BOA VISTA E O LIMITE DA FORMA URBANA.....	77
3.10	OS AGENTES PROMOTORES DA EXPANSÃO URBANA DE BOA VISTA.....	79
3.11	USO E OCUPAÇÃO DO SOLO NA DINÂMICA DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO A PARTIR DO PLANO URBANÍSTICA DE BOA VISTA.....	80
3.12	URBANISMO, ARQUITETURA E PODER NA FORMA URBANA DO PLANO URBANÍSTICO DE BOA VISTA.....	884
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	87
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	92

INTRODUÇÃO

A cidade de Boa Vista - capital do Estado de Roraima - apresentou a partir de 1944 uma mudança significativa em sua estrutura urbana, principalmente, com a implantação do plano urbanístico de Boa Vista/RR (PUBV) elaborado e executado pelo engenheiro civil Darcy Aleixo Derenusson¹ que traz à cidade um desenho novo.

O novo plano que trouxe a implantação de uma forma urbana radioconcêntrica modificou a paisagem da cidade e representou uma intervenção do Estado no traçado ortogonal com poucas edificações e no núcleo urbano gerado a partir da ocupação da orla da cidade às margens do rio Branco.

Passados setenta e um anos da implantação do Plano Urbanístico de Boa Vista, as razões que levaram ao uso da forma urbana radioconcêntrica permanecem obscuras, havendo na compreensão da forma urbana atual uma lacuna entre as conexões das várias formas de ocupação do território.

Assim, é diante do cenário da atual Boa Vista/RR, que apresenta claros limites naturais e ambientais para a sua expansão urbana, sendo composto por formas urbanas diferenciadas, que se desenvolve a problemática geradora dessa dissertação de mestrado: de que maneira a escolha do território e a forma urbana implantada influenciaram na ocupação da área delimitada pelo plano urbanístico de Boa Vista/RR além da expansão da cidade a partir dos limites previstos em 1943.

Assim, o objetivo geral da dissertação de mestrado é apontar a relação entre a ocupação do território e a forma urbana. Os objetivos específicos estão expressos a seguir:

1. Entender o processo de implantação do Plano Urbanístico Darcy Aleixo Derenusson na capital do estado de Roraima – Brasil;
2. Identificar as origens da forma urbana radioconcêntrica implantada pelo Plano no contexto das principais referências na história do urbanismo e no período da sua implantação no Brasil;
3. Compreender os limites e possibilidades da expansão urbana a partir da relação entre a ocupação do território e a forma urbana.

¹ Engenheiro responsável pela elaboração e execução do projeto da cidade de Boa Vista/RR, carioca, trabalhou como Fiscal de Obras na Superintendência de Recursos e Saneamento, na construção do Aterro do Flamengo e dos Túneis Rebouças e Dois Irmãos no Rio de Janeiro/RJ. Recebeu os prêmios Pioneiros da Cidade concedidos pela prefeitura de Roraima, a medalha do Confea e Crea-RJ. Fonte: <http://www.crea-rj.org.br/gestao-transparente/historia/1987-1967/darcy-aleixo-derenusson-mandato-19821984/>

Para atingir os objetivos gerais e específicos propostos utilizou-se a metodologia abaixo descrita:

- levantamento bibliográfico visando pautar-se em conceitos que fundamentaram a compreensão da produção do espaço urbano a partir da perspectiva da geografia, da arquitetura e do urbanismo, bem como sobre o contexto político, econômico, social e cultural em que o Plano Urbanístico Darcy Aleixo Derenusson foi elaborado;

- Pesquisa documental objetivando a busca das origens do Plano Urbanístico Darcy Aleixo Derenusson pelo levantamento de imagens, croquis, manuscritos, registros do período em que o plano foi implantado;

- Estudo de Caso (Plano Urbanístico Darcy Aleixo Derenusson) analisado a partir de métodos e técnicas referentes à imagem da cidade (LYNCH, 1980) e ao estudo da morfologia urbana (LAMAS, 2000) visando a apreensão da forma urbana do Plano;

- Análise do uso e ocupação do solo, com registro fotográfico, até os limites do Plano Urbanístico Darcy Aleixo Derenusson, com o objetivo de entender o atual uso do espaço. Para isso, fez-se um recorte nas dez avenidas que convergem para área central da forma rádio concêntrica. Dividiu-se o Plano Urbanístico de Boa Vista/RR nos setores (A), (B), (C), (D) e (E) e com o uso do sistema de posicionamento global – GPS georreferenciou-se os pontos de uso das seguintes atividades identificadas: comércio e serviços, residências, institucionais, outras atividades e usos, destacando-se os vazios urbanos.

Como produto do desenvolvimento da pesquisa, o presente trabalho está organizado em três capítulos:

No Capítulo I, aborda-se a produção do espaço urbano a partir dos conceitos da geografia humana, que trazem as relações entre forma, função, estrutura e processo. Aborda, ainda, o papel dos agentes produtores do espaço e as relações de poder com apontamento para fundamentos filosóficos que trouxeram ao tema contribuição relevantes.

O Capítulo II, traz as teorias e planos de cidades, buscando na história do urbanismo a implantação de formas urbanas em territórios específicos, bem como as origens da forma urbana radioconcêntrica em propostas para planos de cidades europeias e brasileiras.

No Capítulo III, realiza-se a análise do Plano Urbanístico de Boa Vista/RR e da configuração urbana atual no território a partir do uso e ocupação do solo, das características arquitetônicas e urbanísticas, dos indutores do crescimento urbano ontem e hoje e dos agentes produtores do espaço. Destaca-se análises realizadas pautadas na morfologia urbana e imagem da cidade.

1. CAPÍTULO I: PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO E A DINÂMICA URBANA

Santos (2002, p.63) define que o espaço geográfico é “formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistema de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá”. Afirmar que [...] um conjunto de forças produtivas e um sistema de ações que nos dariam um conjunto de relações sociais de produção.

Nessa perspectiva de Santos (2002), percebe-se que a produção do espaço urbano está relacionada diretamente à dinâmica estabelecida, na qual se destaca o Estado como principal ator nesse processo de consolidação do espaço, cujo desenvolvimento se dá através de políticas públicas, e há a interferência de outros atores públicos e privados que acabam por induzir e, conseqüentemente, transformar esse espaço.

Esse processo de consolidação tem como influência principal os agentes sociais que equalizam essa produção do espaço de acordo com as necessidades e as questões econômicas estabelecidas pelo capital. Pode-se destacar sobre o espaço urbano capitalista que:

O espaço urbano capitalista, cheio de símbolos e campos de lutas – é um produto social, resultando em ações acumuladas através do tempo, e engendradas por agentes que produzem e consomem espaço. São agentes sociais concretos, e não um mercado invisível ou processos aleatórios atuando sobre o espaço abstrato (CORRÊA, 2000, p. 11).

Completando essa discussão, faz-se necessário apontar que a fragmentação e a segregação do espaço urbano são resultados da interferência dos proprietários dos meios de produção, dos proprietários fundiários, dos promotores imobiliários e dos grupos sociais proprietários da força de trabalho e esta, por sua vez, é excluída e segregada desse espaço

Santos (2008) identifica e caracteriza como elementos do espaço: os homens (fornecedores de trabalho); as firmas (produtoras de bens, serviços e ideias); as instituições (as que estabelecem as normas, ordens e legitimações); o meio ecológico (conjunto de complexos territoriais que constituem a base física do trabalho humano) e as infraestruturas (nada mais são que o trabalho humano materializado e geografizado na forma de casas, plantações, estradas, etc.). Salienta que os elementos estão ligados entre si (coexistem) e por uma organização reguladora que pode assumir diferentes escalas.

1.1 Forma, Função, Estrutura e Processo na produção do espaço urbano.

Partindo das considerações sobre as categorias apresentadas por Santos (1985):

Forma, função, estrutura e processo são quatro termos disjuntivos associados, a empregar segundo um contexto do mundo de todo o dia tomado individualmente; representam apenas realidades parciais, limitadas, do mundo. Consideradas em conjunto, porém, e relacionadas entre si, eles constroem uma base teórica e metodológica a partir do qual podemos discutir fenômenos espaciais em sua totalidade (SANTOS, 1985, p. 52).

A partir desse entendimento podem ser definidas as categorias geográficas – forma, função, estrutura e processo – como método de análise da Geografia. Para Milton Santos (1985) a forma é o aspecto visível de uma determinada coisa. São os objetos e arranjos de objetos que compõe o espaço, isto é, casas, edifícios de condomínios, parques, escolas, avenidas e etc., tudo gerado historicamente, organizando o presente e projetando o futuro.

A função é a atividade desempenhada pela forma. Ela dá sentido à forma, visto que um objeto no espaço não subsiste desprovido de tarefa, e, por outro lado, a tarefa não pode ser desempenhada sem a forma, daí a relação direta entre as duas.

Um terceiro aspecto da análise é a estrutura. Santos assinala que a estrutura implica a inter-relação de todas as partes de um todo; o modo de organização ou construção. É o aspecto invisível construído pela inter-relação das diversas funções desempenhadas pelas/nas formas. Por isso, para compreendê-la é preciso sempre considerar a dinâmica social de cada período.

Por sua vez, o processo é definido como uma ação contínua, desenvolvendo-se em direção a um resultado qualquer, implicando conceitos de tempo (continuidade) e mudança, com um olhar voltado à ação a ser realizada e está relacionado diretamente com a estrutura social e econômica.

Para se compreender o espaço social em qualquer tempo, é fundamental tomar em conjunto a forma, função, estrutura e processo, como um conceito único. Não se pode analisar o espaço através de um só desses conceitos, ou mesmo de uma combinação de dois deles. Segundo SANTOS (1985, p. 56) “examinar forma e função, sem a estrutura, deixa-nos a braços com uma sociedade inteiramente estática, destituída de qualquer impulso dominante. Como a estrutura dita a função, seria absurdo tentar uma análise sem esse elemento”.

Assim, forma, função, estrutura e processo constituem uma base forte que auxilia na leitura e interpretação da realidade espacial. Todavia, há de se destacar que a estrutura de um determinado espaço pode ser dividida em estruturas reveladas e estruturas ocultas. Nesse sentido, Santos (1985) coloca que a forma é uma estrutura revelada, ou seja, esta representa os aspectos visíveis do resultado da inter-relação dos elementos espaciais.

Porém, temos que nos atentar que tais relações não se revelam de forma nítida no espaço, sendo que, estas também estão sujeitas às implicações consolidadas a partir de um movimento global que determina o modo e ritmo de produção dos espaços particulares.

Contribuindo, também, nessa discussão, Godoy (1943, p.29) “afirma que os movimentos da totalidade social modificando as relações da sociedade, alteram processos e incitam funções, ou seja, o movimento dialético do espaço no qual o homem se insere, atribui-lhes características e ideologias que refletem na sua forma”. Dentro dessa dinâmica, há a técnica, enquanto resultado da composição da produção do espaço e principalmente pela periodização, como afirma Santos: (2002, p. 48):

Logo, as técnicas correspondem a um conjunto de meios instrumentais e sociais, com os quais o homem realiza sua vida. No entanto, a difusão das técnicas e de seu uso sobre o espaço é seletiva. Sobre um mesmo espaço, coexistem elementos técnicos provenientes de épocas diversas. (SANTOS, 2002, p. 48)

O autor sugere, assim, o estudo da empiricização do tempo e do fenômeno técnico, historicamente, na abordagem geográfica, portanto, as técnicas são “formas de fazer e regular a vida” (SANTOS e SILVEIRA, 2002, p. 24), traz também que: foi por intermédio das técnicas, diversas nos tempos e nos lugares, que a sociedade foi construindo uma história dos usos do território.

Santos (2009) não se reporta apenas aos objetos artificiais, mas, também, aos objetos naturais, que já estão socializados, ou seja, àqueles elementos naturais utilizados pelo ser humano com objetivos e/ou intenções sociais. Com isso os sistemas de ações são caracterizados pelos conteúdos presentes nas formas, isto é, são as necessidades tanto materiais e imateriais, econômicas, culturais, morais e afetivas que conduzem à ação humana, transformando os espaços construídos de forma intencional, através de eventos, que geram novos objetos.

A discussão sobre a técnica é abordada por Saquet (2005, p. 44) “As técnicas presentes em cada lugar condicionam como um de seus elementos fundamentais a produção, a

circulação e o próprio consumo, enfim, a produção do espaço geográfico interagida com as relações de produção e outros aspectos de nossa vida cotidiana”.

Portanto, diz-se que o espaço geográfico é produzido social e historicamente como também é reproduzido através do trabalho e demais atividades do homem, revelando, ainda, as contradições e desigualdades sociais, estabelecidas a partir da utilização da técnica, resultando assim a produção do espaço. E que espaço é um híbrido entre o meio natural e a técnica, com múltiplas relações que se caracterizam através dos objetos (formas) e ações (conteúdos) pelo transcorrer do tempo (SANTOS, 2009).

1.2 Os agentes da produção do espaço urbano

Ao se analisar a relação dos agentes do espaço urbano, vê-se o Estado como difusor principal da ocupação urbana, cuja esta não ocorre de forma aleatória, e sim, integrada a partir da dinâmica dos acontecimentos de cada período, provocando o aumento da demanda, adaptada às condições sociais.

No entendimento dessa dinâmica, insere-se no processo de análise a relação espaço-temporal que se encontra atrelada a toda a discussão, e, principalmente, à produção do espaço e por sua vez, acompanha todos os processos de transformação desse espaço, como abordam Moreira (1992) e Massey (2009).

Para Moreira (1992) o espaço geográfico é a história em seu devir perpétuo, isto é, encontra-se em permanente processo de transformação, acompanhando e condicionando a evolução das sociedades. Para o autor Moreira (2010, p. 143) “o espaço é a sociedade pelo simples fato de que é a história dos homens produzindo e reproduzindo sua existência por intermédio do processo de trabalho. Justamente, Porque não existe tempo fora do espaço, e espaço fora do tempo, uma vez que o real é o espaço-temporal.”

Nesta mesma linha de percepção, Massey (2009) também trabalha tempo e espaço implicados um no outro. Segundo o autor, o mundo vivido é temporal e, ao mesmo tempo, espacial, e a representação é uma tentativa de apreender os dois aspectos desse mundo. O espaço “conquista” o tempo a partir da representação da história da vida do mundo real, contudo, o tempo só é possível de ser representado através de sua “subordinação” ao espaço e aos modelos espaciais.

A contribuição de Braudel (2005) traz a afirmação de que a duração do tempo social é simbólica, descontínua, múltipla e heterogênea, verticalizando-se a ideia de que os homens não percorrem a mesma distância ao mesmo tempo, com isso, acrescentando a análise histórica de cada período, com seus acontecimentos, tem-se em cada um desses períodos a

produção do espaço.

A concepção de espaço geográfico refere-se à dinâmica e funcionalidade de determinado local com seus processos mais amplos, proporcionados pelas ações em diferentes níveis escalares. O espaço é, então, o resultado do trabalho e das redes de circulação e comunicação, local e global ao mesmo tempo, possuindo um presente que passa muito rápido e um devir que, além de ser começo é também sequência, é sucessão e, portanto, movimento (BRAUDEL, 2005)

Há, portanto, na sociedade e na natureza um processo histórico que sintetiza mudanças e permanências materializadas, cristalizadas no espaço mediante uma articulação, combinando tempo histórico (tempo curto, breve e longo) e tempo das coexistências (rápidos e lentos). O processo histórico traz singularidades no interior de cada lugar e entre os lugares.

1.3 O urbanismo, arquitetura e poder na produção do espaço urbano

Camargo (2010) destaca que no âmbito das ideias para a elaboração de planos urbanísticos sobressaem-se como características os princípios da ordem e, sobretudo, da hierarquia, dependendo dos usos na cidade. Isso costuma ser intensificado nas obras públicas, uma vez que uma das formas de se representar o poder na forma física ocorre através da arquitetura, da organização do espaço da cidade.

Para o autor o poder pode então manifestar-se no espaço tanto nas obras arquitetônicas e suas dimensões como na forma urbana em obras públicas que trazem tanto ao Estado quanto aos idealizadores o status de associação ao poder. Em uma escala macro vislumbram-se as propostas urbanísticas, que têm entre os seus objetivos o de controle sobre o uso do solo, a partir do ordenamento territorial, além da influência direta na organização do espaço a partir de suas proposições urbanísticas. Atribui-se à ação tecnocrata no espaço urbano a organização minuciosa de um espaço repressivo, (LEFEBVRE, 1999, p.144).

Por outro lado, Camargo (2010) aponta que as manifestações de poder estão associadas às intervenções arquitetônicas e urbanísticas e se remete à Foucault, ao analisar a civilização egípcia, com uma estrutura que comandava principalmente a dinâmica social, com o intuito de conduzir e direcionar todo o processo de consolidação da forma urbana.

A intenção de modelar o princípio de ordem a partir do estabelecimento de diretrizes no desenho da cidade, torna camuflado o poder na ideia de um projeto de cidade, com suas características e intenções:

Dentre os exemplos dessas intervenções relacionadas ao poder, evidencia-se o exemplo de Haussmann, pelo conhecido processo de haussmannização, no qual jazia uma ideia camuflada na questão da higienização da cidade.

Camargo (2010) aponta que no caso da cidade de Paris, essa nova lógica de organização do espaço seria a responsável pelo surgimento do processo de haussmannização do espaço público, notadamente com a intenção de aprimoramento dos mecanismos de controle, tanto sobre esse espaço quanto sobre a movimentação dos corpos nele:

Tal processo incluía a demolição de antigas edificações, a eliminação de focos de organização espacial que propiciassem a sublevação, ou mesmo que impedissem sua extinção imediata, caracteristicamente com base na implantação de grandes bulevares, cuja intenção era, por um lado, garantir o acesso imediato da polícia aos pontos de conflito, ao mesmo tempo em que restringia a possibilidade de barricadas nessas mesmas vias (ARAGON, 1985, apud CAMARGO, 2010, p. 18).

Dessa forma, e a partir da relação levantada entre urbanismo, arquitetura e poder, indica-se que planos urbanísticos ao longo da história foram utilizados enquanto mecanismos de controle pela materialização no espaço da cidade dos agentes produtores da configuração urbana, supondo-se, inclusive, uma determinada intenção.

2 – CAPÍTULO II: FORMA URBANA: TEORIAS E PLANOS DE CIDADES

O conhecimento sobre as diferentes planos de cidades e forma urbanas utilizadas ao longo da história do urbanismo pode fundamentar a compreensão dos planos urbanísticos mais recentes que utilizaram a forma urbana radionconcêntrica e contribuir para que se atinja os objetivos da presente pesquisa .

2.1 As contribuições do urbanismo Greco-Romano segundo Morris

Um dos autores de referência do urbanismo cita o grande aporte ao atual urbanismo que representou o período clássico da arquitetura e urbanismo Greco-Romano. Ambos são apontados como fundamentais para compreensão da evolução da história do urbanismo e de conceitos fundamentais como: o sentido de espaço público enquanto espaço político e o sentido da forma urbana enquanto imposição de domínio de território e de manifestação de poder.

Destaca-se que os dois urbanismos materializaram o contexto histórico e sócio cultural que os justificaram e apontaram que relação entre arquitetura e forma urbana é indissociável,

bem como a forma urbana, em especial nos territórios colonizados representava o domínio desse território.

Na cidade grega tem-se a organização territorial definida a partir de sua topografia, o que virá a determinar a forma da cidade, considerando os condicionantes de implantação em seu sítio, a partir da setorização dos edifícios.

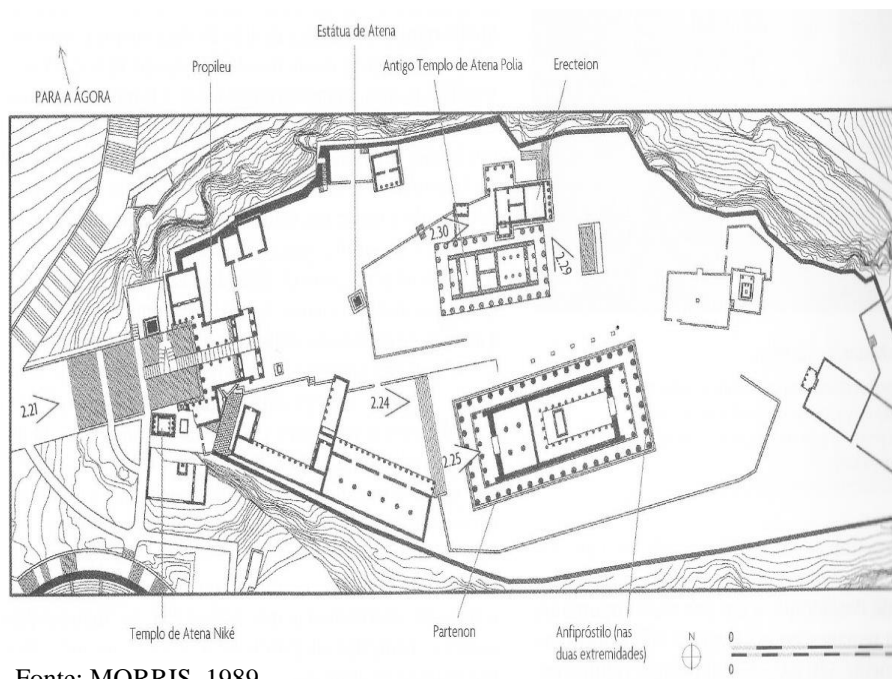
Assim, a topografia determinou a organização territorial grega sobre a base das cidades-estados claramente definidas e separadas. Na Grécia, propriamente dita, a costa jônica da Ásia menor são montanhosas e tais condições favoreciam a existência de estados pequenos e independentes, cada um dos quais se compõe por regra geral, de um núcleo urbano rodeado por campos e aldeias habitadas (MORRIS, 1989).

A partir do pensamento da forma da cidade com os seus condicionantes, foi necessário considerar o próprio estabelecimento de características relativas à implantação dos edifícios importantes para a cidade grega, considerando, principalmente, a sua topografia. Uma das propostas era que as principais reuniões ocorressem ao ar livre, como nos conhecidos teatros gregos.

Uma das condicionantes para a construção dos principais edifícios era a utilização de pedras nas construções, pois além da facilidade de encontrá-las na cidade, a própria pedra já servia para a definição da forma dos teatros e auditórios, seguindo principalmente seus princípios de acústica.

A arquitetura grega procurava estabelecer uma relação harmoniosa na forma da cidade, pois buscava utilizar elementos de escala para criar uma unidade no conjunto de edifícios em função do espaço produzido entre eles por causa de sua topografia, conforme pode-se observar a figura 1.

Figura 1: Composição urbana dos edifícios gregos



Fonte: MORRIS, 1989

Dentro dos componentes urbanos gregos temos as acrópoles², as muralhas que cercavam a cidade, os bairros residenciais e algumas áreas destinadas a fins recreativos e culturais, além dos edifícios religiosos. Com isso, apesar do crescimento e da evolução urbana, toda a cidade inicial de Atenas se conservara como patrimônio histórico mundial, já que sua estrutura permanecera fora da dinâmica de desenvolvimento da cidade.

A organização para a fundação da cidade grega contou com o ato político e com o elemento religioso como força na concepção de seu modelo, além do mais, sofreu a influência de filósofos como Hipócrates que estudara os efeitos do ambiente urbano (sítio, localização, natureza do solo e regime dos ventos) sobre os habitantes, no aspecto físico e moral.

Platão e Aristóteles trouxeram uma reflexão para as leis urbanísticas, indicando alguns princípios que deveriam comandar caminhos para a instalação de uma cidade ideal, tais como: a importância sobre a escolha do sítio, a salubridade, as vantagens econômicas, incluindo o clima psicológico e moral dos habitantes. Fixavam, ainda, um número ideal de habitantes em 5.040 e a construção da acrópole na instalação de santuários e na habitação dos guerreiros.

² Acrópole eram as edificações Gregas que ficavam na parte alta da cidade

Aristóteles, então, torna-se um grande teórico do urbanismo da Grécia, criando alguns elementos de observação e diretrizes para a organização da cidade no sítio a ser implantado, com as seguintes características:

- Sítio com ambiente salubre e abastecimento fácil;
- Separação da água potável da que serve ao uso comum;
- Especialização dos bairros em residenciais, comerciais ou artesanal, residencial-administrativo e religioso;
- Criação de duas praças, uma reservada à vida pública e outra destinada às atividades comerciais;
- Ruas retas dispostas regularmente.

Observa-se que na visão de Aristóteles a cidade funcionava de forma setorizada, organizada por função, desconsiderando-se a relação de harmonia entre moradia e serviço, pensamento esse que permaneceu em alguns planos urbanísticos das cidades brasileiras, com o intuito de impregnar a ideia de poder, principalmente, através da construção de grandes edifícios, trazendo as características dos princípios gregos de arquitetura como: de escala, de proporção e de imponência.

No contexto da organização da cidade grega estabeleceram-se as áreas de interesse, localizadas no alto das colinas como forma de proteção, acompanhadas das fortificações, que com o aumento da população e a área reduzida em função das condições do sítio grego, a forma de ocupação habitacional grega deu-se a partir do que eles consideravam como cidade baixa.

Na base das colinas eram instalados os conjuntos habitacionais, com ruas, muitas vezes, estreitas e tortuosas e com elementos fundamentais que são a praça pública ou ágora que vinha com o intuito de trazer o poder mais próximo da comunidade, em função das condições de seu sítio, tornando-se a ágora o centro da vida política e administrativa da polis.

O urbanismo grego torna-se referência em função, também, pelo projeto de reconstrução da cidade de Mileto, no século V, devido à guerra com os persas, a qual representou a queda dos tiranos, em 494. O novo projeto para a cidade trouxe um plano ortogonal de malha urbana, posteriormente, ampliado e utilizado para a cidade grega de Pireu.

Com um traçado regular ortogonal quadriculado, esse plano trouxe a inclusão da simetria, definida pela malha quadrada, onde todas as ruas são iguais, mantendo-se uma harmonia através da semelhança das quadras e se constitui num dos elementos presentes na arquitetura grega.

A partir dessa estrutura linear, observa-se uma intenção clara de manter uma semelhança - em toda a parte urbana, principalmente, da área residencial, para se estabelecer a diferença de estrutura de poder, cuja evidência se expressa por grandes áreas públicas, em meio aos edifícios gregos.

Na conformação espacial da cidade de Roma há os princípios de configuração do espaço, também, a partir da topografia, com núcleos embrionários estabelecidos através dos cinturões que cercavam e protegiam a cidade. Assim, a evolução da forma da cidade passou a ser definida fora dos cinturões outrora instaurados. Com isso, os elementos de composição da paisagem como os aquedutos, que tinham o objetivo de transportar água, cortavam a cidade ao mesmo tempo em que conduziam o direcionamento de seu tecido urbano.

A cidade romana tem a gênese de sua estrutura na conservação dos espaços e de seus edifícios históricos constituídos, além do rio - elemento físico e condicionante direto da ocupação da cidade - influenciando o desenho de seu traçado urbano.

Observa-se que Roma utiliza-se dos princípios gregos de urbanismo, assemelhando-se na ideia de organização, através de quadras iguais com a setorização dos edifícios públicos que dialogam com a marcação da instituição do poder para a administração da cidade.

Uma das características da fundação de uma cidade romana nascia do estabelecimento de dois cruzamentos centrais, denominados *cardo* e *decumanus*, onde se definia uma malha ortogonal, na qual se produzia um crescimento ordenado ao longo dos anos. Essa área próxima ao cruzamento era a mais importante, pois, concentrava os principais edifícios públicos em seu entorno, além de uma grande praça que completava a ocupação do uso do solo, transformando-se na área central da cidade.

Nas figuras 2 e 3, é possível observar o traçado ortogonal das quadras que, também, se destacam pela concentração dos edifícios públicos de grande largura, na área central, com as avenidas principais ligando-se a eles, fortalecendo a relação de poder.

Figura 2: Planta da cidade de Mileto, reconstruída no século V

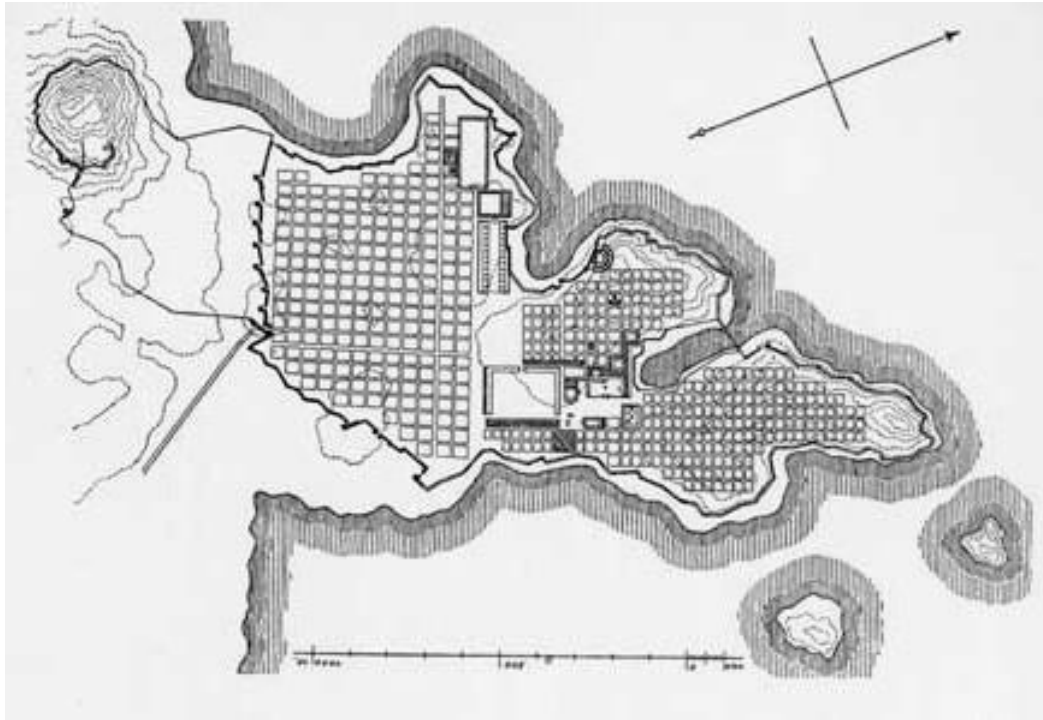
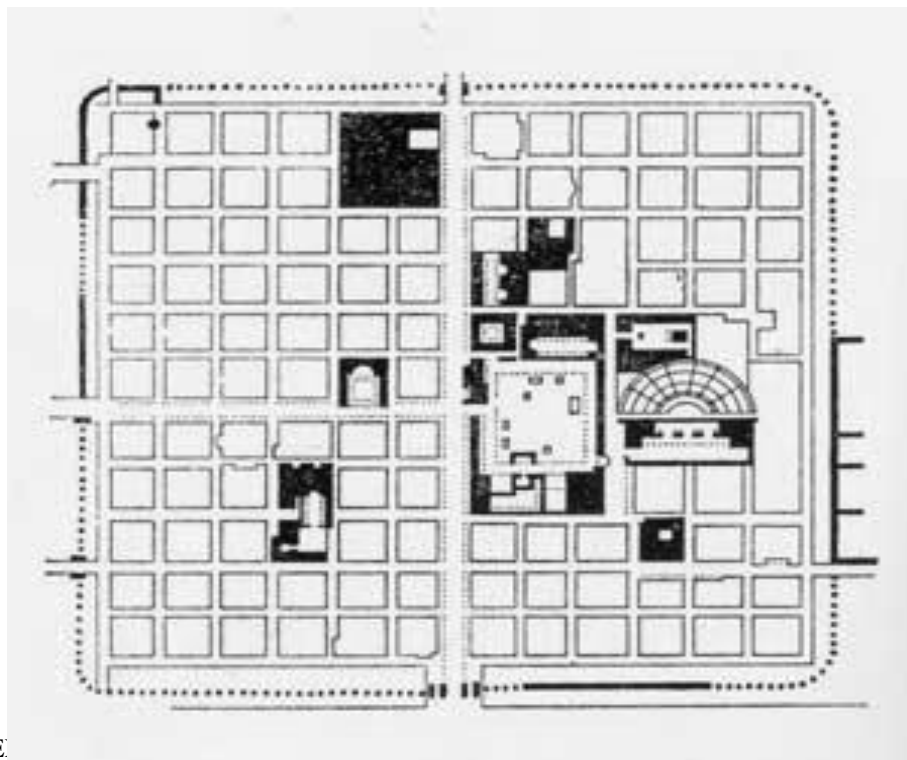


Figura 3: Cidade de Tingrad, com o traçado quadricular, em preto espaços públicos



Fonte: BE.

Com esse traçado, observa-se que sua implantação é possível em um sítio plano, com ausências de declividade, no qual permanece a ideia de setorização da cidade com a

aglomeração dos órgãos públicos da administração, representados pelo preenchimento na cor preta, na figura 3, agregados aos equipamentos de lazer.

O Traçado ortogonal presente no castrum da cidade nova de Timgrad e nas demais cidades coloniais do Império Romano. Cenário favorecido em função das facilidades que esta malha permitia em adaptar-se a terrenos planos dessas regiões, pela rápida execução e pela possibilidade de futuras expansões urbanas mais coerentes (integração entre partes antiga e a nova a partir de uma unidade morfológica (TREVISSAN, 2009, p. 230).

Os fóruns imperiais eram verdadeiros núcleos de cidades rodeados por vários edifícios, localizavam-se na parte mais alta da cidade, a fim de representar a imponência do edifício, formando um conjunto monumental; princípio este empregado em algumas cidades brasileiras, sobretudo em Brasília, capital Federal.

A estrutura inicial de Roma era formada a partir desses conjuntos de edifícios que respondiam a uma determinada função na proteção da cidade e do povo. Na fase seguinte, há uma ocupação urbana diferente, com o surgimento de novas cidades, como é o caso de Augusta Treverorum, cuja forma de traçado ortogonal consistia na representação do novo na ocupação urbana.

Um dos condicionantes para o pensamento do novo plano urbanístico da cidade de Roma é pensar no harmonizar a relação dos cidadãos com os bairros que eram as edificações habitáveis dos cidadãos, com uma concepção entre períodos de vivências diferentes e a sua relação com a cidade, principalmente pela relação entre a cidade antiga cercada por muros e a nova expansão da cidade além dos muros.

Entre os elementos urbanos definidores do espaço romano do plano da cidade, conta-se com os seguintes elementos, conforme quadro 1:

Quadro 1: Elementos Urbanos de Roma

Muralha	Tinha um valor religioso ligado ao significado de rito de limitação da cidade, como forma de proteção
Rua	São pavimentadas e cercadas por calçadas, com aproximadamente 12 metros as ruas principais e de 6 metros as ruas secundárias
Forum	Função de mercado e local para as reuniões, configurada como uma praça rodeada de edifícios públicos, igualado a um centro da vida religiosa.
Equipamentos Públicos	Uma praça com edifícios como teatro, circos, anfiteatros e thermas, sendo o teatro inserido no mesmo princípio grego aproveitando a declividade das

Habitações	As habitações eram divididos em dois tipos o domus e insulae, sendo o estilo domus moldando-se a o estilo clássico da casa geralmente térreo e a insulae são edifícios coletivos de vários andares.
-------------------	---

Fonte: Organização e Elaboração: SOUZA, Felipe Melo, (2015) com base em MORRIS, (1989)

Os princípios urbanísticos romanos, assim como na Grécia, eram responsabilidade dos supervisores de obras, que acompanhavam os avanços sobre as ruas e comandavam importantes obras relativas à via pública, esgotos e aquedutos; eram considerados funcionários de alto escalão, nomeados pelo imperador e conhecidos como tutor das águas e o procurador das ruas.

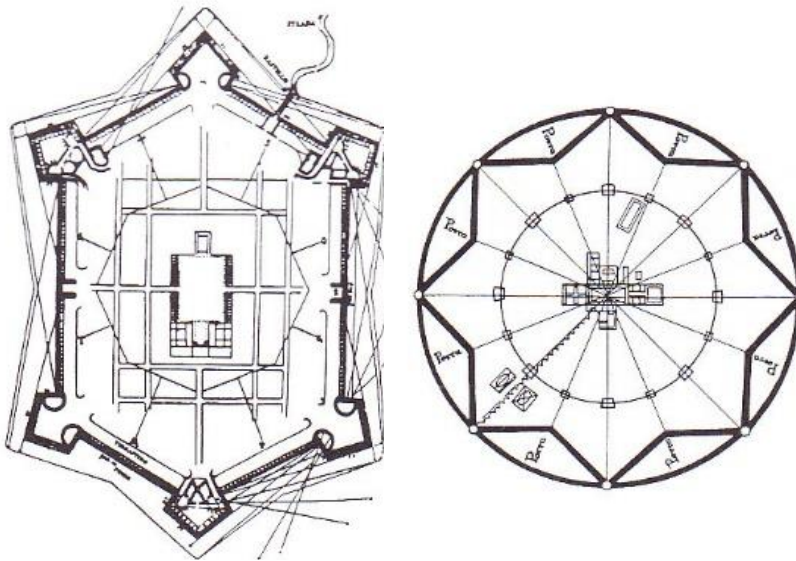
2.2 O Renascimento e a utopia da cidade ideal

Entende-se como período Renascentista, aquele que se estende do início do século XV até final do século XVIII, com a ideologia de um novo modelo a favorecer a vida das pessoas dentro do espaço urbano, baseados em princípios utópicos.

O objetivo principal torna-se criar uma cidade que seja organizada de tal forma que não seja necessário mudanças, partindo do pressuposto de forma circular, com uma linguagem que permanece uma referência para formação de um novo olhar para a forma da cidade.

Na figura 4, percebe-se a clara intenção de se concentrar no centro do tecido urbano romano todos os edifícios públicos, além de ressaltar a intencionalidade de representação do poder, através da monumentalidade criada pelos agrupamentos destes edifícios, com o acesso através de uma avenida principal que corta o desenho urbano.

Figura 4: A cidade ideal de Vitruvius e de Filarete



Fonte: Benevolo, 1999

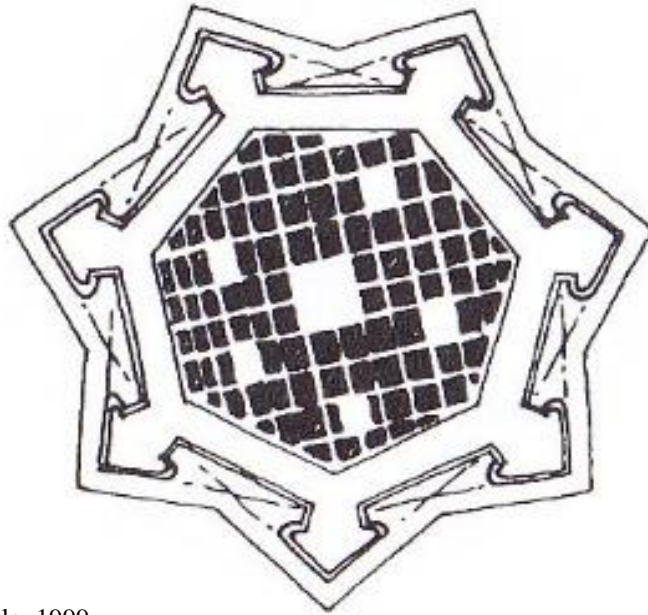
Essa linguagem remete a uma maior aproximação da cidade com eixos interligados, continuando a ideia já consolidada na antiguidade com base nas muralhas de proteção, com um núcleo central, de onde partiriam os principais acessos, conforme se observa nas figuras 4.

Esse princípio de cidade ideal também irá permear entre os militares, uma vez que a referência de proteção estabelecida era dos cinturões contornando a cidade, além de ser uma excelente ferramenta de controle do espaço urbano, com a ideia de um núcleo central principal com interligações contornando a área, conforme proposta por Cattaneo na figura 5.

O processo de transferência de modelos europeus para a América não é fruto do século XIX, mas do século XVI. Suas raízes estão na tradição ortogonal de construção de núcleos urbanos nas colônias espanholas, ainda nos primeiros anos de colonização. Com forma pré-estabelecida pelas normatizações da “Ley de las Indias”, as cidades coloniais da América espanhola assumiam a forma do traçado quadriculado que tinha no centro a “Plaza Mayor”:

cuja largura correspondesse pelo menos a dois terços do comprimento [...] A praça servia de base para o traçado das ruas: as quatro principais saíam do centro de cada face da praça. De cada ângulo saíam mais duas, havendo um cuidado de que os quatro ângulos olhassem para os quatro ventos (HOLANDA, 1995, p. 97).

Figura 5: A cidade ideal de função militar, proposta por Cattaneo



Fonte: Benevolo, 1999

Ao se analisar a formação urbana das cidades européias em sua fundação, percebe-se como característica a proteção através das muralhas. Tinham como forma principal o círculo e do núcleo central convergiam os raios de interligação com as áreas periféricas, produzindo assim o que se denomina de radioconcêntrico, no qual as vias principais convergem para um núcleo central da cidade.

A referência de cidade - através do plano radioconcêntrico é a de centralizar o poder como forma de proteção e de implementação de um domínio, veículo da ideologia grega de impor condicionantes que tragam à população a ideia de quem domina e de quem é dominado, concentrando nos edifícios públicos:

‘o centro, que reúne as instituições do poder e as funções simbólicas, confundem com o núcleo histórico, com a parte antiga, com a origem da cidade. Os subúrbios distanciam-se, mas mantém uma relação evidente com o centro, garantida pela amarração feita pelas vias principais.’ (PANERAI, 2006, p. 16)

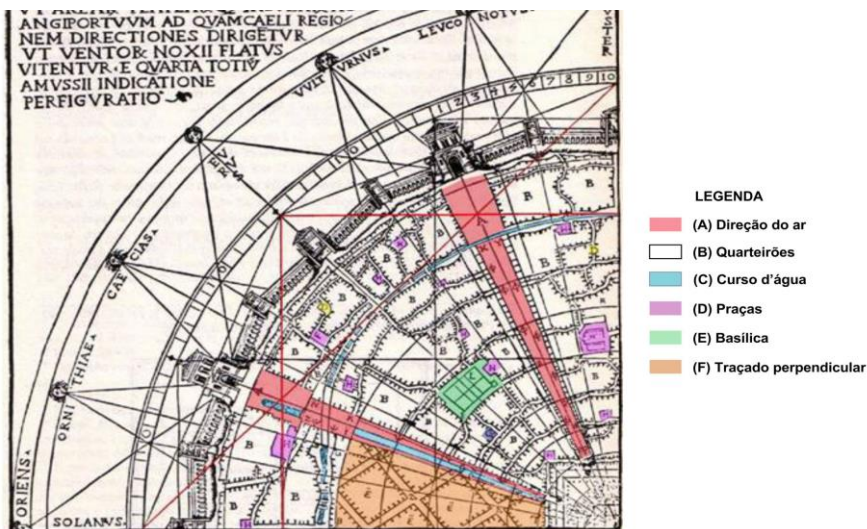
Logo, a população tem uma relação direta com a referência do centro, ligado diretamente ao núcleo da gênese da cidade, sendo o comércio e os serviços do setor público os polos atrativos para a dinâmica das regiões centrais. A ideia é que essa dinâmica sofra uma

diminuição à medida que se reduz o polo atrativo, ou seja, com a saída do comércio e dos serviços.

Vitruvius, um dos grandes pensadores da cidade ideal no Renascimento, foi um dos responsáveis por disseminar a ideia de ordenamento urbano, partindo do pressuposto que do corpo inscrito no círculo e no quadrado, torna-se um dos elementos mais conhecidos da preceptística vitruviana, produzindo com isso um tratado sobre arquitetura, ficando conhecido como o tratado de Vitruvius.

No pensamento de Vitruvius, mantinham-se para a ideia principal de cidade, seis princípios definidos em: ordenação – *ordinatio* ou *taxis*–; disposição –*dispositio* ou *diathesis* –; eurritmia – *eurythmia* –; comensurabilidade – *symmetria* –; decoro – *decor* – e distribuição – *distributio* ou *oikonomia*, porém, a simetria é a premissa principal que estabelece as relações proporcionais das partes e do todo. Dentro do pensamento de Vitruvius é possível observar através da figura 6, as características presentes na ideia de cidade ideal.

Figura 6: A cidade ideal de Vitruvius



Fonte: BENEVOLO, Apud PEDRO, Ana Paula Giardini, 2005

Para as vias radiais, tinha-se como proposta a orientação definida pela rosas dos ventos, considerando-as mais largas nas extremidades perimetrais e com sua largura diminuída conforme se aproxima do centro, sendo em verde a Basílica localizada entre as duas principais avenidas, além das praças distribuídas no tecido urbano do plano.

Essa proposta para a cidade, possui o modelo denominado radioconcêntrico, com a forma de estrela com oito pontas, formando um polígono de 16 lados, com 16 ruas que convergem para a praça principal, onde está edificado o palácio do soberano. Portanto, a cidade seria um octógono regular que possui no centro uma praça octogonal, onde se irradiam oito ruas cortadas por vias circulares concêntricas ao traçado octogonal.

Dentro da discussão sobre o plano radial-concêntrico, destacam-se os arquitetos italianos do século XVI: Bramante, Fra Giocondo e Cesariano. Fra Giocondo elabora um projeto de cidade ideal circular com duas muralhas, com ruas irradiadas ao centro, no meio uma praça, e no meio da praça um monumento redondo, com a proposta de valorizar esteticamente o monumento central para o qual se convergiam os olhares.

Da praça central irradiam-se avenidas largas e retas; o plano quadriculado permite que todos se dirijam a seu objetivo sem ter de se desviar. A separação entre os locais em que a população vive e trabalha e aquele em que a utopia é representada está feita. A coesão social aparece também simbolizada pela indiferenciação do lugar em que cada um vive [...] No limite, diz Baczkó, tudo é ao mesmo tempo realidade e símbolo. As praças quadradas ou circulares, as avenidas retas e largas, a simetria e a variedade, o calçamento em pedra ou mármore etc., não ordenam simplesmente a cidade, mas são também e sobretudo signos visíveis da ordem racional à qual esta se subordina. (PENTEADO, 1989, p. 67)

Observa-se com isso que a praça onde concentrava a maioria dos edifícios públicos, tinha o objetivo de demarcar a localização, ao mesmo tempo que tonava-se um símbolo para a cidade a partir de seus elementos arquitetônicos agrupados, fixando uma referência visual aos moradores da cidade.

2.3 As intervenções urbanísticas na cidade de Paris no século XVII e XVIII

Dominado pela influência francesa no decorrer do século XVII, as intervenções urbanísticas tinham a preocupação de controlar e organizar a expansão da cidade, bem como o seu crescimento urbano, havia na legislação real- decreto 1548, a proibição da nova expansão da cidade de Paris, inclusive com intervenções na cidade, incluindo demolições de edifícios construídos.

A nova proposta para o crescimento de Paris tinha o intuito de ordenar o seu crescimento, como forma de transformar a cidade em uma espécie de cidade ideal, trabalhando na perspectiva de criação de cenários, colocando a intervenção como forma de

induzir o olhar do transeunte a um determinado edifício. E isso se concretizou através de algumas medidas que tinham como propostas os seguintes itens:

- Construção de casas baixas apenas nos terrenos com frente para as ruas já existentes;
- Ruas largas e retas destinadas a colocar a comunicação direta entre os diferentes bairros e os principais edifícios;
- Mínimo de 10 metros de largura para as novas ruas e alargamento das vias existentes como forma de se adequar à nova diretriz;
- Salubridade com o favorecimento da circulação de ar nas novas ruas largas e jardins;
- Higienização com a implantação do sistema de esgoto, utilizando-se valetas de menilmontant e, em 1740, houve a implantação da rede de esgoto parisiense;
- Retirada das atividades poluidoras, como matadouros, hospitais e prisões do centro da cidade, transferindo-os para a parte periférica;
- Regularização das fachadas das edificações com seus adornos para embelezar a cidade;
- Criação das praças reais no início do século XVII.

A partir dessas diretrizes citadas acima, pode-se analisar que a preocupação naquele período era de organizar a cidade para que as pessoas tivessem uma melhor qualidade de vida e para isso criou-se instrumentos de controles e organização para atuar em sua expansão urbana.

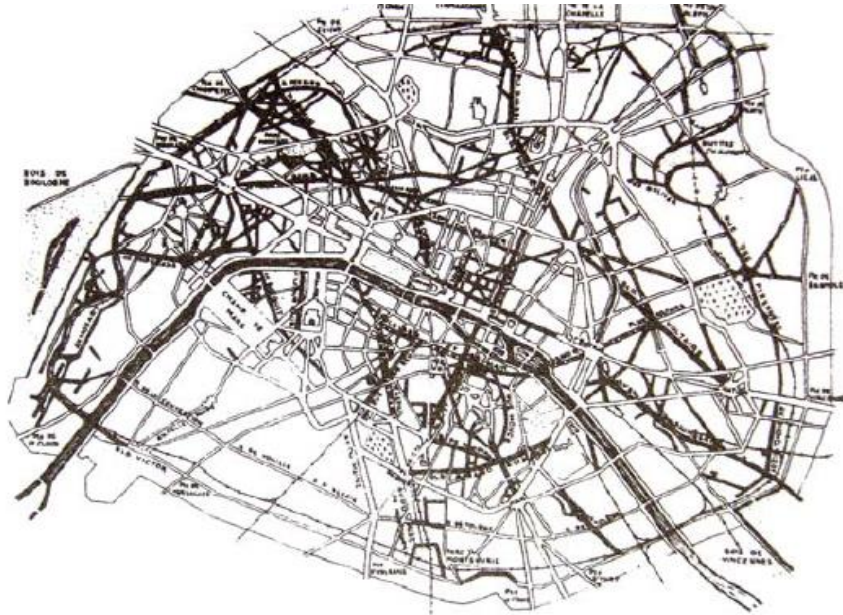
Outra característica importante presente nesse processo, era o de reafirmar a força das grandes conquistas expondo nas praças as estátuas que evocavam o triunfo dos militares. De forma geral, o intuito, também, era aproveitar o momento de contemplação visual da praça, reforçando-se, assim, a importância da história francesa.

Hausmann em 1853 foi um importante engenheiro do século XIX, responsável pela coordenação da reforma de Paris, que possuía milhões de pessoas no início do século, por volta de 1870. Esta se torna a capital industrial, comercial e financeira da França, entretanto, possuía dois grandes problemas: superpovoamento e insalubridade.

Dentro desse contexto, Napoleão III define uma política de urbanismo e contrata Hausmann para o desafio de criar um projeto de transformação e melhora de qualidade de vida que atingisse a cidade por inteiro. Na frente estabelecida por Hausmann, na figura 7 pode-se observar a criação de artérias, bulevares, ruas e avenidas largas que carregava a ideia principal de harmonia entre a cidade nova e a cidade antiga, o que se constituiu em um dos grandes desafios do engenheiro para Paris.

Napoleão III, por sua vez objetivava extinguir a cidade antiga e apresentar uma nova cidade, e para tal, era necessário construir novas ruas, conforme se pode observar na figura 8, na qual se apresenta com traçado escuro a proposta das novas vias, que interligariam todas as áreas do tecido urbano.

Figura 7: Novas ruas em preto, intervenções de Haussmann na cidade de Paris em 1853



Fonte: BENEVOLO, Leonardo, 1999

O processo de transformação por que passa as cidades européias, refletia a necessidade de se pensar um local que fizesse adaptações para a inserção de novos modos de vidas e, principalmente, a adequação dos espaços ao atendimento das necessidades de seus habitantes. Segundo Choay “Do ponto de vista estrutural, nas velhas cidades da Europa, a transformação dos meios de produção e transporte, assim como a emergência de novas funções urbanas contribuem para romper com os velhos quadros, frequentemente justapostos, da cidade medieval e da cidade barroca (CHOAY, 2005, p.4)

A proposta de Haussmann (1853) era de interligar toda a cidade através das ruas e das novas avenidas, cujos pontos mais importantes são todos interligados com as avenidas, preparando-a para sua futura expansão. O objetivo era apresentar a cidade de forma induzida ao visitante, bem como, facilitar futuras manobras militares.

Na figura 8 é possível observar a presença do traçado ortogonal na cidade de Paris também, o que na proposta de Haussmann tornou-se um desafio, pois era necessário a integração entre a cidade nova e a antiga.

Figura 8: Plano geral de Paris onde aparece a estrutura reticular do assentamento Romano

estrutura reticular do



Fonte: MORRIS, 1989

2.4 As utopias urbanísticas, segundo Françoise Choay

2.4.1 Modelo culturalista

O utópico modelo culturalista tem como objetivo a defesa do patrimônio, onde opõe-se ao progressista. O objetivo é a manutenção do processo embrionário de ocupação do espaço, ou seja, a continuação do processo natural da formação da cidade, mantendo suas características criadas ao longo do tempo, com suas particularidades e originalidades. Isso tem o intuito, também, de não criar diferenças visuais entre a cidade velha e a cidade nova, contrapondo-se diretamente à ideia da industrialização.

Nesse ideal nostálgico de manter a presença do passado Ruskin e Morris foram os responsáveis por divulgá-lo, através da produção de livros que irão tratar sobre o tema, disseminando crítica ao modelo progressista, priorizando a aglomeração, em detrimento da dispersão, no combate ao exemplo da cidade de Londres, onde houve uma dispersão de aglomerados urbanos em favor da industrialização.

É perceptível, portanto, a defesa para que o movimento cultural da cidade se desse de forma concentrada, que esta fosse dividida a partir de núcleos com características próprias e

específicas, mantendo sua dinâmica de criação natural, preservando a sinuosidade de suas ruas e de seus aglomerados, quebrando com qualquer padrão que alterasse os elementos de sua forma. Esse ideal de cidade foi defendido por Morris em forma de protesto em uma de suas conferências afirmando que a irregularidade e a assimetria são a marca de uma ordem orgânica, inspiradas pela potência criadora da vida, e só a ordem orgânica é suscetível de integrar as heranças sucessivas da história e de levar em consideração as particularidades da paisagem (MORRIS, 1989).

O projeto de cidade jardim de Howard, publicado em 1898 no livro *Tomorrow*, traz o ideal de uma cidade, adequando o seu modo de vida à sua dinâmica, através de setorização e organização, na qual a mesma deveria ser concebida para 32 mil habitantes com, aproximadamente, 400 hectares urbanos e um cinturão verde de 2 mil hectares contornando-a.

A cidade tal como a idealizou Howard, cujas idéias foram compreendidas e realizadas por Unwin, Parker e outros profissionais na Inglaterra bem como na França, Estados Unidos, etc., é uma admirável escola para as massas populares, trazendo-as ao nível da civilização moderna, educando-as, instruindo-as e dirigindo-lhes a atividade no bom sentido. (GODOY, 1942, p.35/36)

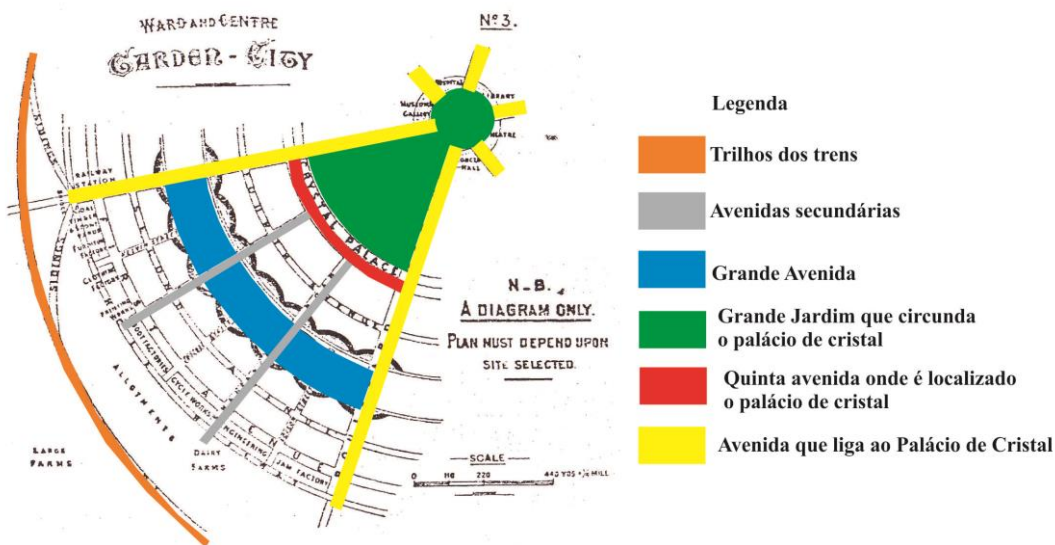
A cidade jardim proposta, se construída, ocuparia uma área de 400 ha com uma forma circular de 1.133m de distância do centro da circunferência, contando ainda, com seis bulevares de 36 metros de largura cada um, divididos em seis partes iguais e, ao redor ficariam os edifícios públicos, como a sede municipal, as salas de concerto e conferência, hospital, biblioteca e museu.

Na concepção de cidade para Howard, conhecida como o imã cidade-campo, cuja proposta era oferecer a estrutura de cidade na área rural, inserindo elementos como o conhecido palácio de cristal, onde funcionaria toda a atividade de comércio, o qual teria a extensão de 58 ha, incluindo grandes pátios de recreação, acesso fácil à população e seria complementado pelos espaços públicos da cidade, com as seguintes características:

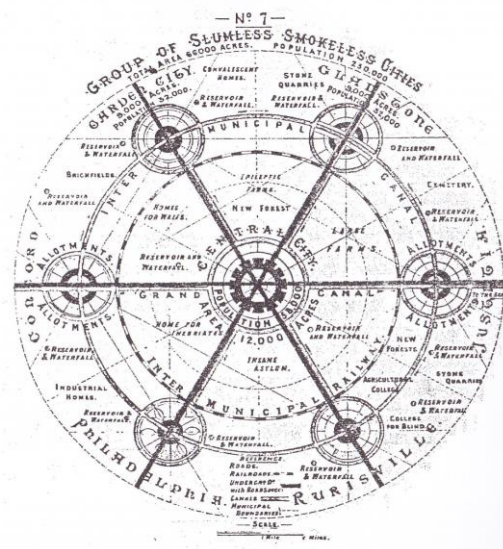
E tal princípio de crescimento sempre preservar um cinturão cidades seria retido em mente até que, com o passar do tempo, tivéssemos uma rede de cidades, não, é claro, dispostas geometricamente tal como meu diagrama, mas agrupadas em torno de uma Cidade Central, em que cada morador de todo o grupo, ainda que em certo sentido vivendo numa cidade de pequeno porte, na realidade desfrute de todas as vantagens de uma grande e belíssima cidade, mantendo-se a poucos minutos a pé ou de condução, de todas as delícias do campo: relvados, sebes e bosques e não meramente parques afetados e jardins. (HOWARD, 1996, p. 187/188)

Na figura 9, observa-se o projeto da cidade jardim, incluem-se, também, as propostas voltadas ao futuro, no qual, após a cidade atingir cerca de trinta e dois mil habitantes, haveria uma divisão celular com a constituição de diversos núcleos ao redor da cidade principal, com o objetivo de haver uma proximidade entre as cidades que se distanciariam, no máximo, 16 km uma da outra e teriam acesso rápido através de estradas de ferro.

Figura 9: Diagrama de Howard distrito e centro e diagrama de constelação de cidades



Fonte: Howard, Ebenezer, 2002, Adaptado pelo autor



Fonte: Howard, Ebenezer, 2002

Observa-se, a partir da figura 9, seis bulevares que deveriam possuir 36 metros de largura, que se cruzam desde o centro até a circunferência, dividindo-se em seis partes iguais. No palácio de cristal, acima da quinta avenida representado na cor vermelha, tem-se o acesso ao parque, possuindo 02 bulevares laterais que cortam toda a cidade.

Dentro dessa visão de Howard, há na verdade a criação de várias cidades com, aproximadamente, 32 mil habitantes cada uma. Essa situação aplicada, hoje, numa cidade com um milhão de habitantes, traria de certa forma um emaranhado de cidades-jardim, as quais teriam a probabilidade de se encontrar, como um processo de união da estrutura física entre as cidades a um prazo curto, o que traria um sério problema quanto ao uso das operações urbanas na integração das cidades.

Outro fato complicador seria a própria implantação dessa cidade, a qual, obrigatoriamente, teria de ser instalada num sítio plano o que, talvez, não fosse possível em determinadas regiões, em virtude de seu sítio irregular. Com isso, ao se analisar de forma prática, há na proposta deste modelo uma grande limitação, pois os próprios habitantes teriam apenas um terreno de 6,5m x 40m para edificar suas residências, limitando sua expansão, caso desejassem-na.

Quanto à dinâmica da sociedade, haveria desigualdade em relação às classes sociais, fato esse desconsiderado por Howard, já que uma sociedade igualitária, sem diferenças de classes, é algo utópico e descartado, pois a sociedade possui característica natural de mudança-

Outra consideração, é que de certo modo a cidade-jardim tinha o intuito de unir duas formas de pensamento em uma única proposta de cidade: a primeira com o olhar do culturalismo, cujo tema é a conservação e preservação da forma de viver de seus habitantes, mantendo-se as relações da estrutura histórica, organizando-se a cidade através de suas funções; a segunda forma é o modelo progressista, cuja proposta era criar o traçado da cidade de forma organizada, na maioria das vezes com desenhos simétricos, determinando, inclusive, seus limites e evitando seu crescimento espontâneo:

esses modelos pré-urbanos do século XIX são criticados por sociólogos, pois a cidade não era vista como um processo, mas como um objeto reprodutível, extraída da temporalidade concreta, portanto, utópica, apesar das preocupações realistas

socioeconômicas do autor da Cidade-Jardim... esse modelo é culturalista, expressado nos desenhos de Unwin e Parker em Letchworth, pois prevalece a visão cultural sobre a racionalista progressista, ou seja, as necessidades espirituais e artísticas representadas por espaços com formas menos rigorosas com particularidades e variedades prevalecem sobre a lógica racional dos espaços aplicados para qualquer lugar do modelo progressista como a Vila de Owen e o Falanstério de Fourier. (CHOAY, 2005, p. 219).

Um dos pontos positivos do sistema da cidade-jardim é em relação à questão ambiental, criando e tornando espaços para a difusão de uma melhor qualidade de vida nas cidades. A partir da idealização de planos para a cidade, surgem movimentos contra e a favor deles e de intervenções urbanísticas, como podem ser observados nas ideias dos pensadores e dos movimentos relacionados a seguir.

2.4.2 Modelo progressista

Na visão da utopia progressista o espaço é amplamente aberto com vazios verdes, a fim de permitir a determinação de uma ordem-tipo, aplicável a qualquer lugar, com a finalidade de melhor qualidade de vida, na qual se trabalha questões como a higiene. Traz em seu bojo a preocupação com as funções humanas a partir de seu habitat, trabalho, cultura e lazer, apontadas por Fourier, separadamente, através das formas de trabalho.

Dentro das características progressistas que serão analisadas, destacam-se como diretrizes principais: a impressão visual e o papel da estética na sua concepção, recusando qualquer herança artística do passado, com ênfase nos arranjos novos, simples e racionais, substituindo os ornamentos tradicionais presentes na cidade.

Sob o olhar da arquitetura, o fator de maior importância para o reconhecimento da cidade é distinguir entre o velho e o novo, pois esses condicionantes irão indicar os parâmetros para além de seu próprio crescimento, irão sinalizar os períodos de mudança por quais passam as cidades, e nesse processo, os elementos arquitetônicos são quem irá indicar visualmente essas mudanças, mais precisamente os edifícios, que são referências visuais importantes, com destaque aos públicos.

No pensamento progressista há um recorte temporal que faz referência à cidade industrial, pois esta possui todos os princípios necessários para o enquadramento da cidade nessa linha, à medida que rompe com o velho e traz, inclusive, as mudanças no modo de vida das pessoas, com reflexos no modo de vida das cidades.

Na discussão da problemática progressista engessa-se o embelezamento das cidades, pois a arquitetura torna-se mais impositiva e de formas simplificadas, sem adornos, criando, sobremaneira, uma unidade entre os conjuntos de edifícios, transformando-as um verdadeiro conjunto de edifícios iguais e sem referência visual, como por exemplo, os conjuntos habitacionais, com o único propósito de moradia, em detrimento da estética.

Um dos problemas gerados com a massificação desse modelo progressista foi o descompasso entre a moradia e o morador; este teve suas necessidades completamente ignoradas, notadamente, se se levar em consideração os processos de transformação das necessidades humanas, ver-se-á que a concepção do projeto não corresponde a essas transformações:

Solução da bela e grande questão da arquitetura humana, calculada com base nas exigências da organização do homem, respondendo à integridade das necessidades e dos desejos do homem, deduzida de suas necessidades, seus desejos e matematicamente ajustadas às grandes conveniências primordiais de sua constituição física (CHOAY, 2005, p.8)

A arquitetura e urbanismo diante das consequências da cidade industrial devem ser indissociáveis, a partir de uma arquitetura nova que ponha em prática as novas técnicas de construção e a nova visão do espaço que só tem sentido quando integrada à cidade moderna (CHOAY, 2005, p. 183)

Le Corbusier³, em 1930, traz uma proposta para a cidade, considerando a dinâmica a partir do período da era industrial, agregando-se, com isso, valor, ao invés de pensar o urbanismo unicamente como proposta de um modelo; nela as edificações seriam organizadas no formato de torre e recebeu o nome de Cité Radieuse.

Na proposta de Corbusier observa-se a cidade com um princípio mais linear, abandonando-se o modelo concêntrico, mas traz algumas ideias relacionadas a Guarnier e a Howard da cidade-jardim; de Guarnier assimila a cidade funcional e de August Peret uma nova forma de construção verticalizada, pois ele propõe a cidade vertical, formando-se no tecido urbano vários arranha-céus.

³ Charles Edouard Jeanneret-Gris foi um arquiteto e pintor franco-suíço que se tornou uma das figuras mais importantes da arquitetura no século XX. Adotou o pseudônimo profissional “Le Corbusier” por causa do sobrenome de sua avó materna. Teve grande influência para a formação da geração [modernista](#) de arquitetos brasileiros. Fonte: <http://arquiteturaurbanismotodos.org.br/lecorbusier/>

Uma das problemáticas observadas na proposta de Corbusier é com relação à dinâmica do transporte, pois em alguns núcleos, esse modelo vertical levará à alta densidade populacional, criando-se um problema de mobilidade populacional, sem contar com o crescimento no número de veículos, o que traria sérias consequências para a cidade.

A cidade atual adaptou-se naturalmente a alguns princípios trazidos por Corbusier, em função dessa dinâmica de se criar duas frentes de ocupação: de um lado, a construção das torres comerciais e residenciais de forma vertical, cujo modelo favorece a valorização e a exploração imobiliária e, de outro lado, na horizontal, a construção de conjuntos habitacionais, que agregam os que foram expulsos do modelo vertical, constituindo-se, então, num sistema que procura dispersar a ocupação da cidade, originando segregação urbana, ao separá-la em duas realidades: de alto e de baixo valor agregado no uso e ocupação do solo. Na concepção de Choay (2010) sobre a cidade, há algumas características de destaque, conforme quadro 2:

Quadro 2: Características da cidade moderna

CARACTERÍSTICAS DA CIDADE MODERNA	
Desordem	A grande cidade hoje é uma catástrofe ameaçadora, por não ter sido mais animada por um espírito de geometria
Geometria	A cidade moderna vive praticamente em linhas retas. A curva é prejudicial, difícil e perigosa, a linha reta é um ato humano
Urbanismo e arquitetura	o urbanista mal se distingue do arquiteto, o primeiro organiza os espaços arquitetônicos, fixa o local e o destino dos volumes, o segundo é preocupado unicamente com a habitação

Espaço verde	A natureza é de novo levada em consideração, invés de se tornar um pedregal, é concebida como um grande parque.
Cidade Modelo	Os princípios fundamentais, constituem o esqueleto de qualquer sistema de urbanização, serão a regra do jogo. Rua, terreno, população, pulmão (referência as áreas verdes).
Plano da cidade	Princípios fundamentais: descongestionamento do centro das cidades; aumento da densidade; aumento dos meios de circulação, aumento de áreas verdes.

Elaboração e Organização: SOUZA, Felipe Melo, 2014

Dentre as características citadas no quadro 2 por Choay (2010) destaca-se a geometria, espaço verde, cidade modelo e o plano da cidade, todos esses planos estão inteiramente relacionados pois a partir de plano de cidade é elaborado o modelo de cidade que se pretende implantar, destaca-se a geometria utilizada e na maioria dos casos a definição dos espaços verdes, que em sua maioria tinha um grau de importância de onde partia a distribuição das áreas para as edificações formando um conjunto arquitetônico sendo inserido e reconhecido esse espaço como a praça pública.

2.5 Plano urbanístico em cidades brasileiras: o caso de Goiânia, Belo Horizonte e Brasília

Holanda (1987) afirma que para muitas nações conquistadas, a construção de cidades foi o mais decisivo instrumento de dominação que conheceram.

também não foi sem boas razões que esses povos conquistadores usaram de semelhante recurso, pois a experiência tem demonstrado ser este, entre todos os outros, o mais duradouro e eficiente. Somada às características urbanísticas, tem-se as formas que foram estabelecidas através dos edifícios, contendo as relações de proporções, escala e principalmente estética, como maneira de estabelecer as impressões de dominação e poder. (HOLANDA, 1987, p.61)

Nesse sentido a formação das cidades estabelece-se pela constituição física do Estado, por meio de seus elementos urbanísticos, diretamente ligados à setorização e, principalmente, à forma arquitetônica.

Observa-se um grande movimento nas cidades brasileiras para propostas de intervenções, que visavam à adequação das cidades à nova realidade da expansão urbana, principalmente, em relação ao transporte e à circulação, elementos esses que nortearam as discussões das intervenções sofridas nas cidades.

Segundo Leme (2005) levava-se em conta a visão integrada dos projetos de rede de infraestrutura em paralelo ao sistema viário e ao de transporte. Esses projetos começaram a ser trabalhados nas principais cidades brasileiras a partir de 1930, dentre eles, destacam-se o plano de avenidas de São Paulo, desenvolvido por Francisco Prestes Maia; o francês Joseph-Antoine Bauvard nos projetos das valas do Anhangabaú, também, em São Paulo, e o do francês Donat Alfred Agache, com atuação nos projetos urbanísticos do Rio de Janeiro. Atuando em outras regiões do Brasil há Atilio Correia Lima e Armando de Godoy, em Goiânia, no estado de Goiás.

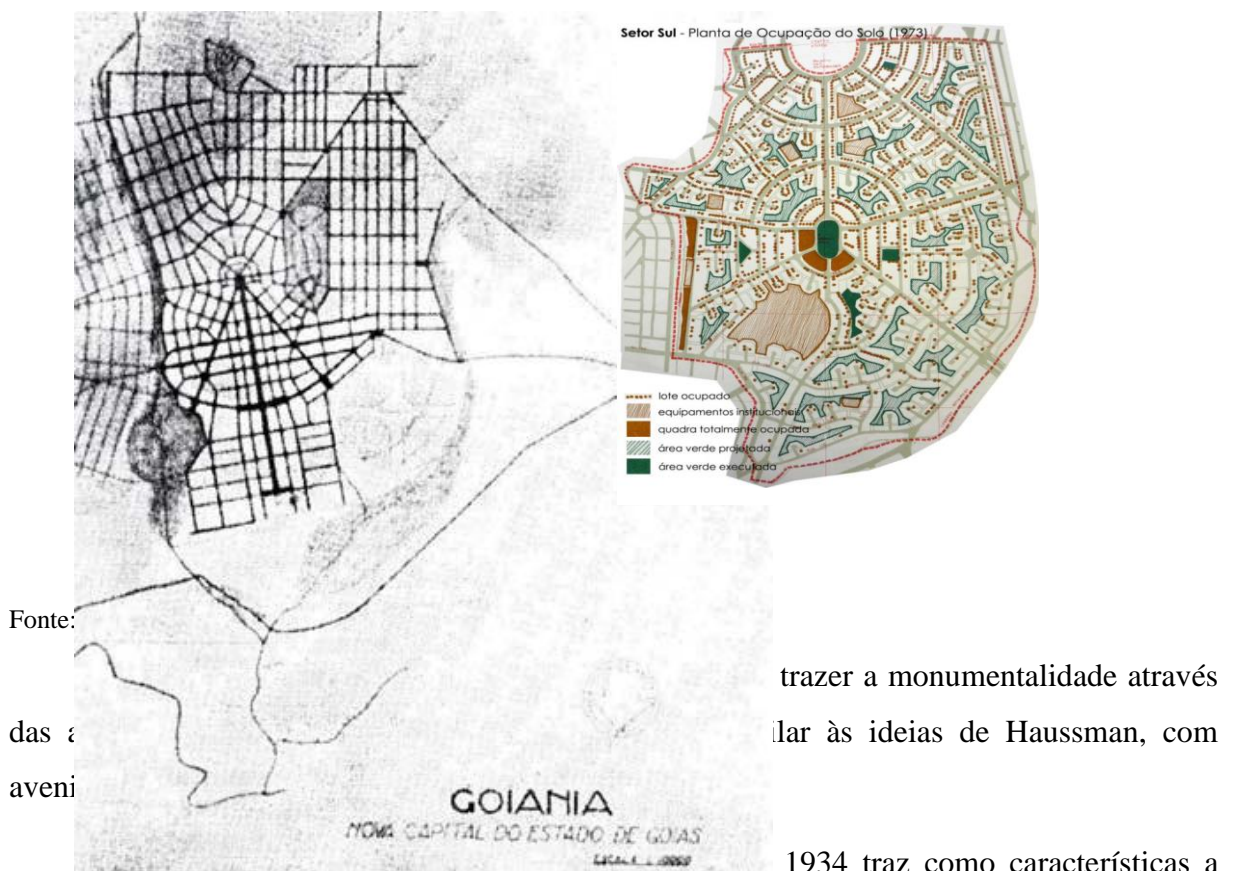
2.5.1 Goiânia e o plano urbanístico de Atilio Correa Lima

Na primeira metade do século XX, Atilio Correa projetou a cidade de Goiânia com inspiração na escola francesa, porém não conseguiu implantar todo o projeto em virtude do cancelamento do contrato com o governo; em 1934, o urbanista Armando de Godói assumiu o seu lugar e trouxe a linguagem das cidades-jardins para o projeto. Dentro do pensamento de Atilio Correa estava o da intencionalidade de transformar Goiânia na capital de Goiás como afirma:

Porém, vai mais adiante na caracterização dessa cidade ideal. Discrimina, a partir de termos dicotômicos, a nova e a velha capital: “Movimento excepcional” e “energias goianas” opõem-se aos termos “mentalidade perniciosa” e “aldeia”, referindo-se à Cidade de Goiás, em seu relatório. Seu discurso, portanto, investe na noção de ruptura, entendida pela consciência ou pela sensação de que algo foi deixado para trás, extinguiu-se, foi abandonado, irremediavelmente perdido e em seu lugar foi instalado algo novo, ainda não compreendido em toda a sua extensão, mas considerado como um “sinal dos tempos”. Neste caso, ela caracteriza-se como uma experiência social positiva que impossibilita os homens reatarmos os antigos vínculos perdidos. Ao mesmo tempo, recorre à noção de emergência para indicar a ocorrência de uma nova situação social anteriormente divisada como um futuro possível e então realizada através da ação dos sujeitos (ARRAIS, 2010, p.186).

Pode-se observar com as ideias de Correa que o projeto partiu de uma necessidade e além da estrutura principal através do desenho urbano, tinha, também, intenção de apresentar a ruptura do passado, com indicação de uma nova proposta para o futuro, sobretudo, na organização da cidade entre os setores administrativos, residenciais, comerciais e industriais, criando-se com isso, a partir do traçado urbano, uma organização intencional dos setores, conforme figuras 10

Figura 10: Plano urbano de Goiânia, desenvolvido por Atílio Correa Lima, em 1934 e Planta do setor Sul também da cidade de Goiânia elaborada por Godoy (esquerda)



Fonte:

das e
aveni

trazer a monumentalidade através
lar às ideias de Haussman, com

1934 traz como características a conversão de três principais avenidas, com o propósito de embelezar a cidade. Além disso, uma das intenções era valorizar o setor administrativo, com a conversão das avenidas para os edifícios, em sua maioria, sede do governo, e, no caso de Goiânia localiza-se no centro cívico.

O engenheiro e urbanista Armando Godoy assume em 1934 a direção da equipe de planejamento, responsável pela elaboração e acompanhamento do plano iniciado por Atílio Côrrea. Godoy elabora o projeto para o setor sul semelhante ao de Atílio quanto às avenidas, convergindo para o centro.

Em seu discurso Godoy (1934) afirma:

A concepção de monumentalidade aqui explorada não se limita apenas à opção do traçado urbano adotado pelos projetistas e sua função especificamente funcional e estética. Além desse elemento, procura relacionar também um outro aspecto fundamental em sua definição: é a disposição simbólica das construções planejadas, a expectativa que se deseja transmitir no interior do plano urbano e o sentido proposto para a obra realizada. (ARRAIS, 2010, p. 190).

De uma forma geral, a partir do ponto de vista de Godoy⁴, observa-se que a cidade tinha um caráter de espetáculo, através da monumentalidade urbanística e com a proposta de induzir seu habitante a um determinado ponto importante dela. A análise que se faz é que o cliente principal era o que encomendava a proposta, na maioria das vezes, seu próprio governante.

Essa atitude punha os habitantes em segundo plano, e de certa forma, os deixavam livres para planejar e construir suas casas da forma que lhes conviessem. Com o passar do tempo, porém, a cidade toma outra dimensão, sobretudo, com o enfraquecimento do poder público em organizar sua estrutura física e o comando passa, então, ao setor privado, cujas características são os projetos de novos loteamentos da cidade.

Em suma, os planos propostos tanto por Godoy quanto por Correa têm em si uma semelhança com as características do moderno, fazem referência ao modelo progressista e trazem a ideia de uma nova cidade para a capital de Goiás.

Ainda de acordo com Arrais (2008), possui cinco quilômetros de lado, sua estrutura compunha-se, basicamente de um sistema de ruas ortogonais, com 18 metros de largura, orientadas no sentido NO-SE e NE-SO e designadas por números e por nomes. Outras dez avenidas, com 18 metros, foram projetadas paralelas àquelas vias e mais 4 avenidas em diagonal estavam projetadas, colocadas num ângulo de 45° e orientadas no sentido E-O e N-S. Além disso, existia ainda uma via em estilo *boulevard* de 90 metros que contornaria todo o perímetro do plano do projeto, além de 3 outros parques de grandes dimensões e mais 16 praças de diversos tamanhos.

⁴ Armando Augusto de Godoy foi engenheiro do Distrito Federal e destacou-se como presidente da Comissão do Plano da Cidade (1931) e consultor na construção de Goiânia (1933 e 1936). Em suas falas e textos buscava divulgar a nova ciência – urbanismo –, refletindo sobre os aspectos da formação, expansão e ordenamento das cidades modernas, além de estabelecer um elo entre a produção urbanística internacional e os profissionais brasileiros.

Do projeto destaca-se a malha quadricular definindo o tecido urbano, com a inserção de diagonais que cortam a cidade de um lado a outro com várias praças inseridas ao longo destas, indo ao encontro do centro, favorecendo através desse traçado uma integração maior com todas as áreas ao longo do plano e principalmente distribuindo as praças como forma de marcar a setorização e favorecer uma maior valorização do uso do solo, no qual cada área possui características que se assemelham no tecido urbano.

2.5.2 Plano Urbanístico de Belo Horizonte: A cidade com Aarão Reis e Armando Godoy

O projeto da nova capital mineira, Belo Horizonte, tornou-se uma das primeiras utopias de cidades brasileiras, reforçada pela ideia de Trevisan (2009), afirmando que ao construir uma “cidade-protótipo”, pretendia-se criar uma sociedade moderna e organizada, comandada por uma nova forma de governo republicano. Caberia ao espaço refletir e representar a organização da sociedade (uma convivência harmoniosa entre diferentes classes sociais) e o poder executivo (momumentalidade).

Na figura 11 pode-se observar o plano urbanístico inicial da capital de Minas Gerais concebido em 1889 na instalação do governo republicano, cujo interesse era trazer um novo direcionamento para a capital brasileira, adicionando a isso algumas diretrizes ao plano.

Figura 11: Planta urbana geral de Belo Horizonte, projetada por Aarão Reis.



Fonte: http://bhnaologares.blogspot.com.br/2009_04_01_archive.html

Este foi estruturado para atender a 30 mil habitantes, podendo chegar a 200 mil, conforme as características históricas do processo de elaboração:

O projeto urbano de Reis, para 30 mil habitantes e perspectiva de chegar a 200 mil, estruturava-se em três zonas diferentes (anéis circunscritos): a urbana, a suburbana e a rural. Embasado pelas ideias de ordem, funcionalidade e monumentalidade, seu projeto foi concebido mesmo antes da escolha do local, ainda na fase de seleção do sítio, gerando após a construção, uma incongruência entre o traçado idealizado e a topografia irregular existente (TREVISSAN, 2009, p. 24).

Com o mesmo propósito estabelecido por Haussmann em 1853 na cidade de Paris, a ideia da estrutura do plano era interligar através das avenidas diagonais os principais pontos simbólicos, induzindo o habitante, valorizando os símbolos importantes da cidade, utilizando o traçado urbano para fazer a ponte entre a intenção e seus objetivos, sendo também destacados:

A dimensão simbólica no delineamento da nova capital mineira foi muito importante: além de se tratar de uma cidade-capital, sede, portanto, do poder político, ela devia, ademais, expressar o novo Brasil que se pretendia construir com a República. Neste sentido, a construção da nova cidade a partir da tábula rasa propiciada pela destruição do arraial sobre a qual [sic] ele se assentou pode ser entendida como uma metáfora da ruptura que ela pretendia introduzir. O simbólico atuou, portanto, como elemento ordenador da implantação dos principais edifícios públicos, de que é um bom exemplo o centro cívico constituído, numa esplanada elevada, pela Praça da Liberdade, dominada pelo Palácio do Governo e delimitada, nas laterais, pelas secretarias de estado. (LEME, 2005, p. 223)

Pode-se observar com essas considerações que o planejamento das cidades deu-se de forma organizada e sistemática, a partir de determinadas propostas que embasam seus desenhos, de maneira a manter certa organização e, acima de tudo, privilegiar os setores e órgãos importantes, organizando-as a partir da localização e setorização dos edifícios públicos.

Percebe-se que um dos problemas com a estrutura do plano urbanístico e, talvez, um reflexo nos dias atuais - tomando-se por base o plano da cidade de Belo Horizonte, em Minas Gerais, é a ausência de uma ligação entre as residências e o comércio, ou seja, a cidade é pensada apenas em duas linhas principais: o privilégio do setor público e, em seguida, os lotes para a instalação de residências, extenuando-se a relação dos habitantes com o comércio que sempre aconteceu de forma espontânea e na verdade, foi adaptado para o sistema implantado.

Como resultado disso, há a inserção do comércio de forma espontânea, localizado, geralmente, nas avenidas principais das cidades e, pelo fato de a maioria delas não terem implantado os condicionantes de avenidas largas, sofrem, hoje, os problemas decorrentes dessa estrutura, que na época, não se associava à demanda de consumo, principalmente, no aumento da aquisição de automóveis.

Nota-se, então, que o plano de uma cidade parte do pressuposto da intenção; os engenheiros responsáveis pela elaboração no caso de uma nova cidade, ou pela inserção de um novo traçado buscavam, em sua maioria, referência nos planos europeus que por sua vez levavam em consideração o lado social da cidade.

2.5.3 Brasília, da utopia à realidade moderna

Brasília é, talvez, um dos maiores exemplos que se tem sobre a utopia transformada em realidade, seja por pontos positivos ou negativos. Ao contrário de outras cidades que já possuíam sua gênese urbana, para ela, havia apenas o sítio para implantação da nova Capital Federal. Sua idealização nasceu de um concurso público para a escolha do projeto urbanístico e a proposta de Lúcio Costa, que contava com arquiteto Oscar Niemeyer sagrou-se vencedora.

Um dos destaques do projeto consistia na idealização que tinha como preceito básico o modernismo e como lema principal o progresso, com sua linha de discurso: de que a forma segue a função, característica essa presente nos projetos elaborados pelos arquitetos no período da arquitetura moderna, adotando um desenho de forma linear, que por sua vez, deixava claro o interesse e o intuito de se trazer um novo modo de vida à capital.

Uma das características era de organizar a cidade por funções, que de certo modo tentava trazer ou implementar um novo sistema de dinâmica a seus habitantes, com o objetivo de lhes proporcionar melhor qualidade de vida, através de uma composição que favorecesse a interação do urbanismo com seus habitantes.

Ao se analisar o plano urbanístico de Brasília percebe-se todos os condicionantes elementares dos princípios de setorização: o setor público - com a esplanada dos ministérios, localizado no eixo monumental e os setores definidos por asa norte e asa sul, que vão ser os norteadores principais do projeto, conforme figura 12:

Figura 12: Concepção Urbanística de Brasília



Fonte: Brasília: preservando o patrimônio da humanidade, Porto Alegre/RS, Projetos, 2010. p.15

Uma das percepções é de que a cidade foi feita para automóvel, pois não há como as pessoas circularem em virtude das grandes distâncias, o que faz pensar que uma das intenções de Lúcio Costa era de realmente deixá-la propícia para o uso do automóvel, mas como compensação deixou os núcleos de cada quadra com um setor de comércio que atenderia cada uma delas.

Pode-se inferir dessa discussão que a noção do modernismo possibilita pensar a cidade de forma diferenciada; no caso de Brasília buscou-se privilegiar seus setores principais, definindo, inclusive, os equipamentos culturais, que acabaram dividindo-a em dois lados que não se dialogavam em função de sua organização, desconsiderando-se, assim, o fator das relações sociais e este sofre transformação, em virtude da produção do espaço, no qual:

Os inícios de Brasília são marcados por uma situação de contraste. De um lado, a cidade representava uma espécie de “visão mitológica” do futuro. De outro, a precariedade das condições de vida e de trabalho da população operária encarregada da edificação da cidade, contradizia essa ideia de modernidade, o que indica que, desde o princípio, o projeto de criação de uma capital moderna estava pleno de contradições, presentes desde a instalação desta capital (COELHO, 2008, p.69)

Esse contraste é evidente na organização da cidade, pois, privilegiou-se a área de entorno da esplanada dos ministérios, bem como, e o setor comercial. A consequência foi sua

fragmentação, intensificando-se a distância entre a residência e trabalho, fato esse que produziu grandes problemas urbanos, sobretudo, em relação ao transporte.

É possível concluir com este capítulo que grande parte dos desenhos encontrados nas cidades advém da visibilidade de destaque para as áreas centrais da cidade, como forma de destacar principalmente os edifícios e espaços públicos em detrimento dos demais. Tal cultura remete-se à gênese do projeto grego (o qual serviu como referência no decorrer da história) que procurava destacar as instituições importantes, adaptando-as à topografia do sítio.

Ademais, o desenho das cidades tinha, também, uma ligação muito forte com as praças, as quais se faziam presente como elemento associado às instituições que as circundavam, formando, com grande frequência, a praça cívica, como é o caso de Goiânia, em Goiás e de Belo Horizonte, em Minas Gerais, cujos traçados urbanos eram voltados para as praças.

Nesse sentido, destacam-se as radiais - em sua maioria com grandes dimensões - voltadas para a praça cívica. Este desenho fazia com que os habitantes transitassem por esta praça, reforçando o caráter de poder e, principalmente, valorizando esse espaço urbano, diferenciando-o dos demais pelo uso e ocupação do solo.

Percebe-se que houve uma cristalização urbana destes planos urbanísticos, já que não previam a perspectiva de expansão do tecido urbano. Isso tornou centrais as áreas onde havia a praça cívica. No entanto, essa centralidade foi perdendo força, à medida que surgiram outras centralidades, em decorrência da extrapolação desse tecido urbano, proporcionada pela força do capital, o que influencia diretamente na produção do espaço.

Essas áreas, portanto, permanecem como núcleos históricos, em função de concentrarem atividades cristalizadas pelas instituições, contudo, em seu entorno há uma dinâmica em constante transformação, proporcionando novas centralidades, dentro desta centralidade, e, estas outras centralidades tornam-se responsáveis, também, pela valorização do uso e ocupação do solo.

Destaca-se, por fim, que de forma geral, havia o interesse de agregar funções, principalmente, através das instituições em áreas privilegiadas do tecido urbano, estabelecendo, assim, uma referência visual de localização para a cidade, trazendo também a

relação de poder estabelecida pelo espaço urbano, presente desde a implantação da cidade grega.

3. CAPÍTULO 3: O PLANO URBANÍSTICO DE BOA VISTA/RR

3.1 A implantação da forma radioconcêntrica e a relação com o núcleo urbano existente

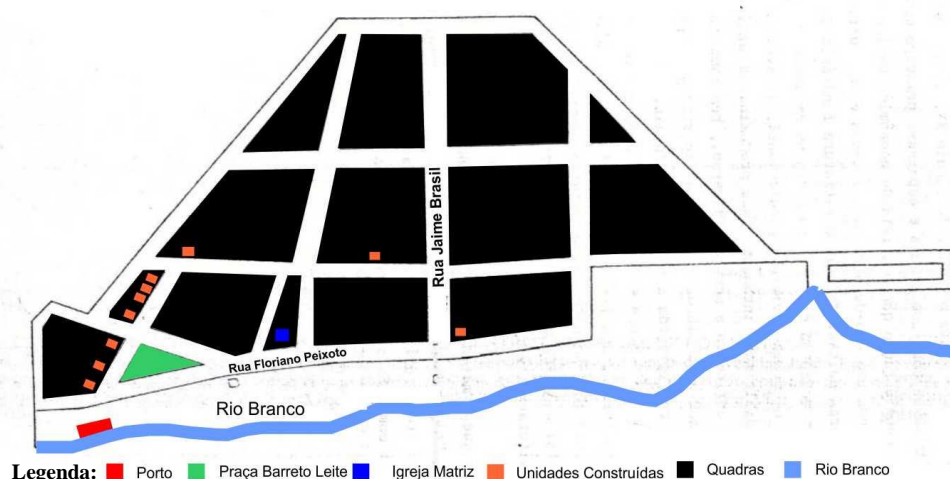
A construção da cidade começaria sempre pela chamada praça maior. Quando em costa do mar, essa praça ficaria no lugar de desembarque do porto, quando a zona mediterrânea, ao centro da povoação. A forma da praça seria um quadrilátero, cuja largura corresponde-se pelo menos a dois terços do comprimento, de modo que, em dia de festa, nela pudessem correr cavalos. A praça servia de base para os traçados das ruas: as quatro principais saíam do centro de cada face da praça, de cada ângulo saíam mais duas, havendo o cuidado de que os quatro ângulos olhassem para os quatro ventos. Assim, a povoação partia nitidamente de um centro, a praça maior representava aqui o mesmo papel do cardo e decumanus nas cidades romanas. (HOLANDA, 1987, p. 63)

A cidade de Boa Vista antes da implantação de seu plano, apresentava um traçado retangular simples, com poucas ruas que se cruzavam de forma linear com as principais e duas ruas nas extremidades que convergiam em busca de um centro. Boa Vista encaixa-se perfeitamente na descrição feita por Holanda.

No processo de transição rural para a consolidação do núcleo urbano, como descreve Silva (2007), destaca-se dentre os elementos que compõem o núcleo urbano, o Porto, utilizado para embarque e desembarque da população e partir dele tem-se a constituição da Praça Barreto Leite e a implantação da Igreja Matriz Nossa Senhora do Carmo.

Esse traçado, portanto, já demonstrava uma clara intenção de buscar por um centro, mas esse centro não era visível; concentrava a rua Jaime Brasil, atual Avenida Jaime Brasil; não continha, ainda, uma estrutura administrativa consolidada, apenas pontual em algumas áreas de seu traçado. Este era tímido e adaptado à realidade daquele período. Na figura 13, o traçado inicial do núcleo urbano, o qual teve importância para a implementação do PUBV.

Figura 13 - Mapeamento urbano de Boa Vista – 1900



Fonte: Acervo da Divisão de Patrimônio Histórico do Estado de Roraima apud CARVALHO, 2012 - adaptado pelo autor (2014)

Conforme Veras (2009), Freitas (1993) e Silva (2007, p.152) em 1900, os núcleos considerados urbanos possuíam uma estrutura muito simples no que se refere aos equipamentos disponíveis. Boa Vista era uma pequena cidade, onde o município possuía uma população de 5.132 habitantes, no qual a Prelazia⁵ abrigava a sede do governo territorial.

Ainda segundo Veras (2009), em 1944, a população do território contava com 15.000 habitantes e, Boa Vista contabilizava 5.000 habitantes; a capital possuía três ruas paralelas ao rio Branco, algumas casas de alvenaria e as outras, em sua maioria, casas de taipa coberta de palha.

Em 1943, no segundo momento, define-se a criação do Território Federal do Rio Branco; no ano seguinte tem-se a indicação do capitão Êne Garcez dos Reis para o governo do Território. O mesmo promoveu uma seleção para propostas orçamentárias para execução do projeto denominado Plano Urbanístico de Boa Vista, em 1944, criando-se, assim, a primeira ação para inserir um modelo que desse um aspecto formal para a cidade, cuja importância está no fato de ser o primeiro plano de cidade apresentado para a Capital do Território, conforme afirma em entrevista cedida a Freitas (1993, p. 63) apud VERAS (2009): “Contratei o urbanista Engenheiro Darcy Aleixo Derenusson para planejar a cidade de Boa Vista. O plano da cidade de Boa Vista foi feito por este engenheiro e a inspiração para aquele traçado fui buscar no traçado de Belo Horizonte”.

⁵ A Prelazia noutros tempos funcionou como residência de sacerdotes, escola, e sede do governo do então Território Federal do Rio Branco. Tombada em 1993, mantém ricos detalhes da concepção original. Fonte: <http://defender.org.br/noticias/nacional/boa-vista-rr-arquitetura-boa-vistense-e-mistura-de-tendencias/>

A referida seleção contou com a participação de 04 (quatro) empresas: Darcy Aleixo Derenusson; Carlos Teles; Empresa de Topografia e Urbanização e Construção Ltda. e F. Rocha Vilaça, conforme consta no Diário Oficial: Boa Vista, 07/12/1944; nº24, pág.08.

Sagrou-se vencedora a empresa Darcy Aleixo Derenusson, que contava com o próprio Darcy como engenheiro civil e urbanista responsável pelo projeto. Dá-se, então, em 1944, início aos estudos preliminares para a elaboração da proposta. Nesse período a cidade contava apenas com o Hospital Coronel Mota, Prelazia, Igreja Matriz e algumas residências, conforme relatado no Jornal a Gazeta de Roraima, em 1991, pág.(s). 05-08.

A proposta contemplava duas etapas principais: a primeira que consistia em analisar os condicionantes para a implantação do projeto, através do levantamento topográfico do sítio onde este seria implantado; na segunda, os projetos relacionados à água e ao esgoto, com toda a infraestrutura necessária para sua implantação, sítio e, por último, além dos projetos de abastecimento de água e energia elétrica, adicionou-se, também, os de escoamento de esgoto e águas pluviais.

Nesta etapa, também foi contemplado o recenseamento geral da população, com o objetivo de obter dados para a elaboração da proposta, bem como, subsídios para o plano sócio-econômico, plano diretor e código de obras. Na execução do projeto contava-se, ainda, com a construção de residências e escolas rurais. Publicado no Diário Oficial de Boa Vista de 1944, estabelecia-se sua execução no período de 1944 a 1950, que contemplava os seguintes itens para a sua implementação, conforme quadro 3:

Quadro 3 - Itens constantes no projeto e na construção do plano urbanístico de Boa Vista/RR

Item	Descrição
1	Levantamento topográfico planialtimétrico e cadastral da vila e arredores, numa extensão de 20
2	Recenseamento geral da população;
3	Estudos sócio-econômicos necessários à elaboração do plano;
4	Elaboração do Plano Diretor da Cidade;
5	Elaboração do Plano de Urbanização, propriamente dito, com detalhamento indispensável à sua
6	Elaboração do Código de Obras;
7	Projeto de abastecimento de água, inclusive detalhamento da captação, adução e rede
8	Projeto da rede coletora de esgotos sanitários (separador) e seu detalhamento;
9	Projeto de galerias de águas pluviais e seu detalhamento;
10	Projeto de energia elétrica e rede distribuidora com detalhamento;
11	Projeto de escolas rurais;
12	Projeto de residências; e Execução das obras

Percebe-se que o plano urbanístico executado contemplava, além do projeto, toda a realização da infraestrutura, bem como, projeto e execução de residências e escolas rurais, com parâmetros, nos também elaborados, Plano Diretor da Cidade e Código de Obras.

De acordo com Veras (2009), em função de crises políticas nacionais, interesses particulares das elites locais e da descontinuidade política existente nas gestões dos ex-governadores, o Plano Urbanístico da cidade não foi executado no período previsto, entre os anos de 1944 a 1950. Ainda nesse processo, o engenheiro Darcy Aleixo Derenusson cria a empresa RIOBRÁS Ltda. para a execução das obras de infraestrutura.

3.2 Os caminhos do plano urbanístico de Boa Vista: forma urbana e o plano

O projeto apresentado pelo Engenheiro Darcy Aleixo Derenusson traz como característica o sistema radial-concêntrico, partindo suas radiais de um centro irradiador, onde há uma praça cívica, na qual se localiza a estrutura administrativa do Território do Rio Branco, que conta com os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, cujo propósito a concentração em uma área central, em que todas as vias principais, em torno de 10 (dez) radiais, têm uma conexão direta com a praça cívica, conforme pode ser observado na figura 14 da maquete elaborada pelo urbanista.

Figura 14: Maquete do plano urbanístico de Boa Vista



A identificação que se estabelece a partir dos condicionantes apresentados no PUBV traz não só semelhança, mas também, influência francesa, observada a partir da própria forma, além das dimensões da estrutura viária. Recebe ainda influência das intervenções por que passou a cidade do Rio de Janeiro em 1927 e 1930 e do plano urbanístico do porto de Niterói e o plano do engenheiro Donat Alfred Agache, conhecido como plano agache⁶.

Dentre as semelhanças há o desenho do plano às margens de um rio ou do mar. Nas cidades onde estes planos foram implantados a expansão urbana deu-se de costas para o rio, irradiando para o lado oposto a ele, como é o caso do PUBV, desconsiderando o rio como principal elemento de configuração urbana.

Entre os objetivos do plano urbanístico de Boa Vista/RR (PUBV) está o de ocupação da Amazônia, cujo interesse gira em torno das questões de proteção do território, que fica perceptível através do desenho escolhido, que traz a intenção de proteção e centralização do setor administrativo. Na figura 16 é possível perceber o interesse de concentrar os edifícios públicos, cujo traçado urbano converge para a praça cívica.

Outra questão é o modelo radial-concêntrico, que conforme visto no segundo capítulo, entre as características, tem o de reunir em função de um centro administrativo várias vias de acesso, valorizando o centro principal. No caso do PUBV há a praça do centro cívico, que reúne grande parte dos edifícios administrativos.

Resta saber se as outras propostas não eram mais coerentes para a realidade da cidade, independente do valor licitado, pois esse modelo tem suas limitações, como afirmava o próprio Governador Êne Garcez: [...] Esse planejamento de cidade tipo Boa Vista, sistema radial-concêntrico tem seus limites. Ele cresce até um determinado limite e daí não pode mais crescer. E no nosso projeto de leque o crescimento deveria ir até a avenida grande circular, daí para frente tinha que ser feito novo plano e não foi feito [...] Fiquei preocupado em saber se a minha idéia de imitar Belo Horizonte teria sido a melhor. Pelo seguinte: a cidade radial, na proporção que vai crescendo, vai apresentando problemas de ligação de periferia com o centro e vice-versa. Nos intervalos das radiais vai formando “quisto” com poucas saídas. Mas, para o tamanho da cidade a que nos propusemos, o sistema radial funcionou. Agora é preciso repensar o assunto (VERAS, 2009, p. 98).

⁶ O plano Agache foi a primeira proposta de intervenção urbana na cidade do Rio de Janeiro com preocupações genuinamente modernas. Concluído em 1930, introduziu no cenário nacional algumas questões típicas da cidade industrial, tais como planejamento do transporte de massas e do abastecimento de águas, a habitação operária e o crescimento das favelas. Além disso, com discussões emergentes que iam desde a necessidade de um zoneamento para a cidade até a delimitação de áreas verdes, ultrapassou os limites do Academicismo das intervenções prodecessoras de Pereira Pasos e Paulo de Frontin. Fonte: <http://planourbano.rio.rj.gov.br/>

O plano urbanístico de Boa Vista traz uma série de indagações sobre a escolha do modelo a ser implantado, uma vez que em 21 de setembro de 1944 foi realizado o concurso para a escolha do projeto, no qual a “Riobras Industrial Ltda.” saiu vencedora do concurso. Oliveira aponta:

[...] o projeto do período de Território Federal, preocupado mais com o controle de poder sobre a terra, redimensionou a ocupação por meio da implantação de novos núcleos agrícolas, com apoio local na figura do governador. Este buscou dar uma nova urbanização à capital do Território, com o objetivo de enfatizar o caráter “branco” da cidade. Assim, em 1945, o traçado primitivo da cidade (em área mais elevada e livre das enchentes) foi aumentado e estruturado segundo critérios urbanísticos. O planejamento seguiu um projeto semelhante ao que foi realizado posteriormente no centro urbano de Goiânia ou de Brasília. Tendo como base o Rio Branco, o novo planejamento ganhou forma de um leque, com a implantação de avenidas radiais iniciadas na ampla praça circular do Centro Cívico, por sua vez cortadas por ruas circulares. Essa operação urbanística estendeu-se por toda a década de 1950 e dividiu a cidade em cinco bairros: Centro, Porto da Olaria, Rói-Couro, Caxangá e Ipase. Nessa década, a circulação interna seguia a mesma tradição cultural anterior: a pequena população caminhava a pé ou era conduzida pelos poucos carros de aluguel e bicicletas; a carga era transportada por cavalos ou carro de boi. (OLIVEIRA, 1991, p. 26)

Também o traçado do plano urbanístico é radiocêntrico, com uma ampla praça central, sede dos poderes executivo, legislativo e judiciário, a partir da qual partem largas avenidas para o norte, sul e oeste. Desse modo, “as vias principais são radiais, sendo 10 (dez) que partem da praça central denominada de Centro Cívico e, à medida que se prolongam, acompanhando o crescimento da cidade, se distanciam entre si, formando uma estrutura em forma de leque” (SILVA, 2009, p. 210).

Observa-se que o período de realização do projeto é republicano, que trazia como proposta realizar uma renovação das cidades, providenciando saneamento, melhoria da circulação e embelezamento das urbes, características estas, também, contempladas e consideradas nos projetos de mesmo período como o de Minas Gerais e Goiás.

Dentro dessas premissas temos em Choay (2005), que as cidades planejadas a partir de então são prováveis reverberações do urbanismo parisiense e de outros modelos em voga, como as cidades-jardins, a cidade industrial e a necessidade de dotar os centros urbanos de condições salubres e modernas de moradia e circulação (LEME, 2005, apud CHOAY, 2005: p. 1-56).

Uma dos aspectos iniciais do PUBV é que se comparado com o de Brasília, o núcleo administrativo principal é concentrado em uma única área, tornando o projeto executado

bastante atual e com características modernas, uma vez que a própria dimensão das vias era favorável à grande circulação de veículos, possuindo nas vias principais quatro faixas de rolamento, preparando à cidade para um aumento futuro de veículos automotores.

Concorda-se com a seguinte afirmação:

Sendo Boa Vista uma cidade que se desenvolveu a partir de um plano de desenho bastante claro e compreensível, a apropriação do espaço urbano se fez claramente em função de certos “marcos” que caracterizam determinadas áreas [...] assim sendo, foi questionada a retomada do sistema radial concêntrica, numa análise crítica com sentido prospectivo. O plano rádio-concêntrico de 1945 é a configuração de uma situação na qual o poder está centralizado, geometricamente na trama urbana, de onde partem todas as forças indutoras do crescimento da cidade. Próximo a essa área central administrativa, se desenvolve o comércio local. Essas funções polarizam todas as atividades urbanas, gerando assim fluxos que tendem a congestionar as áreas centrais. Esse sistema tem como vias principais as radiais que partem do centro e se prolongam para acompanhar o crescimento da cidade (VERAS, 2009, p. 158).

Ao se analisar a definição da escolha da área para a implantação do plano urbanístico, se questiona em entender quais foram os fatores considerados pelo Engenheiro civil Darcy Aleixo Derenusson, uma vez que o local possuía limitações muito grandes; uma delas é o sítio estar de costas e logo após as margens do Rio Branco, limitando, desde já, sua continuação e outra, entre o eixo norte e eixo sul do Rio Cauamé, devido os igarapés e às áreas de preservação ambiental.

O resultado dessa implantação é de 6 (seis) bairros na zona sul e de 6 (seis) bairros na zona norte, o que acabou por restringir e limitar as conexões com as zonas leste e oeste. Destes, os bairros da zona oeste destacam-se por estar em zona nobre da cidade, concentrando a maior parte das classes de renda alta e média da cidade, possuindo uma configuração urbana de ocupação do solo e de produção do espaço diferenciado das demais zonas.

Um fato interessante é que o plano urbanístico do Engenheiro Darcy Aleixo Derenusson considerou apenas a implantação de um bairro que foi o centro da cidade, o que rapidamente ultrapassou seus limites entre 1970 e 1980, que de forma espontânea foi ocupando o território nos eixos norte, sul e oeste.

3.3 Do plano de desenvolvimento de 1973 às atuais legislações urbanas

A cidade tem em seu histórico, quatro documentos destinados à sua regulamentação e ao seu ordenamento urbano.

O primeiro, o próprio plano urbanístico de 1944-1947 que trazia elementos essenciais como a largura das vias principais com quatro pistas, mais acostamentos: como a Mário Homem de Melo, a General Ataíde de Teive e a Brigadeiro Eduardo Gomes e Êne Garcez dos Reis, mas que não prosseguiu com o gabarito na continuação pós- plano, o que prejudicou a mobilidade para as demais zonas da cidade.

O segundo, de 1973, o Plano de Desenvolvimento Urbano de Boa Vista, desenvolvido pela fundação João Pinheiro, que traçava as diretrizes a serem seguidas através de instrumentos para o planejamento da cidade, que incluíam desde as dimensões das vias principais, locais e secundárias, bem como as atividades e serviços

O terceiro, em 1991, tem-se a criação do primeiro Plano Diretor de Boa Vista, que possuía em seu conteúdo uma continuação do plano de desenvolvimento de 1943, mas com algumas premissas que indicariam uma organização da cidade, que por sua vez, permaneceu apenas no papel com um descompasso total. Dentro das premissas, o Plano Diretor de 1991, trazia em seu Artigo 7º:

- I – induzir e orientar a expansão do tecido urbano, contendo e controlando a excessiva ampliação da área central e tudo que for relativo ao meio ambiente;
- II – preservar as matas ciliares, a cobertura arbórea relevante, os fundos de vales e igarapés, as margens de rios, os areais, lagos e lagoas e tudo o que for relativo ao meio ambiente;
- III – conter a expansão da cidade dentro dos limites do perímetro urbano;
- IV – evitar o excessivo adensamento de bairros consolidados, priorizando a ocupação das áreas rarefeitas ou vazias, dotadas de infraestrutura básica (PDDU/BV. 1991, p. 8)

O que se observou- foi o descontrole do Estado e do Município no acompanhamento do crescimento da cidade, com o crescimento da malha urbana sem o devido planejamento e a execução das normativas do plano, como forma de orientação. Nesse sentido, o aumento dos conjuntos habitacionais, logo depois transformados em bairros, não levou em consideração a expansão do tecido urbano, e principalmente, o que diz o artigo IV acima sobre a ocupação das áreas rarefeitas ou vazias, com infraestrutura básica.

No quarto, de 2006, Plano Diretor estratégico e participativo, transformado na Lei Complementar nº 924 de 28 de novembro de 2006, lei esta que revogou a Lei nº 244 que tratava sobre o Plano Diretor de 1991, é a legislação mais atual que traz instrumentos para o planejamento urbano e que serão discutidas a seguir como forma de analisar seus artigos e a sua materialização no gerenciamento da cidade.

O plano possui 6 (seis) seções divididas sequencialmente em:

- I – o objetivo geral do plano e as estratégias de desenvolvimento;
- II – o macrozoneamento municipal;
- III – o macrozoneamento urbano;
- IV – os instrumentos urbanísticos e de regularização fundiária;
- V – as diretrizes para as políticas setoriais inerentes ao plano diretor;
- VI – as diretrizes para o sistema de planejamento e gestão inerentes ao plano diretor.

Dentre os objetivos da seção I há no Art. 3º: como objetivo geral a promoção do ordenamento territorial, o desenvolvimento social e econômico sustentável do Município de Boa Vista, a partir do reconhecimento de suas potencialidades e de seus condicionantes ambientais, sendo o objetivo geral desdobrado em: promoção do desenvolvimento econômico sustentável do município na perspectiva da integração regional; qualificação ambiental do município considerando sua biodiversidade e condicionantes socioeconômicos; ordenamento e estruturação urbana; regularização fundiária e urbanística; promoção e fortalecimento dos instrumentos de políticas setoriais; valorização do patrimônio cultural evidenciando as identidades locais; fortalecimento do sistema de planejamento e gestão municipal.

No capítulo V, o plano fala das estratégias de ordenamento e estruturação urbana, em seu Artigo 22 estão descritas: redefinição dos limites do perímetro urbano; as áreas de expansão urbana; as áreas prioritárias para implantação de equipamentos urbanos e comunitários e as áreas prioritárias para implementação de regularização fundiária e urbanística.

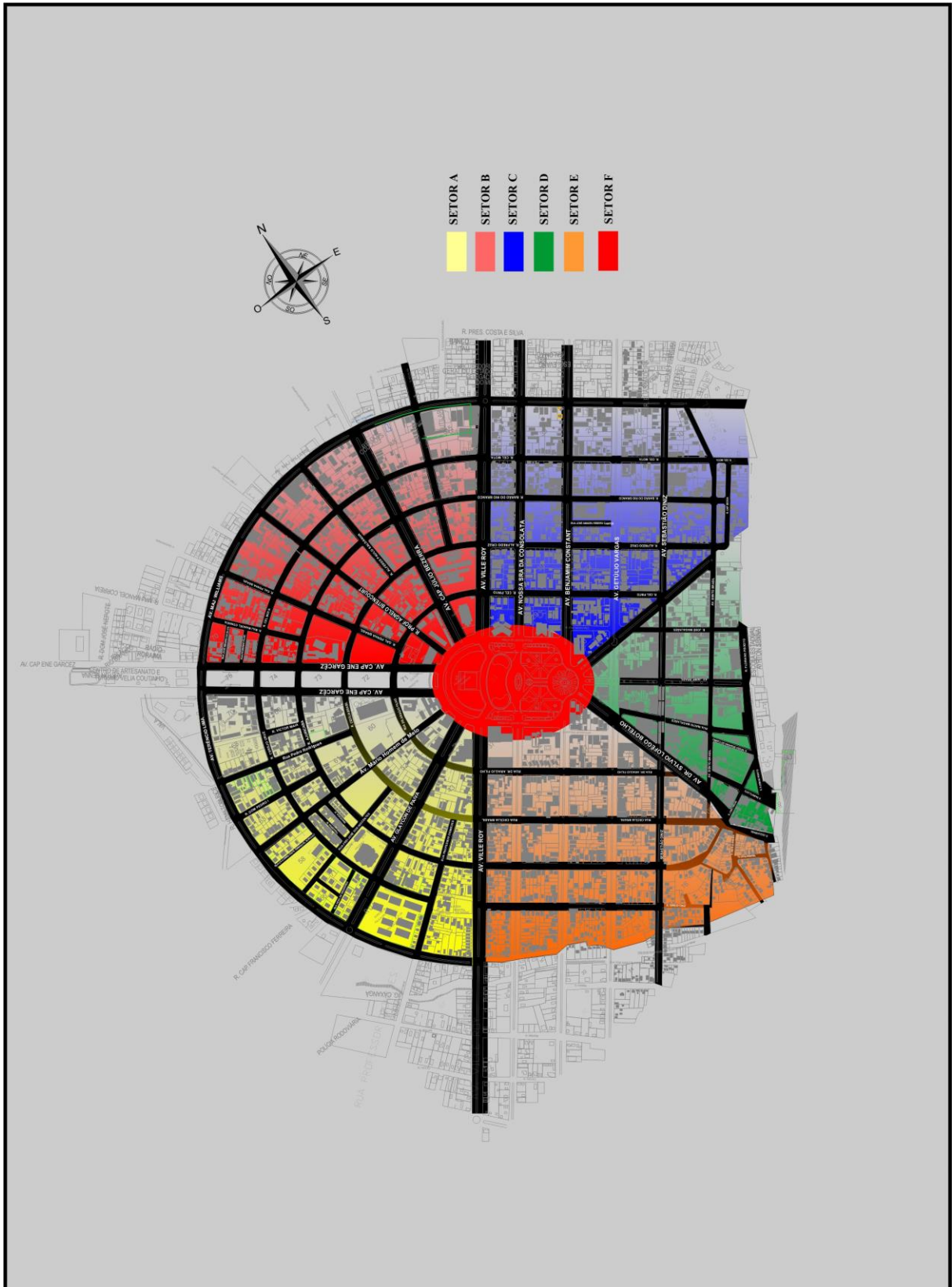
Observa-se que o plano de desenvolvimento de 1973 traz apenas diretrizes gerais sem pontuar ações e não apresenta considerações em relação a expansão urbana, demonstrando que não se tinha o interesse de propor uma diretriz para o ordenamento da expansão urbana da cidade após seus limites do Plano Urbanístico de Boa Vista/RR. Fato esse também reforça a hipótese de que o objetivo principal com a implantação do PUBV era a de constituir a implantação do desenho de uma cidade com a organização dos setores responsáveis pela administração da cidade.

Já o plano diretor do município de Boa Vista/RR está longe da realidade atual, pois não considera a cidade com a sua diversidade e principalmente com a sua relação entre seus bairros, com as suas diversas funções ficando distante da realidade, sendo necessário uma revisão, que considera a diversidade da cidade com as características pontuais de cada área, além de seus atores que participam da dinâmica da cidade.

3.4 Análise do Plano Urbanístico de Boa Vista/RR

Para análise do PUBV, dividiu-se em 6(seis) áreas, sendo análise com destaque para áreas de maior concentração de instituições, comércios e serviços, além da área onde está inserida o núcleo urbano embrionário. Com isso temos uma análise nos setores A, B, D e F conforme mapa 1.

Mapa 1 - Setorização



Fonte: Elaborado e organizado pelo autor, 2015

3.5 Estrutura viária e forma urbana

No mapa 1, dividiu-se o plano urbanístico em 6 áreas para melhor compreensão da análise, estabelecidas pelas letras A, B, C, D, E e F.

Pode-se perceber que a estrutura viária tem seu modelo de traçado dividido em dois: quadricular e curvo; o curvo localiza-se na parte superior, nas áreas A e B e o traçado quadricular, nas áreas C, D, E e F.

O plano possui ao todo 9 (nove) avenidas e 01(uma) rua, a Prof. Agnelo Bitencourt, sendo no total 10(dez) vias com ligação direta para o centro do plano, as avenidas são: Ville Roy, Nossa Senhora da Consolata, Benjamin Constant, Mário Homem de Melo, Glaycon de Paiva, Capitão Júlio Bezerra, Êne Garcez, Dr. Silvio Botelho e João Pereira de Melo.

Destaca-se que a maioria das avenidas possuem maior alargamento, com várias faixas e com as extremidades com as faixas para estacionamento, já as ruas possuem duas faixas geralmente em mão única ou mão dupla e com ou sem faixa para estacionamento.

Dentre as características das avenidas perpendiculares à av. Êne Garcez dos Reis citadas acima, destacam-se:

1. Excesso do número de avenidas perpendiculares, totalizando 5 avenidas: Nossa Senhora da Consolata, Benjamin Constant, Getúlio Vargas, Sebastião Diniz e Ville Roy, o que acaba por reduzir a área que poderia ser destinada a lotes, pois criam-se duas vias de mão dupla para acesso às áreas, contudo, algumas delas poderiam ser transformadas em ruas, sem o canteiro central. Esse fato deve-se à pesquisa de campo realizada, na qual se constatou que as avenidas Nossa Senhora da Consolata e Benjamin Constant são pouco utilizadas, pois o tráfego concentra-se nas avenidas Getúlio Vargas e Ville Roy. Naquelas é possível perceber que 90% de sua extensão é compostas por residências e o que as faz não atrativas para o comércio e serviço, provavelmente, seja a baixa circulação de veículos.
2. O núcleo gênese da cidade ao ser inserida no traçado urbano do plano, necessitou da inclusão das avenidas Dr. Silvio Botelho e João Pereira de Melo, também, da ligação da avenida Jaime Brasil com o centro, devido formato radioconcêntrico do plano.
3. A avenida Ville Roy é uma das mais importantes do plano, ligando os setores norte e sul da cidade, com grande extensão ao longo da avenida destinada ao comércio e serviço, da qual o setor nordeste é mais valorizado, devido sua ligação com os bairros Caçari e Paraviana, onde se concentra a maior parte da população com alto padrão aquisitivo.

4. A forma urbana quadrada proporciona má distribuição dos lotes (figura 15), no qual se observa um grande vazio urbano na área central das quadras. Esse vazio, provavelmente, é induzido tanto pela grande dimensão dos lotes, quanto pelo fato de as quadras quadradas não serem cortadas por ruas, o que lhes trariam um melhor aproveitamento da área disponível.

Observa-se na figura 15, a representação gráfica de uma das quadras localizadas no setor E, onde é possível identificar através das áreas em preto, representadas pelas edificações construídas e em branco as áreas não edificadas que tem-se uma grande área ociosa interna as quadras, representando uma má distribuição das áreas das quadras, reduzindo consideravelmente a possibilidade de aumento do número de edificações e consequentemente de habitantes na área do plano urbanístico.

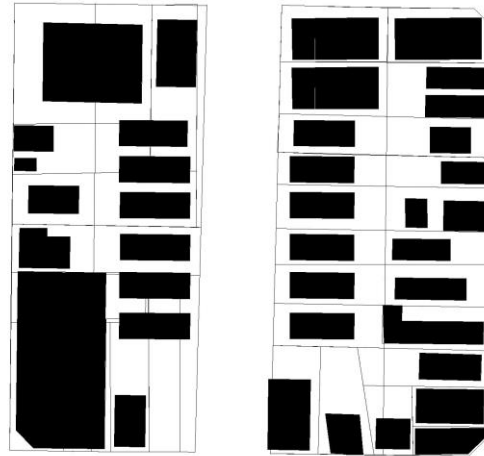
Figura 15: Quadras quadradas do traçado retangular localizadas no setor E; em preto as edificações construídas



Fonte: Elaborado pelo autor (2014)

Na figura 16, temos a simulação para uma das quadras, onde se produziria um melhor aproveitamento dos lotes em relação a área disponível para a construção, no qual aumentaria o número de edificações, reduzindo o número de espaços vazios, ao mesmo tempo, que permitiria uma maior quantidade de habitantes.

Figura 16: Proposta de quadra dividida, para melhor aproveitamento dos lotes



Fonte: Elaborado pelo autor (2014)

3.5.1 Avenida Capitão Êne Garcez dos Reis: eixo de ligação entre Aeroporto e Centro Cívico

A avenida Capitão Êne Garcez dos Reis é a mais importante ligação entre a Praça Cívica e o setor oeste, além do Aeroporto, que se localiza no final na avenida. Esta é utilizada para desfiles cívicos, além de eventos culturais. Possui 09 (nove) pistas de rolamento, com 05 (cinco) dispostas de um lado e 04 (quatro), do outro lado. No mapa 2 pode-se observar a setorização de algumas instituições que se localizam no trecho compreendido entre a Praça Cívica e a avenida Major Williams, onde estão distribuídos as edificações.

.Nesse contexto a referida avenida possui sua importância e principalmente referência para a cidade de Boa Vista/RR em função da localização da maior praça pública, denominada de praça Airton Senna, que ocupa a quase totalidade da extensão da avenida, ligando-se a praça do centro cívico e ao aeroporto internacional de Boa Vista/RR.

Destaca-se que somente a avenida Enê Garcez dos Reis foi realizada a descrição com a identificação das instituições pela concentração em quase a totalidade de instituições públicas nas esferas Federal, Estadual e Municipal, além de instituições privadas.

No mapa 2 é possível identificar as instituições que estão localizadas ao longo da avenida Êne Garcez dos Reis, na qual estão divididas em instituições Federais, Estaduais e Municipais, além de instituições, espaços públicos e empresas privadas

Mapa 2 – indicação das instituições da avenida Êne Garcez

66

1 AVENIDA CAPITÃO ENE GARCEZ
Avenida Capitão Ene Garcez

2 TRIBUNAL DE CONTAS ESTADUAL
Tribunal de Contas Estadual

3 CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE RORAIMA/RR - CREA/RR
Instituição Profissional


4 EDF. EX SECRETARIA DE SEGURANÇA
Governo do Estado de Roraima

5 ELETROBRAS
Governo Federal

6 ESCOLA ESTADUAL MONTEIRO LOBATO
Governo do Estado de Roraima

7 AVENIDA CAPITÃO ENE GARCEZ
Avenida Capitão Ene Garcez

8 PRAÇA DA CULTURA
Praça Pública

 <p>UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA PRO-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA</p>	<p>Título: MAPA IDENTIFICAÇÃO DE INSTITUIÇÕES DA AVENIDA CAPITÃO ENE GARCEZ</p>	<p>Elaboração e Organização: FELIPE MELO DE SOUZA</p>	<p>Mapa: MAPA 2</p> <p>Escala: Sem escala</p>
---	---	---	--

Fonte: Elaborado e organizado pelo autor, 2015

3.6 Leitura do plano urbanístico com base em Kevin Lynch⁷

A partir da leitura de Kevin Lynch, é possível identificar os elementos de análise abaixo como forma de compreender as características presentes no plano, relacionando com a estrutura e a forma urbana, identificando a importância dos elementos visuais para a localização e principalmente referência para a circulação no plano urbanístico. Com isso temos os seguintes elementos abaixo analisados com base em Lynch (1980).

Vias

Um dos elementos visíveis e característicos do plano são as vias, estas possuem uma larga estrutura, o que facilita o escoamento do transporte, com destaque para as dez vias que convergem para o centro-plano, localizado na Praça do Centro Cívico onde se concentra a estrutura administrativa, a rua professor Agnelo Bitencourt e as avenidas: Mário Homem de Melo, Glaycon de Paiva, Capitão Êne Garcez dos Reis, Ville Roy, Capitão Júlio Bezerra, Nossa Senhora da Consolata, Benjamin Constant, Dr. Silvio Botelho, , João Pereira de Melo,

Essas vias tinham o interesse de interligação futura com as zonas da cidade, contudo, há uma interrupção na continuação dos gabaritos das vias, diminuindo as faixas de circulação, reforçando a falta de um plano urbanístico para a expansão da cidade, de forma a integrar as que se expandiram posteriormente. Outra característica é da concentração das instituições ao longo das vias principais, com destaque para a avenida capitão Êne Garcez dos Reis.

Limites

No aspecto da limitação, destaca-se a franja final como área física limítrofe do plano, onde estão localizadas as avenidas Major Williams e Terêncio Lima, nas demais áreas, os limites não são visíveis, pois há uma continuação do plano, integrando-o às áreas de expansão. Também o rio Branco como um dos limites mais significativos, delimitando a extremidade física do plano.

Outro destaque é o de ser o gabarito das edificações, em sua maioria, horizontal, criando-se uma unidade entre os bairros próximos à área do plano. Podem-se destacar as avenidas principais como limites visuais horizontais da área do PUBV, de cujos limites são orientadores para a população que circula na área.

⁷ Kevin Lynch é um dos grandes autores do Urbanismo, responsável por uma das obras mais famosas e mais influentes: *A Imagem da Cidade*. Nela, ele destaca a maneira como percebemos a cidade e as suas partes constituintes, baseado em um extenso estudo em três cidades norte-americanas, no qual pessoas eram questionadas sobre sua percepção da cidade, como estruturavam a imagem que tinham dela e como se localizavam. (Fonte: <http://urbanidades.arq.br/2008/03/kevin-lynch-e-a-imagem-da-cidade/>)

Bairros

Uma das características de identificação dos bairros, a partir da leitura do plano urbanístico, é similaridade entre eles, eliminando-se, assim, diferenças espaciais em relação às características arquitetônicas. Uma exceção é o bairro Caetano Filho, que se integra no núcleo urbano inicial da cidade, às margens do Rio Branco e possui características muito específicas, como o seu traçado irregular, ressaltasse que a própria área do plano localiza-se o bairro centro.

Pontos nodais

Pontos nodais são conexões de vias ou concentrações de algumas características, apontadas por Lynch (1997) como focos estratégicos, nos quais o observador pode entrar. Com isso evidencia-se como um ponto nodal característico, a Praça do Centro Cívico, pois esta é uma ligação direta entre as avenidas que vão ao seu encontro, tornando-a como a maior referência visual, já que possibilita o deslocamento para outras zonas da cidade.

Marcos

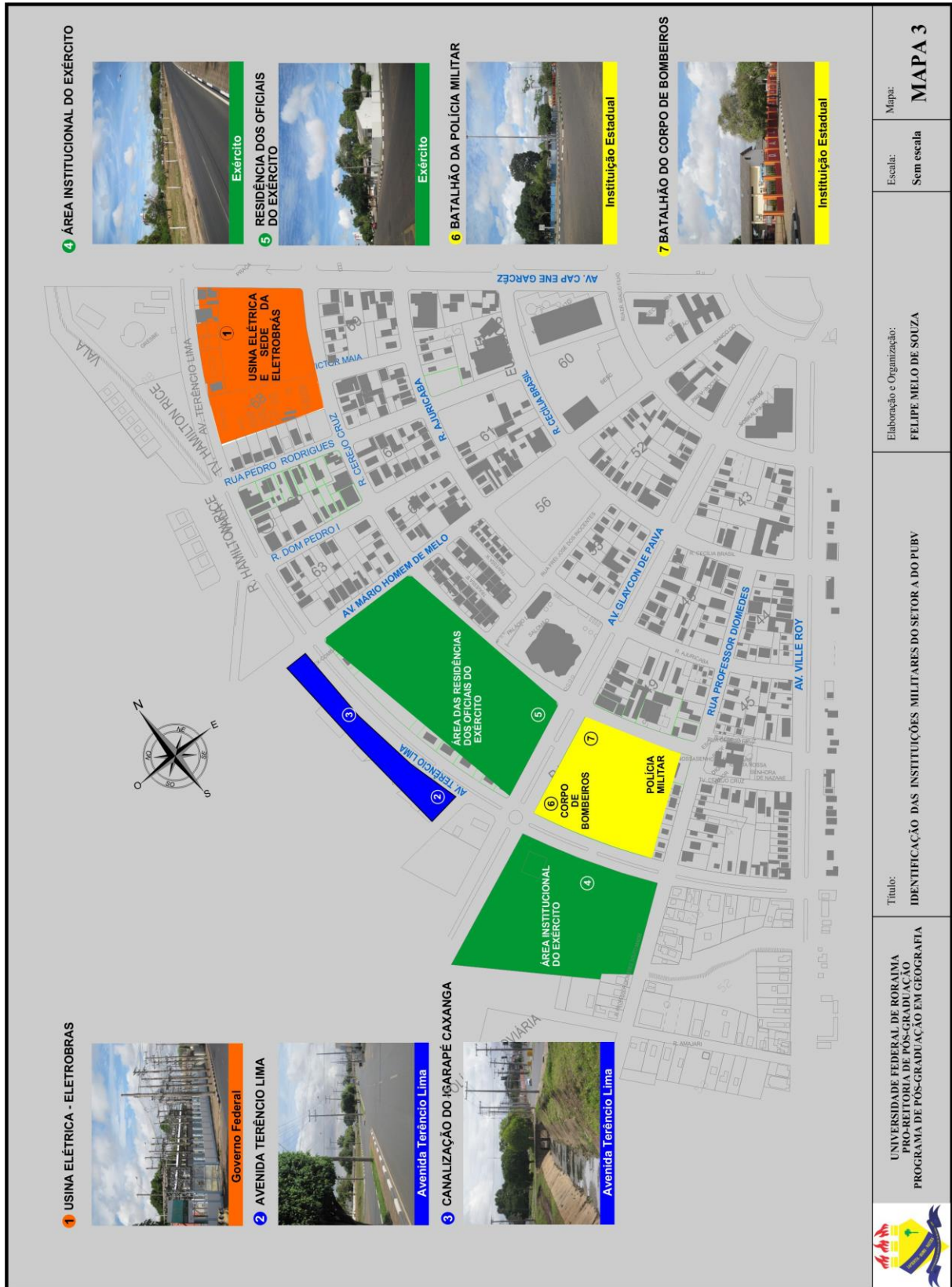
Conforme Lynch (1997) os marcos são outros tipos de referência, são elementos visuais externos, como por exemplo, edifícios, lojas, montanhas, dentre outros. No PUBV os marcos são divididos por setores, sobressaindo-se no entorno da Praça do Centro Cívico os edifícios do poderes executivo, legislativo e judiciário.

As edificações que contornam a praça tornam-se marcos devido às diferenças entre cada edifício, servindo como referências visuais horizontais para o reconhecimento das avenidas principais, já que cada avenida possui um edifício como referência visual.

Um dos espaços públicos mais utilizados é a conhecida Praça das Águas, bastante frequentada pela população boa-vistense e pelos turistas que visitam a cidade, com larga via, monumento central - o Portal do Milênio - que se constitui em um marco visual de referência em Boa Vista. Um dos elementos, também importante, dentro da proposta do plano urbanístico era integrar o boulevard da avenida Êne Garcez dos Reis até o aeroporto, estabelecendo uma conexão direta, próxima ao núcleo administrativo.

Dando continuidade, tem-se o setor A conforme mapa 3 abaixo, o qual possui características relacionadas à produção do espaço, que diferem dos outros setores em função principalmente dos seus limites físicos. No mapa 3 é possível observar as instituições militares que compõem o tecido urbano no uso e ocupação do solo.

Mapa 3 - Identificação das instituições no setor a do PUBV



Fonte: Elaborado e organizado pelo autor, 2015

Pode-se observar com base no mapa 3 que as instituições responsáveis pela dinâmica na produção do espaço, estas principalmente a área do exército e da empresa Eletrobrás, são identificados como limites físicos do contorno do PUBV, agregados ainda com o Igarapé Caxangá que acompanha a avenida Terêncio Lima.

As instituições militares: o comando da Polícia Militar, o Corpo de Bombeiros e o Exército estão localizadas, principalmente, neste setor A, produzindo grande influência na dinâmica da produção do espaço, ocupam uma extensa área que conta com residências militares e particulares ao longo de sua extensão, prevalecendo, no entanto, algumas unidades comerciais. Uma das características da avenida Terêncio Lima é que a mesma de um dos lados foi destinada em quase sua totalidade ao Exército Brasileiro, onde estão distribuídos em área residencial militar de oficiais, clubes militares do exército, áreas de vazios urbanos pertencentes também ao exército. Com isso tem-se a mínima presença de edificações voltadas ao comércio, serviço ou residências, ocasionando a influência de alguns fatores:

1. A área disponível para o comércio é limitada em função da implantação no tecido urbano das instituições militares, o que acaba produzindo um cenário com algumas residências particulares, perdendo o valor de área comercial.
2. Área militar contornando a avenida em sua quase totalidade, reduzindo a inserção de edificações com função de comércio, serviço e residenciais, com isso, reduzindo as possibilidades de atração para esta rua.
3. Outro ponto é em relação ao rio Caxangá, que acompanha uma extremidade da avenida Terêncio Lima, impossibilitando edificações, o que produz desvalorização natural do valor da área; constata-se isso devido ao número de edifícios fechados 5(cinco) - que outrora funcionavam para comércio e serviços.

Na pesquisa de campo pôde-se estabelecer como hipótese, que a conexão entre fatores que agreguem valor à área, principalmente, no que diz respeito às comerciais, definem a constituição da dinâmica da produção do espaço urbano; no campo, foi possível, também, identificar a partir de setores do plano, agrupamento de funções semelhantes.

Esse agrupamento pode ser verificado nos setores, conforme o mapa 4, no qual tem-se a avenida Benjamin Constant e a rua Araújo Filho, conhecida como “rua do ouro”, a avenida Major Willams, com a concentração de “lojas de móveis e eletrodomésticos”, e as avenidas

comerciais Ville Roy, Capitão Júlio Bezerra e Jaime Brasil. Desse núcleo destaca-se a histórica avenida Jaime Brasil que mantém sua vitalidade no centro comercial de Boa Vista.

Mapa 4 – Mapa agrupamento de funções rua do ouro / rua da loja de móveis



Fonte: Elaborado e organizado pelo autor, 2015

Observa-se a vitalidade ainda presente no centro comercial do PUBV pela distribuição de agências bancárias, lojas de roupas, calçados, escolas públicas e privadas, além de uma grande variedade de produtos e serviços; mesmo com a implantação de novos centros comerciais esta área permanece muito valorizada. Dentre as atividades que prevalecem nesse centro comercial destacam-se a venda de roupas e calçados, que se distribuem ao longo da avenida Jaime Brasil.

3.7 O centro do plano e o plano do centro

O centro do plano ao se consolidar como praça cívica, identificada no mapa 5, setor F, tem uma massa edificada, distribuída ao longo da área, composta por edifícios que se dividem em: edifícios do poder executivo - Palácio do Governo, Secretaria de Cultura, Escola Estadual Lobo D'Almada, Escola Estadual Princesa Isabel, Secretaria Estadual de Fazenda, Assembléia Legislativa, antiga Secretaria de Educação e Desporto e do poder Judiciário: Tribunal de Justiça e o Fórum Advogado Sobral Pinto, além dos edifícios das instituições do Governo Federal como: Banco da Amazônia, Correios, Banco do Brasil e Receita Federal.

Completando os demais edifícios há a Catedral de Boa Vista, o Miniterminal de ônibus, o Hotel Aipana Plaza e a Clínica Odontológica, sendo os dois últimos edifícios privados que fazem parte da composição do conjunto da praça cívica.

O traçado radioconcêntrico possui como característica aproximar e ao mesmo tempo reunir um conjunto de edificações públicas, transformando seu centro em uma grande esplanada, como o intuito de apresentar a seus habitantes e visitantes as instituições de poder que administram o Estado. Com isso, presume-se que o engenheiro Darcy Aleixo Derenusson tenha escolhido o formato concêntrico como forma de consolidar a unidade administrativa para o então Território Federal de Roraima.

Esse modelo de formato permite a concentração dos edifícios, tal qual na cidade grega, paralela a essa relação de poder, evidencia-se a estética das edificações, com suas grandes proporções para cumprir as funções estabelecidas.

Na praça do centro cívico, como é conhecida, há pouco fluxo de pessoas e dentre as hipóteses está sua grande área sem vegetação, de maneira proposital para tornar todo o seu entorno visível; há, porém, grande área pavimentada para a circulação de veículos. Outro

aspecto é sua setorização que a faz isolada pelas vias que a circundam. No Mapa 05 é possível visualizar a localização dos edifícios institucionais e privados.

Mapa 5 - Identificação das instituições que compõem a praça cívica do PUBV



Fonte: Elaborado e organizado pelo autor, 2015

3.8 A inserção do novo traçado da cidade

A partir da leitura da área do núcleo gênese, nota-se clara identificação de uma cristalização pontual do espaço urbano, uma vez que o núcleo histórico, apesar de estar ligado ao PUBV possui características que se diferem na dinâmica atual, dentre estas estão as funções e tipologias que permanecem, ainda, em plena atividade, porém, apenas em algumas edificações que de forma isolada exercem funções que se cristalizaram na área na qual estão inseridos.

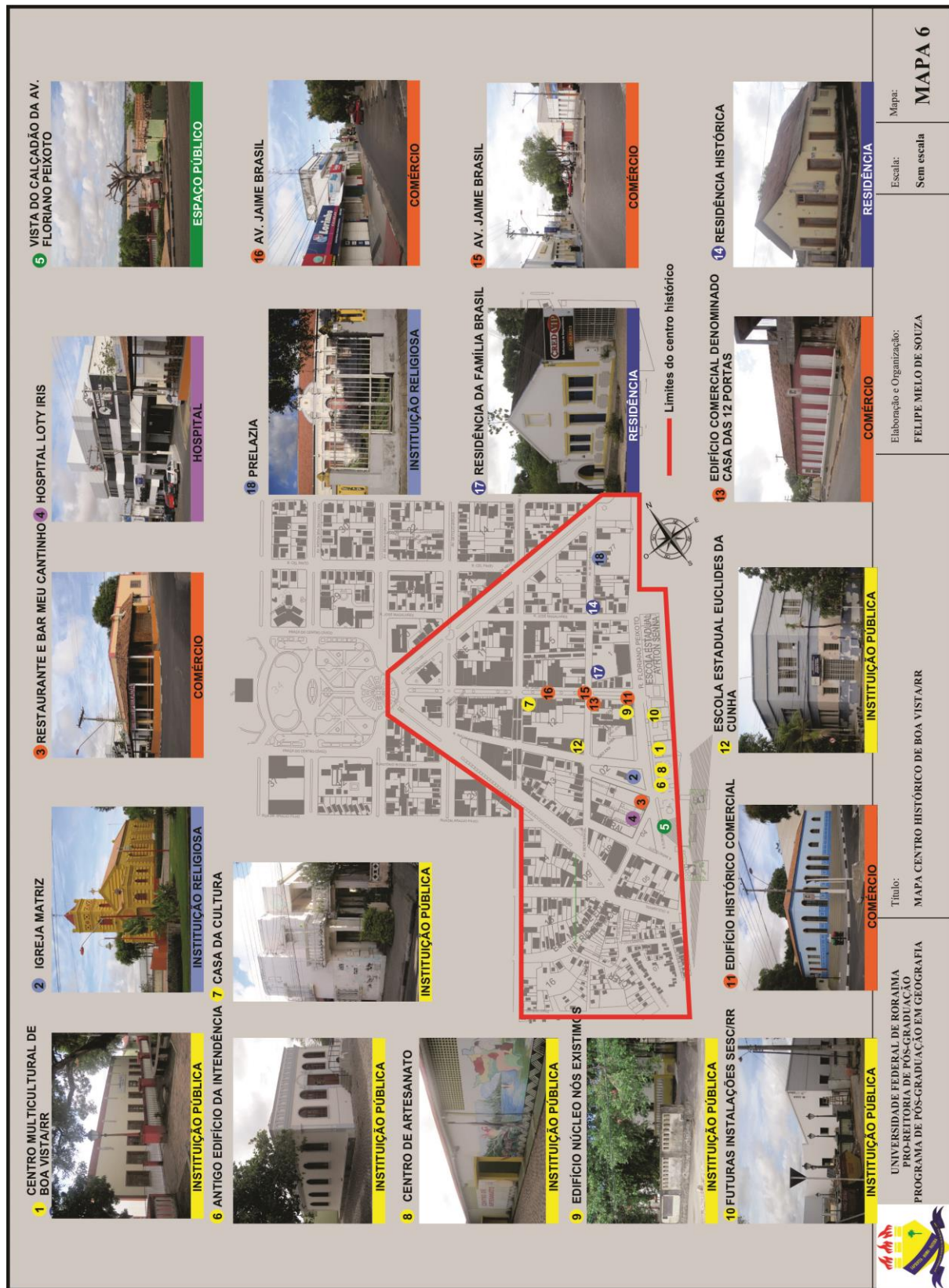
No mapa 6 é possível perceber, claramente, o agrupamento de algumas edificações históricas distribuídas entre a rua Floriano Peixoto e a avenida Bento Brasil, dentre elas algumas em atividades e outras fechadas. Como dinâmica da produção do espaço, percebe-se que uma das formas de valorização do uso do solo é oferecer possibilidades para agrupamento de atividades, influenciando a ocupação pela população em busca de produtos e serviços para estas áreas.

Com isso, é possível estabelecer as seguintes considerações em relação em relação à área do patrimônio histórico da cidade de Boa Vista: (o que está descrito nos itens 1 e 2 abaixo não são propriamente características, mas sim considerações:

1. Uma das formas de incentivar e de inserir o tecido histórico na dinâmica principal, no caso do PUBV é favorecer políticas para a instalação de centros comerciais, além de instituições, agregando valor e inserindo o tecido histórico no tecido novo, de forma que se estabeleça uma continuidade das atividades e funções, sem a clara divisão ou segmento do traçado definido a partir do isolamento das edificações.
2. O grande problema no tecido urbano cristalizado é pensar as edificações não de forma isolada, assumindo funções e atividades específicas, mas o agrupamento de edificações para se estabelecer uma integração entre as várias atividades, fortalecendo determinada área, com isso, incentivando e dinamizando as relações estabelecidas com as outras áreas do tecido urbano da cidade.

O tecido urbano histórico da cidade de Boa Vista traz algumas características que o isolam das outras áreas do PUBV, uma delas, que ocorre com a maioria das edificações, é funcionar apenas no período diurno, com poucas ou nenhuma atividade noturna, deixando de ser atrativo em alguns aspectos, dificultando sua conexão com o tecido existente.

Mapa 6 - Tecido histórico



Fonte: Elaborado e organizado pelo autor, 2015

Observa-se, em Veras (2009), que houve uma alteração no traçado da praça cívica, destacada na figura 17, representada pela linha pontilhada, onde, anteriormente, estava prevista uma rotatória circundando o trecho localizado, onde há o coreto centralizado na outra extremidade e que foi incorporado à área da praça, que por sua vez, acarretou numa mudança, pois o que antes seria um núcleo isolado central passa a se incorporar à Praça do Centro Cívico.

Figura 17: Vista da praça do centro cívico, detalhe da proposta inicial, destaque em cinza-escuro do lado esquerdo do trecho alterado e a interrupção de acesso à via.



Fonte: Google Earth e apud VERAS, 2013

3.9 O Plano Urbanístico de Boa Vista e o limite da forma urbana

Uma das hipóteses prováveis para a instalação do plano na área escolhida foi a importância que tinha o Porto das Balsas, que era o principal meio de transporte, além do núcleo gênese que fica nas proximidades do contorno do Rio Branco, fatores esses que influenciaram na decisão para a definição do desenho da cidade do plano urbanístico desenvolvido, uma vez que o plano proposto pelo Engenheiro Darcy Aleixo Derenusson incorpora o traçado urbano inicial.

A partir da figura 20, tem-se a impressão de que o projeto realizado tinha o objetivo de setorizar e organizar a cidade, principalmente, o setor público administrativo, cívico e o monumental, inclusive, com a inserção de edifícios no interior da maquete, criando, também, assim como o gregos um núcleo importante para a cidade e que seria utilizado para a tomada de decisões relacionadas ao futuro Estado de Roraima.

Engenheiro Darcy Aleixo Derenusson fizera uma previsão de 25 anos para o crescimento, deixando para a futura expansão apenas as avenidas principais que ligariam os sentidos das regiões norte – sul, sudeste e sudoeste, que fariam a conexão além do plano proposto.

Outro ponto importante a ser analisado, foi o de o projeto ficar de costas para o rio Branco, o que sai da configuração comum de outras cidades, onde é feita a ligação entre as margens do rio, ficando visivelmente estabelecido o início da cidade, com o núcleo urbano embrionário que se mantém com uma dinâmica na produção do espaço que permanece até hoje.

De outra perspectiva, há a limitação do setor norte pelo limite físico do rio Cauamé, o que impediu sua expansão urbana nessa direção. Este setor composto pelo bairro Paraviana, incluindo, ainda, o bairro 5 de Outubro, conhecido como Conjunto Parque Caçari é ocupado pela classe de alto poder executivo, o que valorizou o uso do solo, elevando os preços e com isso, dispersando e orientando para outras direções a forma de ocupação da área, conforme figura 18.

Figura 18: Setorização da expansão norte/sul da cidade de Boa Vista/RR



Fonte: Google Earth, adaptado pelo autor (2014)

Na figura 18, fica a reflexão do porque a expansão no eixo norte não se prolongou além do limite físico do Rio Branco, já que o histórico das cidades brasileiras, é de que elas se estendam até as margens dos rio, considerando-os como referência de divisão entre bairros ou setores.

No setor sul, a limitação se dá através dos igarapés Pricumã e Grande, que cortam a cidade, além da setorização pelo exército e o distrito industrial, os quais limitaram o crescimento até o bairro 13 de Setembro. Assim, há limites tanto no setor leste - Rio Branco, quanto nos eixos norte e sul, restando o eixo oeste como opção de expansão da cidade, tanto que o mesmo concentra, atualmente, mais de 75% da população urbana de Boa Vista.

Outra situação a ser analisada é a “era Vargas”, na época responsável pela proteção e disseminação da ocupação nos estados que faziam fronteira com os países da América Latina, tinha como política criar um círculo de proteção a estes estados. Por isso, a própria setorização dos edifícios públicos no núcleo central do plano favoreceram a aplicação das estratégias, e a distribuição dos serviços públicos.

3.10 Os agentes promotores da expansão urbana de Boa Vista

Uma característica das grandes cidades, hoje, é a exploração imobiliária sendo desenvolvida por agentes privados, que delineiam o planejamento e a condução da ocupação do espaço urbano e dessa forma setorizam e direcionam a população para determinadas áreas, com o intuito de privilegiar e valorizar o uso e ocupação do solo nas áreas principais da cidade, aquelas que dispõem de toda a estrutura urbana necessária para funcionamento e principalmente de mobilidade.

Essas áreas são, na grande maioria, próximas a importantes estruturas de serviços e produtos, as quais atraem os habitantes pela comodidade e qualidade de vida que procuram dispor. Isso valoriza a área, tornando-a cara, seleciona a população a ser instalada nessa parte do tecido urbano, setoriza e separa essa área dos demais bairros da cidade.

Diante disso, percebe-se que a ocupação teve uma dinâmica induzida pela exploração imobiliária, o que vai ao encontro do que diz Silva (2009):

Antecipamos que, possivelmente esse crescimento para o oeste siga uma dinâmica induzida devido à especulação imobiliária que ocorre na zona leste, criando uma área habitada por pessoas de alto e médio poder aquisitivo, havendo, conseqüentemente, uma separação espontânea ou induzida, pois muitos que ao buscarem adquirir seus terrenos ou casas, levam em consideração os preços praticados (SILVA, 2009, p. 48).

A transição de Território Federal a Estado provocou uma alteração considerável na ocupação do espaço urbano, pois trouxe perspectivas, principalmente, aos imigrantes que aqui se fixaram em busca de melhorias, tanto para os que vieram por conta própria, quanto aos profissionais que foram convidados a vir para Roraima.

Esse período de transição, iniciado em 1988, provocou um intenso processo de urbanização:

A transformação do Território de Roraima em Estado, o processo de urbanização da cidade de Boa Vista foi acentuado. Nesse período, ocorreu a inversão entre população urbana e rural. Na década de 90, o índice de crescimento urbano de Boa Vista chegou a 4% ao ano e a taxa de urbanização passou de 78,04% para 98,27% entre 1991 e 2000, crescimento que praticamente triplicou a área urbana. (COHERE, 2005-2006, p.40).

Os elementos que provocam reflexão sobre essa dinâmica são, principalmente, os atores e agentes envolvidos nesse processo de ocupação, sobretudo, os governos estadual e municipal, pois participaram e intensificaram a indução à esse processo de ocupação do início até os dias atuais.

Outro fator determinante nesse processo de ocupação é a questão da divisão social promovida pelo próprio Estado, ao favorecer as áreas nobres a uma parcela com renda alta, ou aos representantes com expressiva importância na administração estadual e municipal, em detrimento da parcela mais carente da população, cujas áreas que lhes sobram, muitas vezes, não dispõem de infraestrutura, ou, apresentam condições prejudiciais à qualidade de vida da população.

Com isso, ampliam-se os problemas da cidade, pois os habitantes das áreas fragilizadas e sem infraestrutura, continuam, ainda, a depender de serviços públicos das áreas centrais da cidade, fazendo com que a demanda seja grande em busca dessas atividades e serviços, o que fragiliza ainda mais as áreas desvalorizadas, empobrecendo sua dinâmica no que diz respeito às relações humanas.

3.11 Uso e ocupação do solo na dinâmica da produção a partir do plano urbanístico de Boa Vista/RR

A partir da pesquisa de campo realizada, foram definidas como diretrizes a análise do uso e ocupação do solo de todas as principais avenidas do PUBV, pois hoje, são as que

possuem maior concentração de tipologias referentes ao uso do solo, dividindo-se em comércio, residências, vazios urbanos, comércio fechados, nas quais foi possível verificar a atual dinâmica, com suas características que apontam caminhos para compreensão da relação entre espaço e forma urbana, conforme se pode notar no mapa 7:

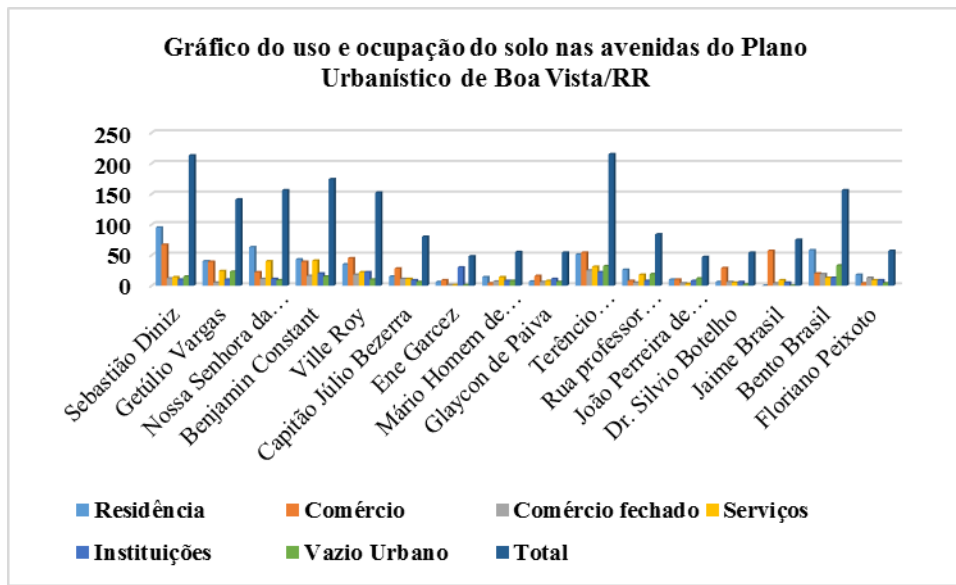
Mapa 7 – Uso e ocupação do solo



Fonte: Elaborado e organizado pelo autor, 2015

Este revela um panorama geral dividido em quatro categorias definidas em: comércio fechado; vazio urbano; residência e comércio de vestuários. Tais categorias foram escolhidas em função da constatação de um grande número de edificações com estas características definidas, o que concentrou e resumiu os resultados, conforme gráfico 1 abaixo:

Figura 19: Uso e Ocupação do solo nas avenidas do Plano Urbanístico de Boa Vista



Fonte: Elaborado e organizado pelo autor, 2015

Percebe-se que a área próxima à avenida Jaime Brasil concentra um grande número de comércio relacionado ao vestuário, com poucas edificações fechadas, o que reafirma a força que o centro comercial possui, atraindo, ainda, redes de comércio para a área.

Outro fator que chama a atenção é a grande quantidade de comércios de outras categorias que se encontra fechado, constituindo vazios urbanos, se comparados ao comércio de vestuário, pois este, não se concentra apenas na Avenida Jaime Brasil, mas em todas as áreas próximas ao centro, o que provoca reflexão sobre a não permanência de outras tipologias na área.

No setor sudeste é possível verificar maior concentração de residências com comércios pontuais, devido ao agrupamento de várias avenidas, numa área de interrupção de tráfego, o que atrai estes comércios, que por sua vez, direcionam o acesso a outros bairros, como se pode notar no mapa 7, em que há uma interrupção no direcionamento, por causa da área do exército, ali implantada, além da avenida das Guianas que faz ligação com outros bairros.

3.12 Urbanismo, arquitetura e poder na forma urbana do plano urbanístico de Boa Vista

Observa-se que na transformação para Território Federal do Rio Branco em 1943, houve um claro processo de intensificação das estruturas de poder com o objetivo de proteção da fronteira brasileira amazônica. Com isso é instalada a administração da cidade comandada pelo então Capitão Êne Garcez dos Reis, encarregado de lançar as primeiras atividades do Território do Rio Branco.

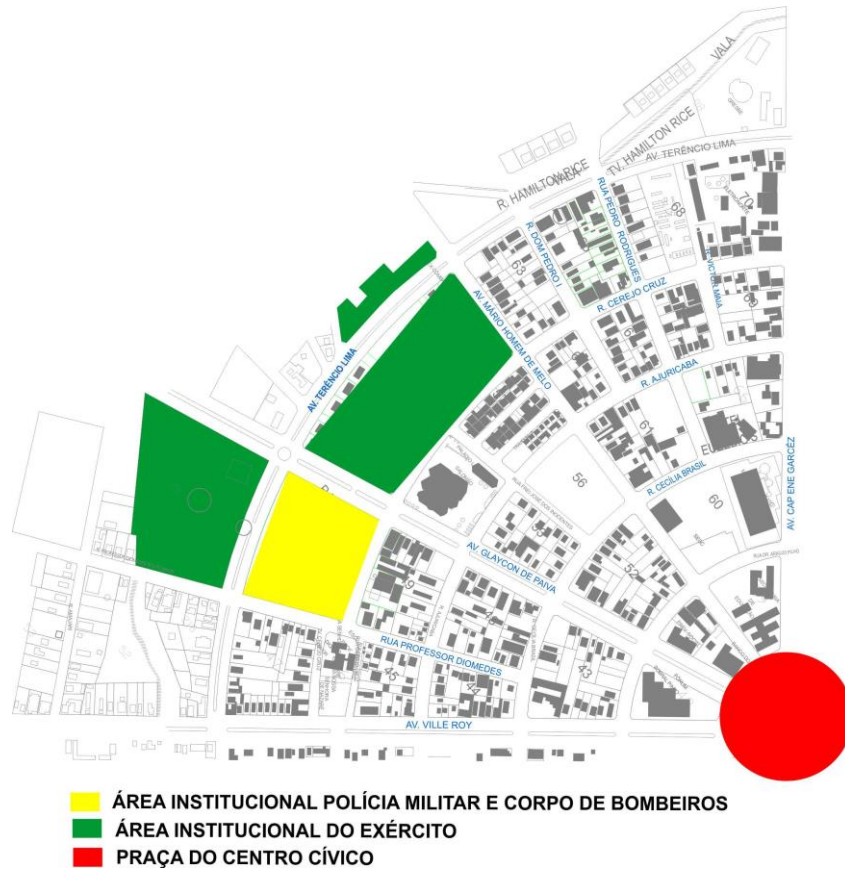
Percebe-se que esse tem em suas mãos a missão de ocupar e proteger o território, e com isso uma de suas primeiras ações, como administrador, foi a de realizar o PUBV, com a seleção para a escolha da empresa responsável pela sua elaboração e construção a partir do Plano Urbanístico. Uma das hipóteses é a de que a intenção do plano apresentasse a cidade e ao mesmo tempo concentrasse toda a sua estrutura em uma mesma área, além do sentido de proteção militar.

Outro fato que merece destaque é que o Engenheiro Darcy Aleixo Derenusson por ser carioca, acompanhou os planos urbanísticos Agache (1930) e o Porto de Niterói (1927). O plano Agache não foi executado e o Porto de Niterói apresentava seus desenhos no traçado radioconcêntrico, muito semelhante ao PUBV.

Dessa forma, observa-se que a estrutura de poder tinha a intensão de ser afirmada através do urbanismo e da arquitetura, com um traçado que a concentrava, tornando-se perceptível a ideia de poder.

Essa manifestação de poder também é observada na própria distribuição das instituições no solo urbano, uma vez que o setor militar está em pontos estratégicos do plano, agrupados, sobretudo, nas extremidades do plano, com edificações destinadas ao Exército, Polícia Militar, Polícia Civil e Corpo de Bombeiros, como se pode observar na figura 20.

Figura 20: Setorização⁸ representando o setor A das áreas militares no Plano Urbanístico de Boa Vista/RR



Fonte: Elaborado e organizado pelo autor 2015

Dentre as características dos agentes envolvidos no processo de elaboração dos planos urbanísticos estão os dois principais atores: o contratante o administrador do Território Ene Garcez dos Reis, e o contratado, engenheiro Darcy Aleixo Derenusson. Ambos estabelecem uma relação direta com a proposta a ser elaborada, com um direcionamento que muitas vezes prioriza os interesses de alguns destes atores.

Pode-se observar que as áreas destacadas para o funcionamento dos comandos da Polícia Militar, Corpo de Bombeiros e Exército, estão organizadas em uma mesma área, claramente observada na figura 1.

Com isso, a estrutura da produção do espaço estabelece outra relação, que no caso do traçado espontâneo a organização do espaço é definida sem a setorização do poder público, mas sim, em função das vias principais, concentrando-se comércio e serviço e com isso:

⁸ Considera-se setorização a divisão do plano urbanístico em partes para melhor compreensão da análise.

Como tudo o que foi feito e construído pelos seres humanos foi produto de uma vontade consciente, pode-se então depreender que os atos construtivos e urbanísticos nos espaços urbanos foram controlados por quem os programou e executou, tornando-se portanto, planejados. E nem mesmo a explicação, de que uma forma urbana planejada se refere ao resultado das práticas de ordem superior e centralizada, por oposição à forma urbana espontânea relativa ao resultado das práticas individuais ou de ordem social, adquire grande sentido. É que a diferença entre as ações construtivas maiores, isto é, as que implicam mais intervenientes, mais esforço financeiro e mais área ocupada do solo, de outras menores, reside somente na dimensão com que as intervenções são levadas a cabo, nunca na motivação ordenadora, as quais adquirem diferentes esquemas formais consoante as possibilidades e os constrangimentos (espaciais, naturais, jurídicos, económicos ou construtivos) envolvidos. (PINTO, 2013, p. 12)

Observa-se, então, que os atores envolvidos na elaboração e implantação dos planos urbanísticos têm influência direta na produção do espaço, porém essa dinâmica de produção é estabelecida a partir de conexões entre a população residente em determinadas áreas, as quais conduzem o processo de afirmação e determinação das funções de determinados espaços, sendo o poder público inserido em um segundo momento na estrutura estabelecida.

Nota-se, também, que o PUBV encontra-se cristalizado no entorno da Praça do Centro Cívico, área essa onde estão inseridos os edifícios dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, sem a possibilidade de expansão, fazendo com que sejam criadas ampliações em outras áreas da cidade, como forma de suprir as demandas administrativas.

Dessa forma os habitantes da cidade são obrigados a se adequar às estruturas urbanísticas inseridas, com seus traçados urbanos, produzindo uma dinâmica urbana que transforma a partir das alterações produzidas pelos seus próprios habitantes no espaço, além também do uso e ocupação do solo que é estabelecido pelas conexões que são estabelecidas com a atração e repulsão das tipologias de uso na malha urbana.

A partir desse diagnóstico foi possível compreender a atual situação em que se encontra o uso do solo no PUBV. Pôde-se constatar maior concentração de comércio no centro comercial, mais propriamente, na Avenida Jaime Brasil e no seu entorno, e de outro lado, um grande número de comércios fechados e de vazios urbanos, distribuídos em todas as áreas do plano, o que mostra a desvalorização das áreas afastadas do núcleo central. Disso levantam-se dois fatores como hipótese a serem analisadas: a primeira; se há migração de comércios para as áreas próximas do centro comercial, ou, se os comércios fechados foram para outros bairros além dos limites do PUBV.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na dissertação de mestrado apresentada, o apontamento da relação entre forma urbana e ocupação do território, objetivo geral proposto, demonstrou que o território no qual a forma rádio concêntrica foi implantado comprometeu a expansão urbana da cidade de Boa Vista, gerando problemáticas ambientais e de mobilidade urbana, impondo limites à própria expansão da malha urbana.

A natureza de tal território, com limites ambientais claros, associada a um planejamento e gestão urbana ineficiente, com legislações urbanísticas inconsistentes, tanto na sua formulação, como na sua aplicação, fez com que se apontasse que, mais do que a relação território e forma urbana em si, as problemáticas urbanas atuais decorrem em função da ausência de um planejamento e gestão urbana que considere as limitações do território e da forma urbana rádio concêntrica utilizada.

Portanto, o presente trabalho aponta para a necessidade de o planejamento e gestão da cidade de Boa Vista considerar a problemática decorrente da relação forma urbana e território utilizando-se de instrumentos legais e de sua efetiva aplicabilidade para gerir o território considerando os limites e possibilidades da expansão urbana a partir dessa relação.

Para o objetivo específico de buscar entender o processo de implantação do Plano Urbanístico Darcy Aleixo Derenusson na capital do estado de Roraima – Brasil constatou-se a relação existente entre a emancipação do Território Federal do Rio Branco, no ano de 1943, antes parte do Amazonas, e o marco que representou a seleção para o projeto da cidade de Boa Vista no ano de 1944. Assim, o Plano Urbanístico certamente teria que representar esse momento de afirmação do “novo território”.

Por outro lado, a escolha de um administrador militar para realizar a gestão e demarcação do Estado Brasileiro na fronteira norte - amazônica do país trouxe como consequências para o uso do espaço do território e na atual cidade de Boa Vista a presença significativa de áreas institucionais/militares.

O simbolismo contido no projeto selecionado impunha a esse território uma forma urbana radioconcêntrica pré-estabelecida, possibilitando o controle do espaço da futura cidade a partir da distribuição de usos militares que associados à localização da forma urbana escolhida possibilitassem a proteção do centro do poder (executivo, legislativo e judiciário), nas esferas federal, estadual e municipal. Não é a toa que o principal eixo recebe o nome do primeiro administrador do território.

Também, o plano urbanístico elaborado teve como principal objetivo criar uma área central que pudesse agregar todos os edifícios públicos necessários. A forma radial escolhida para o desenho do traçado, proporcionou uma distribuição dos edifícios públicos de forma a destacá-los, valorizando-os, dando-lhes certa imponência devido ao local privilegiado que ocuparam.

Percebe-se que o plano urbanístico de Boa Vista foi implantado visando possibilitar a conexão entre o núcleo urbano já existente e o projeto de cidade que se almejava alcançar. No entanto, os limites naturais do território em que foi implantado já apontavam a dificuldade de expansão urbana horizontal diante de um possível aumento populacional.

Apesar de no contexto da região o território hoje ocupado pela capital Boa Vista apresentar condições para o Plano ser implantado, os limites naturais representados pelo próprio rio Branco à sudeste, pelo rio Cauamé no noroeste, pelo igarapé Grande a sudoeste, implicariam em futuros desafios ambientais e técnicos para a ocupação adequada desse território. Uma hipótese levantada é de que, talvez, o autor do projeto previsse rompimento dessas barreiras naturais, como ocorreu em outras capitais do Brasil no processo de evolução urbana, onde rios, igarapés, áreas alagadiças e montanhas foram ultrapassados para a ocupação do território.

Por outro lado, o aumento populacional acelerado impulsionado por fatores econômicos e políticos que geraram a ocupação e urbanização, produziu um território desigual na forma de sua ocupação. Também desigual pelo Plano Urbanístico não prever, sequer, como esse território seria ocupado pelas diferentes classes sociais, estando os principais eixos das avenidas ocupadas por áreas militares de trabalho, moradia e lazer.

As presentes considerações apontam que o entendimento da relação território, forma e uso pode explicar a cristalização da dinâmica da cidade em áreas que representam espaços opacos e a distribuição das classes sociais nesse espaço que é comprometida.

Supõem-se, assim, que o loteamento da área de implantação do Plano Urbanístico deu-se entre os que já tinham a sua propriedade urbana e a mantiveram, os que a venderam no processo de urbanização ou posteriormente pela valorização das áreas/imóveis decorrentes destes, ou que participaram do loteamento da área do Plano.

A forma urbana radioconcêntrica materializada no Plano Urbanístico de Boa Vista, recoloca o foco da cidade (e do poder) no Centro Cívico (político, administrativo e religioso). Porém, a localização escolhida no território e a sua disposição nesse não deixou de manter como referência o primeiro momento da ocupação da cidade, compreendido hoje pelo que se

conhece como Centro Histórico, no mapa 6. E manteve alguma referência quanto à importância histórica e sócioeconômica que o rio Branco representou na ocupação da cidade.

Importante ressaltar, no entanto, que os indutores de expansão urbana representados pelos extensos eixos radiais das grandes avenidas diminuíram a importância dos marcos históricos da fundação da cidade (o rio Branco e o hoje centro comercial) indicando os eixos expansão urbana e reprodução da forma radioconcêntrica, por vezes retomada, no segundo e terceiro momentos apontados no presente trabalho quanto à mudança da forma urbana ao longo da ocupação da cidade.

Observa-se que não somente a forma urbana radioconcêntrica que recoloca o centro principal no poder político, administrativo e religioso, influenciou na perda das referências do espaço histórico como, também, a mudança dos usos simultaneamente comerciais e habitacionais, outrora existentes na área central, para uma função predominantemente comercial, contribuíram para isso.

O Plano Urbanístico de Boa Vista, assim, demarcaria a fronteira do extremo norte do Brasil no âmbito da ocupação do território da Amazônia brasileira. Tal fato se reflete tanto na forma urbana em si, que agrega a história do urbanismo apresentada nessa dissertação, desde a origem dos planos de Hipódromo de Mileto na Grécia, passando pelo urbanismo colonizador romano, e pelos princípios da cidade ideal do urbanismo renascentista, bem como pelos protótipos de planos urbanísticos de cidades francesas e das utopias urbanas apontadas por Choisy, culminando na semelhança do plano de Goiânia com o Plano Urbanístico de Boa Vista, no qual duas diagonais ligam parte do tecido urbano ao núcleo central, além das radiais que se ligam ao centro.

Apesar da análise acima apresentada que materializa um processo de acúmulo da história do urbanismo, questiona-se a relação com o espaço natural, social e cultural, no qual o referido plano foi implantado, no contexto brasileiro e Amazônico.

Pode-se interpretar que a forma urbana radioconcêntrica foi utilizada enquanto símbolo de uma capital “moderna”, fundamentada no poder administrativo, do Estado e da Igreja no âmbito da modernidade urbanística fruto de rupturas na história do urbanismo, como produto da revolução industrial, que remete às intervenções de Haussman e ao higienismo em Paris e ao controle do espaço pelo Estado na eliminação dos becos em função da construção de grandes avenidas; ou pelas cidades francesas que trouxeram o traçado radial concêntrico manifestos no Plano Agache, não executado no Rio de Janeiro, mas executado na desenho

urbano da Praça da Renascença, na cidade de Niterói/RJ, e nas cidades de Goiânia e na capital do estado de Roraima – Boa Vista.

Quanto à análise dos limites e possibilidades da forma urbana radioconcêntrica considera-se que uma característica que permanece é a dimensão da malha viária existente, que mantém uma distribuição uniforme ao longo de suas radiais. Contudo, acaba criando uma concentração de circulação de veículos muito maior do que sua capacidade suporta na região central, onde a maior parte dos postos de trabalho e dos serviços essenciais à população estão localizados.

Não se sabe, contudo, até quando a estrutura do plano irá suportar a permanência nesse perímetro, em virtude do aumento da demanda habitacional em locais distantes do centro do plano, inclusive promovida para tais fins pelo próprio poder público, fato esse que traz a necessidade de aproximar setores de serviços e comércio onde a maior parte da população está concentrada, como é o caso da já consolidada zona oeste da cidade.

Questiona-se, também, qual a força que impulsiona o crescimento da cidade em direção à zona oeste, que atualmente, concentra 75% da população da cidade e com perspectivas de expansão. Observa-se que a grande condutora do processo de ocupação em Boa Vista foi a administração municipal e estadual, que, apesar de promovê-la, não à adequou à estrutura necessária.

Importante observar que na relação entre o uso do solo para áreas institucionais, que limitou a ocupação do território, associado ao capital imobiliário que torna áreas inacessíveis à população de menor poder aquisitivo, o que restou para essa população foi a ocupação da zona oeste seja por iniciativa própria, seja pelo estímulo do próprio Estado que tem construído conjuntos de programas habitacionais para baixa renda, e mais recentemente também para a classe média.

Observa-se, ainda, a recente indução da expansão urbana pelo capital imobiliário pela construção de grandes empreendimentos na zona nordeste da cidade geradores de emprego que acarreta novas demandas por habitação, equipamentos sociais, serviços urbanos e infraestrutura.

Esse talvez seja um dos grandes problemas que o Poder Público terá como desafio: como estabelecer as redes e conexões de modo a melhorar a mobilidade e o acesso da zona central às outras áreas da cidade, especialmente com a zona oeste e com a zona nordeste.

Importante destacar o montante de legislações urbanas e ambientais já existentes nas esferas federal, estadual e municipal que parte não são cumpridas. E, apesar de não serem o foco específico da pesquisa realizada, a gestão e uso do uso do território relacionado com a forma urbana devem ser pautada nas diretrizes apontadas em tais instrumentos.

Para tal, um dos desafios mais importantes no processo de discussão do novo plano diretor da cidade que ocorrerá em 2016 é como equalizar a ocupação do território e a problemática ambiental que vem sendo gerada por tal ocupação. Por outro lado, a mobilidade entre as zonas norte, sul, leste e oeste da cidade, de forma a melhorar a qualidade de vida de seus habitantes, reduzindo, sobretudo, o problema da mobilidade entre os bairros.

Diante do exposto, aponta-se a necessidade de aprofundamento do que a presente pesquisa levantou, em especial, na relação poder, território e forma urbana e seu reflexo na produção do espaço da cidade de Boa Vista. Tal compreensão extrapola limites disciplinares do urbanismo e da geografia, conduzindo à outros campos, pois a forma urbana apenas materializa contextos históricos, políticos, sociais e culturais.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRAIS, Cristiano Alencar. **Projeções Urbanas Um Estudo sobre as Formas de Representação e Mobilização do Tempo na Construção de Belo Horizonte, Goiânia e Brasília Minas Gerais**, Minas Gerais, 2008. 303p. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Minas Gerais.

_____. **Monumentalidade, linhagem e estrutura narrativa: o horizonte de expectativa do projeto urbanístico de Goiânia**. Minas Gerais, Revista ArtCultura, Uberlândia, v. 12, n. 21, p. 181-193, jul.-dez. 2010.

BATISTA, Amarildo Nogueira. **Políticas Públicas e Produção do Espaço Urbano em Boa Vista-Roraima (1988 – 2011)**, Boa Vista/RR, 2013. 303p. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Geociências, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Roraima.

BENEVOLO, Leonardo. **História da Cidade**. São Paulo: Perspectiva, 1999.

BOA VISTA/RR. Decreto-lei nº 1.359, de 21 de julho de 2011. **Delimita o perímetro da área consolidada e de expansão urbana do município de boa vista e dá outras providências**. Diário Oficial do Município de Boa Vista/RR, Boa Vista, RR. 21 jul. 2011.

_____. Decreto-lei complementar nº 924, de 28 de novembro de 2006. **Dispõe sobre o plano diretor estratégico e participativo de boa vista e dá outras providências**. Diário Oficial do Município de Boa Vista/RR, Boa Vista, RR. 28 nov. 2006.

_____. Decreto-lei nº 926, de 29 de novembro de 2006. **Dispõe sobre o uso e ocupação do solo urbano do município de boa vista e dá outras providências**. Diário Oficial do Município de Boa Vista/RR, Boa Vista, RR. 29 nov. 2006.

_____. Decreto-lei nº 925, de 28 de novembro de 2006. **Dispõe sobre o parcelamento de solo urbano do município de boa vista e dá outras providências**. Diário Oficial do Município de Boa Vista/RR, Boa Vista, RR. 28 nov. 2006.

BRAUDEL, Fernand. **História e ciências sociais. A longa duração**. In: Escritos sobre a história. Trad. Jacó Guinsburg e Tereza da Mota. São Paulo: Perspectiva, 2005.

CAMARGO, Gustavo Henrique Maciel. **A produção arquitetônica e sua relação com o poder**. Cadernos de Arquitetura e Urbanismo, v.17, n.21, 2º sem. 2010. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/Arquiteturaeurbanismo/article/view/P.2316-1752.2010v17n21p11>>. Acesso em 05 de janeiro de 2015.

COELHO, Christiane Machado. **Utopias urbanas: o caso de Brasília e Vila Planalto.** Revista Cronos, Natal-RN, v. 9, n. 1, p. 65-75, jan./jun. 2008.

CHOAY, Françoise. **O urbanismo: utopias e realidades, uma antologia.** Tradução Dafne Nascimento, São Paulo, Perspectiva, 2010.

COHERE – CENTRO PELO DIREITO À MORADIA CONTRA DESPEJOS. **Conflitos Urbano-Ambientais em Capitais Amazônicas: Boa Vista, Belém, Macapá e Manaus.** Impressão: Gráfica Calábria. Apoio: Embaixada da Holanda no Brasil. 2006. 93p.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e Organização Espacial.** Ed. Átila; São Paulo, 2000

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano.** Editora Ática, Série Princípios, três a. edição, n. 174, 1995. p.1-16.

FOCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão.** 19 ed. Petropolis. Vozes, 1999.

FREITAS, Aimberê. **A História Política e Administrativa de Roraima de 1943 a 1985.** Manaus: Editora Umberto Calderaro Ltda. 1993.

GUIMARÃES, Pero Paulino. **Configuração Urbana: Evolução, Avaliação, Planejamento e Urbanização.** Prolivros Barcelona.

GODOY, A. A. de. (1943). *A Urbs e seus problemas.* Rio de Janeiro, Jornal do Comércio.

HOLANDA, Sergio Buarque de. **Raízes do Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOWARD, E. (1996). **Cidades-Jardins do Amanhã.** São Paulo, Hucitec-EDUSP

HAROVEL, Jean Louis. **História do Urbanismo.** 4ed. Papirus, tradução Ivone Salgado, Campinas/SP, 1990.

LEME, Maria Cristina da Silva (org.). **Urbanismo no Brasil: 1895-1965.** 2. ed. Salvador: EDUFBA, 2005. 600p.

MASSEY, Doreen. **Pelo Espaço: uma nova política da Espacialidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009. Tradução de Hilda Pareto Maciel e Rogério Haesbaert.

MOTA, Juliana Costa. **O Setor Sul: o espaço público abandonado**. [s.l.]: anais do seminário DOCOMOMO, disponível em: http://www.docomomo.org.br/seminario%203%20pdfs/subtema_B5F/Juliana_mota.pdf, [s.d.].

MORAES, Carla Gisele Macedo Santos Martins; FILHO, Gregório Ferreira Gomes. **Visadas sobre Boa Vista do Rio Branco: razões e inspirações da capital de Roraima (1830-2008)**. Revista Tempos Históricos, volume 13 - 1º semestre - 2009 - p. 137-166. ISSN 1517-4689

MOREIRA, Ruy. **O que é Geografia**. São Paulo: Brasilense, 1992.

MOREIRA, Ruy. **Pensar e Ser em Geografia: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico**. 1ª edição. 2ª reimpressão. São Paulo: Editora Contexto, 2010.

MORRIS, A. E. J. **História de La Forma Urbana: Desde sus Orígenes Hasta La Revolución Industrial**. Barcelona, Editora GG, 1989.

OLIVEIRA, Reginaldo Gomes de. **A herança dos descaminhos na formação do Estado de Roraima**. São Paulo, 2003. 405p. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de São Paulo.

PAVANI, Jorge Donizette & GUTEMBERG Moura. **Panorama fotográfico urbanístico e arquitetônico de Boa Vista**. 1ª edição. Brasília – DF: Gráfica Coronário, 2006. 110p.ilust.

PANERAI, Philippe. **Análise Urbana**. Tradução: Francisco Leitão. Brasília: ed. UnB, 2006.

PENTEADO COELHO, M. **Urbanismo e utopia: Aproximações**. Revista espaço e Debates, São Paulo, n. 27, 1989.

PINTO, Sandra M. G. Regular = planeado *versus* irregular = espontâneo: nascimento e morte de uma relação dicotômica nos estudos históricos da forma urbana. **Revista da Rede Portuguesa de Morfologia Urbana**. Portugal, ano I, V. I, p. 5-16. dez. 2013. Disponível em: <http://run.unl.pt/handle/10362/14360>. Acesso em 15/01/2015.

RAMALHO, Paulina Onofre. **Lugar de Memória: o plano urbanístico de Boa Vista**. Rio de Janeiro, 2012. 99p. Dissertação (Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural). Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

RODRIGUES, Roberta Menezes, Desvendando Formas e Conteúdos: o núcleo urbano de Carajás. In: TRINDADE JR, Saint-clair, ROCHA, Gilberto Miranda (ORG.). **Cidade e Empresa na Amazônia: gestão do território e desenvolvimento local**. Ed. Paka-tatu. Belém, 2002. p. 113-136.

TRINDADE JR, Saint-clair, ROCHA, Gilberto Miranda (ORG.). **Cidade e Empresa na Amazônia: gestão do território e desenvolvimento local**. Ed. Paka-tatu. Belém, 2002

SAQUET, Marcos Aurélio. Entender a Produção do espaço geográfico para compreender o território. In: SPOSITO, E. (Org.). **Produção do espaço e redefinições regionais: a construção de uma temática**. Presidente Prudente /SP: FCT/UNESP/GAsPERR, 2005, p. 35-51 SANCHS, Céline. São Paulo: Políticas Públicas e habitação popular. São Paulo: edusp, 1999. 277p.

SILVA, Paulo Rogério de Freitas. **Dinâmica territorial urbana em Roraima**. São Paulo, 2009. 329p. Tese (Doutorado em Geografia). Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo.

_____. Boa Vista: gênese espontânea e gênese induzida. **Revista Acta Geográfica**, Roraima/RR, ano III, Nº 5, p.63-71, jan./jun. 2009. Disponível em: <<http://revista.ufr.br/index.php/actageo/article/view/219>> Acesso em: 05 de Julho de 2014

_____; ALMEIDA, Marcelo Mendes; Rocha, Rafael Alexandre. A segregação como conteúdo da nova morfologia urbana de Boa Vista/RR. **Revista Acta Geográfica**, Roraima/RR, ano III, Nº 6, p.47-53, jul./dez. 2009. Disponível em: <<http://revista.ufr.br/index.php/actageo/article/view/224>> Acesso em: 05 de Julho de 2014.

_____. Espaço e Tempo: Reflexões Sobre os agentes modeladores do urbano Roraimense. **Revista Reflexões e Práticas Geográficas**, Maceió/AL, ano I, V. 1, p.59-82, jan./jun. 2014. Disponível em: <<http://www.seer.ufal.br/index.php/repgeo/issue/view/126/showToc>> Acesso em: 05 de Novembro de 2014.

SANTOS, Milton. **METAMORFOSES DO ESPAÇO HABITADO, fundamentos Teórico e metodológico da geografia**. Hucitec. São Paulo 1988.

_____. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

_____. **Espaço e Método**. São Paulo: Nobel, 1985.

_____. **A Natureza do Espaço. técnica e tempo. razão e emoção**. São Paulo: edusp, 2002. 384p.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2002.

TREVISAN, Ricardo. **Cidades Novas**. Brasília, 2009. 338p. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília.

TRINDADE. JR, Saint-Clair Cordeiro. **Cidades Médias na Amazônia Oriental das Novas Centralidades à Fragmentação do Território**. R. B. Estudos Urbanos e Regionais V. 13, N. 2 / Novembro 2011.

TRINDADE Jr., Saint-Clair Cordeiro; CHAGAS, Clay Anderson Nunes. *A Company town* do alumínio: concepção e práticas espaciais. In: TRINDADE, JUNIOR, Saint-Clair Cordeiro; ROCHA, Gilberto de Miranda.(Orgs).**Cidade e Empresa na Amazônia. Gestão do Território e Desenvolvimento Local**. Belém. Paka-Tatu. 2002, p. 195-235.

TRINDADE. JR, Saint-Clair Cordeiro; AMARAL, *Márcio Douglas Brito*. **Reabilitação Urbana Na Área Central De Belém-Pará: concepções e tendências de políticas urbanas emergentes**. Revista Paranaense De Desenvolvimento, Curitiba, n.111, p.73-103, jul./dez. 2006.

VERAS, Antônio Tolrino de Resende. **A produção do espaço urbano em Boa Vista - Roraima**. São Paulo, 2009. 235p. Tese (Doutorado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo.

VICENTINI, Yara. **Cidade e História na Amazônia**. Curitiba: Ed. UFPR, 2004.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. 2.ed. São Paulo: Studio Nobel, FAPESP, Lincoln Institute, 2001.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA. Biblioteca Central. Normas e Produtos. Normas para Apresentação dos Trabalhos Técnico Científicos da UFRR. Disponível em:< <http://www.bc.ufr.br/index.php/organogramas>>. Acesso em: 15 de março 2013.

FERNANDES, Ana; SAMPAIO, Antonio Heliondo Lima; LEME, Maria Cristina da Silva (org). **Urbanismo no Brasil 1985 – 1965**. 2ed. Salvador, EDUFBA, 2005, 600 p.

ANEXO 1

Pensadores Culturalistas e Progressistas

UTOPIA PROGRESSISTA	
Robert Owen (1771-1858)	<p>Uma nova era</p> <p>Percebeu que com o avanço da industrialização, a diminuição do número de operários iria afetar diretamente a necessidade da mão de obra com relação ao conhecimento para a utilização das máquinas, sendo necessário o acompanhamento do progresso da ciência entre a arte e a técnica.</p> <p>O modelo</p> <p>Na proposta de Owen temos o estabelecimento pelo governo vários núcleos ou associações de 500 a 2000 habitantes alojados e com ocupação de trabalho garantidas, ficando o governo comprometido a empregar todos os habitantes dos referidos núcleos.</p> <p>O plano</p> <p>No plano de Owen na cidade seria dividida em núcleos em um plano quadricular, onde cada quadrado comportaria até 1200 habitantes, sendo cada um dos quadrados uma área destinada ao edifício público, localizado no centro de cada unidade quadrada, possuindo também espaço livre, destinado a arborização e cada uma das casas possuiria 3(três) compartimentos destinadas a pessoas casadas.</p>
Charles Fourier (1772-1837)	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Plano da cidade dividida em três anéis concêntricos, divididos em cidade central, grandes fábricas e avenida e o subúrbio ▪ Espaço livre entre os anéis ▪ As habitações seriam em sua maioria coletivas em função do custo do terreno e apenas os ricos teriam o privilégio ▪ Inserido no modelo teria as funções coletivas comuns como refeitórios, biblioteca, salas de estudo
Tony Garnier (1848-1920)	<p>Habitações</p> <p>A cidade teria sua orientação em função do regime de ventos, de forma a estimular normas resumidas em:</p> <p>1º Na habitação, os dormitórios devem ter pelo menos uma janela orientada para o sul, bastante grande para que haja luz no cômodo todo e para deixar os raios de luz entrarem amplamente</p> <p>2º Os pátios maiores e menores, fechados por paredes, que servem para iluminar ou para arejar, estão proibidos. Qualquer espaço fechado deve ser iluminado e ventilado pelo exterior</p> <p>Administração – Estabelecimentos Públicos</p>

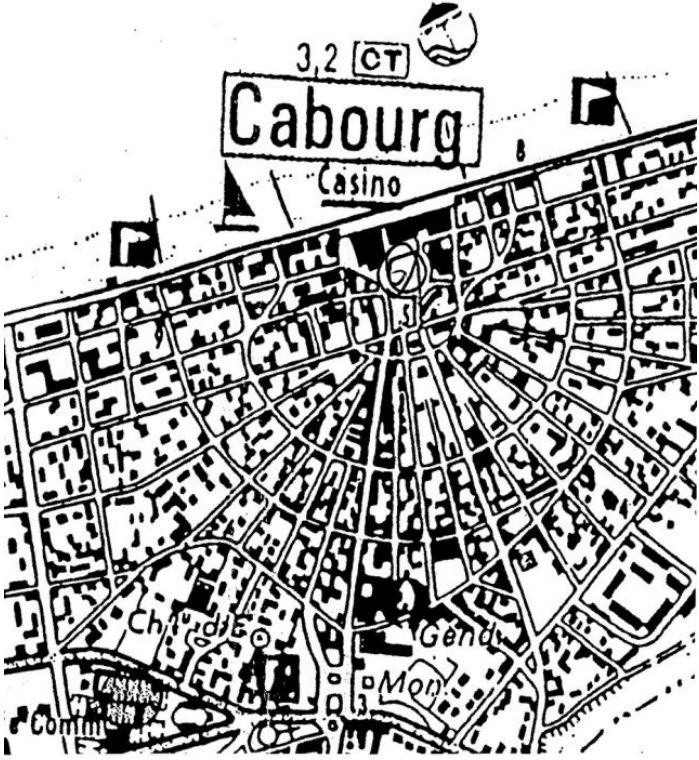
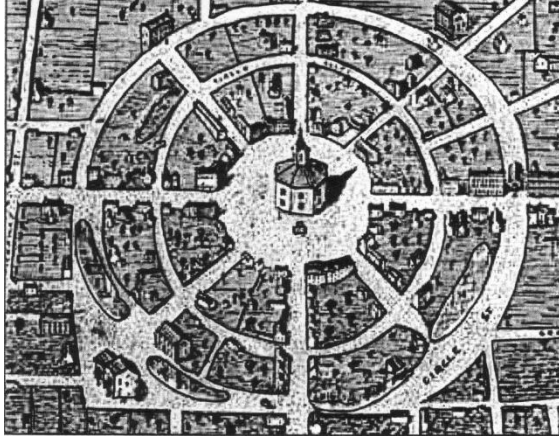
<p>Etienne Cabet (1788-1856)</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Denominou a cidade de Icara ▪ Está dividida pelo rio denominado Tair, possuindo porto, bacias que formam uma cidade ▪ Praça central com ruas e avenidas largas, com aproximadamente 60 bairros, possuindo edifícios públicos como escolas, hospitais, com espaços internos para manter a circulação do ar ▪ Casa individual com quatro andares sem contar com o térreo, com teto jardim para a contemplação da vista externa <p>Produção de um modelo padrão, onde o térreo seria destinado a sala de jantar, cozinha e banheiro.</p>
<p>Le Corbusier (1887-1965)</p>	<p>A arquitetura e o urbanismo são indissociáveis; uma arquitetura nova que ponha em prática as novas técnicas de construção e a nova visão do espaço só tem sentido quando integrada a uma cidade moderna.</p> <p>Plano de Cidade – Princípios fundamentais:</p> <p>1º Descongestionamento do centro das cidades;</p> <p>2º Aumento da densidade;</p> <p>3º Aumento dos meios de circulação;</p> <p>4º Aumento das superfícies verdes</p>
<p>UTOPIA CULTURALISTA</p>	
<p>William Morris (1834-1896)</p>	<p>O que Morris traz é que não é possível criar uma cidade ideal com características que tenha um caráter de imposição, um sistema que colocar a forma com que a cidade deve-se adaptar, trazendo a ideia da organização da forma da nova ou da proposta de uma nova cidade, que leva em consideração traçados ortogonais, setorização de edifícios públicos, ou seja, a população e quem deve se adaptar a esse novo modelo de cidade, que traz ainda um fator principal que é o elemento de ruptura com o tradicional, tendo como princípios defendidos a estética da cidade.</p>

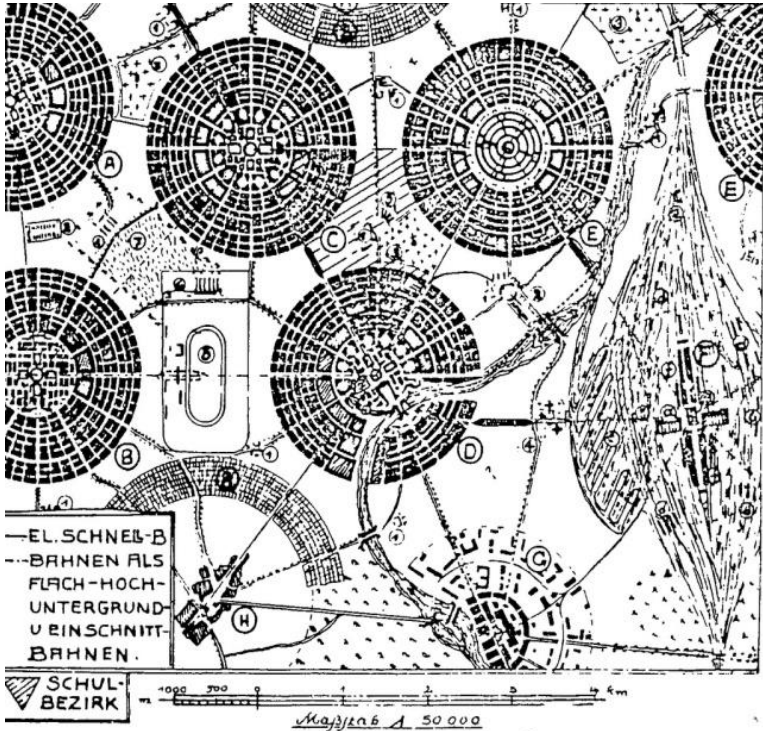

<p>Ebenezer Howard (1850-1928)</p>	<p>A cidade-Jardim Inglesa</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Deveria ocupar uma área de 400 hectares, de forma circular, com um raio de 1130 metros. ▪ Seis bulevares, cada um com 36 metros de largura, atravessam a cidade do centro a circunferência, dividindo em seis partes, ou bairros. No centro há um espaço de dois hectares , dedicados a um jardim e em volta do jardim ficam os maiores edifícios públicos: sede da câmara municipal, sala de concertos e de leitura, teatro, biblioteca, museu, galeria de arte e hospital. ▪ Cinturão de casas, construídas em forma de anéis concêntricos dando frente para as avenidas ou ao longo dos bulevares e das vias que convergem, em sua totalidade para o centro da cidade ▪ A “grande avenida”, com 125 metros de largura e forma um cinturão verde de mais de cinco quilômetros de comprimento, divide em duas coroas a parte da cidade que se estende para fora do parque central. ▪ No anel exterior da cidade, estão dispostos em escalões as manufaturas, as lojas, os mercados os depósitos de carvão de madeira. Todas as instalações se colocam ao
<p>Jonh Ruskin (1818-1900)</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ A grande problemática apontada pelo Ruskin era de esquecimento da identidade de um povo através das intervenções na cidade, transformando a cidade em uma grade quantidade de edifícios iguais sem nenhum caráter estético, negando todas as referências do passado, tirando a identidade de uma cidade com a total negação do passado dando a cidade um novo modelo de cidade com a inserção de elementos simplificados. ▪ Manutenção de elementos para ele importantes constituintes nas cidades Europeias como o modelo das ruas medievais, que dariam um caráter de semelhança do modelo antigo de cidade, mantendo um certo romantismo para a cidade, com características que trazem a ideia de uma natureza própria de criação da cidade, sem a inclusão da simetria e ortogonalidade do traçado urbano.

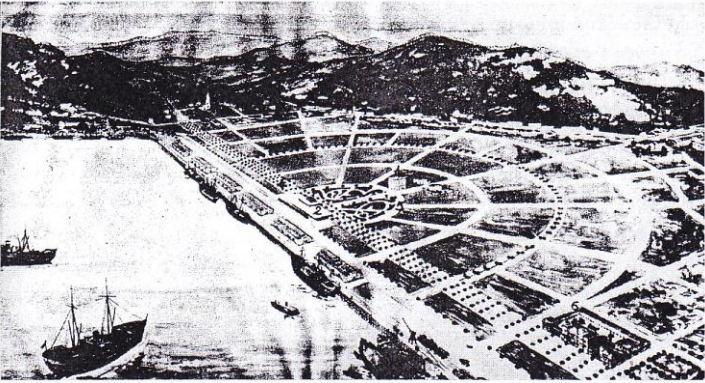

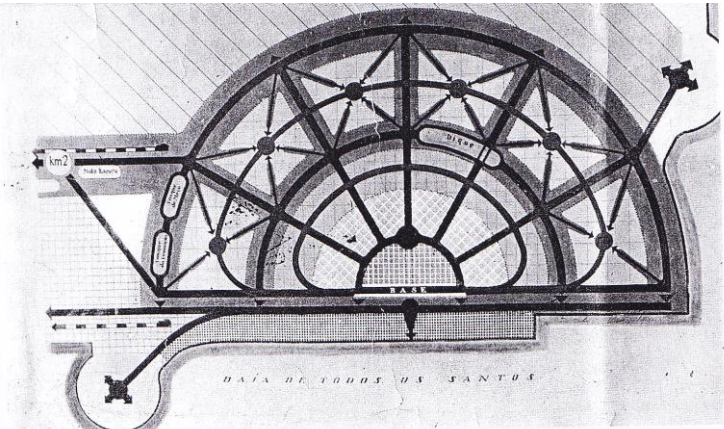
<p>Camillo Sitte (1903-1943)</p>	<ul style="list-style-type: none">▪ Nos técnicos artistas que queremos procurar os procedimentos de suas composições, procedimentos esses que produziram no passado efeitos tão harmoniosos e que hoje causam impressões enfadonhas e sem nexos.▪ Livrar-nos do sistema moderno dos conjuntos de casas regularmente alinhadas; salvar na medida do possível, o que resta das cidades antigas e aproximar sempre as criações atuais ao ideal dos modelos antigos▪ Os locais públicos consistem em proporcionar mais ar e mais luz, além de romper as monotonias dos oceanos de casas, as praças eram uma necessidade de primeira ordem.
--------------------------------------	--

ANEXO 2

Planos radiais-concêntricos

IDENTIFICAÇÃO	IMAGEM
<p>Arquiteto Paul Leroux Cabourg França 1895</p>	
	<p>Fonte: https://quadralectics.wordpress.com/4-representation/4-1-form/4-1-3-design-in-city-building/4-1-3-1-the-circularradial-model/</p>
<p>Hopewell Comunidade da vila circular Ohio 1810</p>	
	<p>Fonte: https://quadralectics.wordpress.com/4-representation/4-1-form/4-1-3-design-in-city-building/4-1-3-1-the-circularradial-model/</p>

IDENTIFICAÇÃO	IMAGEM
<p>Arquiteto Alemão Ernst Gloeden.,</p> <p>Desenho da cidade Nuclear</p> <p>1923</p>	
	<p>Fonte: https://quadralectics.wordpress.com/4-representation/4-1-form/4-1-3-design-in-city-building/4-1-3-1-the-circularradial-model/</p>
<p>Arquiteto Vicenzo Scamozzi</p> <p>Cidade de Palmanova</p> <p>1593</p>	
	<p>Fonte: http://www.ratestogo.com/blog/wp-content/uploads/2008/02/palmanova-italy.jpg</p>

<p>Engenheiro Felipe dos Santos Reis</p> <p>Perspectiva praça da renascença –</p> <p>Construção do porto Nitéroí</p> <p>1927</p>	
<p>Arquiteto Frances Donat Alfred Agache</p> <p>Plano Agache do Rio de Janeiro</p> <p>1930</p>	
	<p>Fonte: LEME, Maria Cristina da Silva, 2005</p>
<p>Engenheiro e Urbanista Mário Leal Ferreira</p> <p>Plano de Urbanismo do EPUCS – escritório do plano de urbanismo de da cidade de Salvador</p> <p>1942 e 1947</p>	 <p>Esquema radioconcêntrico reelaborado – EPUCS</p> <p>Acervo: CEAB</p>
	<p>Fonte: LEME, Maria Cristina da Silva, 2005</p>

Arquiteto e Urbanista
Atilio Correia Lima

Plano setor sul da
cidade de Goiânia

1973

Setor Sul - Planta de Ocupação do Solo (1973)



Fonte: ARRAIS, 2010

Elaboração e organização: o autor, 2015